UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

BRUNA GIOVANA BENGZOZI

A “crise” do poder público em Regino de Prüm e Raul Glaber (séculos IX-XI)

(Versão corrigida)

SÃO PAULO

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

BRUNA GIOVANA BENGOSI

A “crise” do poder público em Regino de Prüm e Raul Glaber (séculos IX-XI)

(Versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Medieval

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva

Coorientadora: Profa. Dra. Néri de Barros Almeida (UNICAMP)

SÃO PAULO

2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

Bruna Giovana Bengozi

A “crise” do poder público em Regino de Prüm e Raul Glaber (séculos IX-XI)

Aprovada em: 12 de julho de 2016.

Trata-se da versão corrigida após a defesa.

De acordo,

Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva (orientador)

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva (presidente)

Prof. Dr. André Luís Pereira Miatello - UFMG (titular)

Profa. Dra. Maria Filomena Pinto da Costa Coelho - UnB (titular)

Dra. Verônica da Costa Silveira (titular)

SÃO PAULO

2016

*Para a minha mãe, Rita de Cássia,
a mulher mais forte que já conheci.*

Agradecimentos

Em meio a uma trajetória marcada por tantas crises e incertezas, os agradecimentos se tornam, talvez, a parte mais importante deste trabalho. De antemão, já lembro que as palavras estão muito longe de demonstrar a real gratidão que sinto por todos aqueles que confiaram em mim e no meu trabalho, em um momento que eu mesma duvidei das minhas capacidades.

Aos meus pais, Dino e Rita de Cássia, e à minha irmã, Camila, por todo o suporte, paciência e amor, mesmo diante de tantas situações difíceis.

Ao Professor Marcelo Cândido da Silva, que me orienta desde 2009 e que se tornou um grande mestre e amigo. Agradeço por todo o incentivo e confiança depositados em mim, dentro e fora da vida acadêmica, ao longo desses anos.

À Professora Néri de Barros Almeida, que aceitou coorientar essa pesquisa de Mestrado e participar da banca de Qualificação. Agradeço por toda a compreensão e pelas leituras e conversas sempre atentas, desafiadoras e animadoras.

À Professora Rossana Alves Baptista Pinheiro, pelas críticas e sugestões a este trabalho na fase de Qualificação e por todo o carinho, apoio e conselhos sobre a vida.

À minha irmã e amiga, Karen Torres. Não há palavras para descrever o quanto a sua amizade foi essencial nesta caminhada. Quantas risadas e lágrimas marcaram esses anos. Eu devo a minha vida a você.

Aos meus amigos do Laboratório de Estudos Medievais (LEME – Núcleo USP), Vinicius Marino, Edward Dettmam Loss, Marcelo Ferrasin, Verônica Silveira, Victor Sobreira, Fábio Duque, Renato Viana Boy (agora Prof. Renato). Meus agradecimentos pelas reuniões sempre produtivas e pelas agradáveis conversas.

Aos meus amigos dos outros núcleos do LEME, Rayssa Cerqueira e Rafael Bosch, do LEME/UNICAMP, e Victor Andrade, do LEME/UNIFESP. Minha gratidão pelos bons momentos, boas risadas e muitas lamentações sobre nosso futuro, e pela amizade que construímos nos últimos anos, que eu espero que se mantenha por toda a vida.

Às minhas amigas e companheiras de casa, Juliana Cristina Alves e Sabrina Alves. Começamos e encerramos o ciclo da graduação juntas e, ao lado de vocês, também encerro essa etapa da minha vida. Que nossa amizade nunca acabe, mesmo diante de novos ciclos.

À Camila Lacerda, minha querida amiga geógrafa. Tudo perderia o encanto sem as nossas seleções musicais ruins, sempre regadas com café e bolo.

Às minhas amigas Simone Andriani e Ligia Araki, da época de estágio na SVDHICO do Museu Paulista. O contato diminuiu ao longo do tempo, mas não o carinho e as saudades das nossas animadas conversas.

Ao Luiz Filipe Correia, pela amizade ao longo dos últimos anos.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em História, em especial, ao Osvaldo Medeiros e Nelson Caetano, por toda a atenção e suporte com os assuntos acadêmicos.

Finalmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento do projeto, que permitiu a realização desta pesquisa.

Tudo passa — sofrimento, dor, sangue, fome, peste. A espada também passará, mas as estrelas ainda permanecerão quando as sombras de nossa presença e nossos feitos se tiverem desvanecido da Terra. Não há homem que não saiba disso. Por que então não voltamos nossos olhos para as estrelas? Por quê?

MIKHAIL BULGAKOV, The White Guard.

Resumo

“Crise” é um dos principais conceitos usados pela historiografia para explicar os acontecimentos ocorridos durante o período de 980 a 1060, chamado de Ano Mil. Após o fim do Império Carolíngio, a crise teria se instalado na Europa, e, entre diversas transformações, teria levado à privatização do poder público e ao domínio de um “senhorio” que exerceu seu poder a partir da cobrança de taxas, serviços e violência, elementos estes que formaram o paradigma da “mutação feudal”.

O objetivo deste trabalho é analisar duas escritas históricas, a *Crônica (Chronicon)*, escrita entre 900 e 908, por Regino, abade de Prüm, na Lotaríngia; e *Os Cinco Livros de Histórias (Historiarum Liber Quinque)*, do monge Raul Glaber, escritos entre 1016 e 1046, na região da Borgonha. Buscaremos, assim, discutir se as citadas fontes sustentam a ideia de uma crise do poder público no período.

Palavras-chave: Crise. Poder Público. Ano Mil. Regino de Prüm. Raul Glaber.

Abstract

Historiography had used “crisis” as one of the main to explain the events happened in Europe from 980 to 1060, period called Year 1000. According to those historians, after the end of the Carolingian Empire, the crisis would have been installed in Europe. Among several transformations, it would have led to the privatization of public power and to dominion of "landlords", those who exercised his power from the collection of taxes, services and violence, elements that formed the paradigm of "feudal mutation".

The purpose of this dissertation is to analyse two historical writings, the *Chronicle* (*Chronicon*) , written between 900 and 908 by Regino, abbot of Prüm, in Lotharingia; and *The Five Books of Histories* (*Historiarum Liber Quinque*), by the monk Rodulfus Glaber, written between 1016 and 1046, in Burgundy. Therefore, we will seek to discuss whether the quoted sources support the idea of a public power crisis during that time.

Keywords: Crisis. Public Power. Year 1000. Regino of Prüm. Rodulfus Glaber.

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1	
A crise do poder público nos estudos sobre o Ano Mil	20
Capítulo 2	
Regino de Prüm e a <i>Crônica</i>	36
2.1. A <i>Crônica</i> na história e na historiografia.....	36
2.2 Regino em Prüm.....	38
2.3. A obra, suas características e impacto	40
2.4. O gênero da obra	45
2.5. A “crise” na <i>Crônica</i>	51
Capítulo 3	
Raul Glaber e os <i>Cinco Livros de Histórias</i>	70
3.1. Os <i>Cinco Livros de Histórias</i>	70
3.2. A vida de Raul Glaber	73
3.3. A escrita das <i>Histórias</i>	75
3.4. A “crise” nas <i>Histórias</i> : a presença dos reis	78
3.5. A “crise” nas <i>Histórias</i> : a Paz de Deus.....	88
Possibilidades e limitações do problema da crise nas fontes: apontamentos finais	101
Referências Bibliográficas	106

Introdução

“Crise” é uma das palavras mais usadas em nosso cotidiano. Diariamente, deparamos-nos com notícias e debates sobre “crise política”, “crise econômica”, “crise ambiental”, “crise migratória” e assim por diante. Por conta deste vasto uso e da sua flexibilidade metafórica, “crise” se tornou um conceito polivalente nas últimas décadas. Entretanto, há muito tempo a noção tem tido um impacto importante em diversos campos do saber, especialmente na História.

Na historiografia dedicada à Idade Média, a ampla utilização do conceito não foi diferente. Muitos acontecimentos ocorridos nessa época foram interpretados sob o viés da crise. Por exemplo, o chamado Ano Mil, período que caracteriza a passagem entre os séculos X e XI, seria marcado por crises políticas - que enfraqueceram o poder real e levaram a uma privatização da autoridade pública -, além de crises econômicas, sociais e religiosas, que fortaleceram o que se chamou de “mutação feudal”. É nesse contexto, pós-Império Carolíngio, que as duas obras, a *Crônica*, de Regino de Prüm, e *Os Cinco Livros de Histórias*, de Raul Glaber, foram escritas. Por isso, nosso principal anseio é verificar se uma dessas crises em especial, a crise do poder público, perpassa as fontes citadas e se a crise se torna, assim, um conceito operacional nos dois documentos.¹

Torna-se necessário, primeiramente, interrogarmos-nos sobre uma definição do conceito de crise a partir do campo legal, teológico e médico, para que depois possamos notar o impacto que o mesmo teve no entendimento que possuímos sobre diversos acontecimentos e períodos históricos. Tal reflexão, ainda que sucinta, permitirá o aprofundamento da questão da crise no Ano Mil, no capítulo 1, e a discussão das fontes nos capítulos 2 e 3. Por fim, na conclusão, tentaremos lançar alguns indícios sobre as possibilidades e limitações da utilização de ideia de crise do poder público a partir da documentação.

A palavra tem suas origens no verbo grego **κρίνω** (krínō) e carrega uma ampla gama de sentidos: “peneirar”, “separar”, “examinar”, “decidir”, “medir a si mesmo”, “disputar” ou “lutar”, ou seja, indicando discriminação ou decisão.² Segundo Reinhart Koselleck, tal termo

¹ Nessa pesquisa, vamos considerar o poder público centrado na *realeza*, uma vez que ambas as obras dedicaram-se a narrar os feitos de diversos reis. Portanto, elas se tornam fontes privilegiadas para que possamos discutir a presença ou não de uma crise do poder de tais figuras. Porém, é evidente que o autoridade pública também era exercida por outros agentes, como duques, condes e clérigos, no período citado.

² KOSELLECK, Reinhart; RICHTER, Michaela W. (trad.). *Crisis. Journal of the History of Ideas*, v. 67, n. 2, Apr., 2006, p. 358 (Tradução do original publicado por KOSELLECK, Reinhart. “Krise”. In. BRUNNER, Otto;

foi central para a política na Grécia clássica, sendo, por exemplo, usado por Tucídides para descrever a rápida solução da Guerra Persa em quatro batalhas: “O acontecimento mais importante dos tempos passados foi a guerra com os persas, e todavia ela foi prontamente decidida em dois combates navais e duas batalhas terrestres.”³ Enquanto esse uso estaria ligado à ideia de “disputa”, crise (ou *krisis*) também significaria “decisão” no sentido de atingir um veredicto ou julgamento.⁴

O senso de “julgamento”, “provação” e “decisões legais” prevaleceu nesse momento. Dentro desse status decisório, *krisis* definiria a ordenação da comunidade cívica⁵, sendo acrescentado a seu sentido legal específico para adquirir significado político. A noção foi estendida às decisões eleitorais, resoluções governamentais, decisões sobre guerra e paz, sentenças de morte e exílio, entre outros, ou seja, decisões do governo como um todo. Assim, a *krisis* seria muito necessária à comunidade ao harmonizar justiça, ordem política e decisões legais, além de representar o que era, ao mesmo tempo, justo e salutar.⁶

É importante ressaltar que a aplicação jurídica de *krisis* estaria presente também na *Septuaginta*, antiga tradução grega do Antigo Testamento Hebraico produzida entre o século III a.C. e o século I a.C. Mas não há apenas o aspecto “legal” do termo, uma vez que ele também carregou, no período, um caráter teológico. O sentido de julgamento do termo *krisis* passou para a palavra latina *judicium* (ou *iudicium*),⁷ entretanto, esta última estaria relacionada especialmente ao julgamento divino. Como mostra Koselleck, na tradição judaica, a corte deste mundo estaria ligada a Deus, que seria tanto o governante quanto o juiz

KONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart. *Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexicon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Vol. 3. Stuttgart: Klett-Cotta, 1972-97, pp. 617-50 (8 volumes); STARN, Randolph. Historians and “Crisis”. *Past & Present*, n. 52, Aug., 1971, p. 3.

³ Referência às batalhas de Artemísion, Salamina, Termópilas e Platéia. TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução do grego de Mário da Gama Kury. 4ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, livro I, cap. 23, p. 15. Segundo Randolph Starn, Tucídides também teria feito uso do termo para se referir às assembleias e cortes. STARN, *op. cit.*, p. 3.

⁴ ARISTÓTELES. *Política*, apud Koselleck, Reinhart. *op. cit.*, p. 359.

⁵ Essa seria a abordagem do conceito também feita por Aristóteles. *Ibidem*, p. 359.

⁶ *Ibidem*, p. 359

⁷ Koselleck aponta *judicium* como o correlato em latim para *krisis*. Entretanto, há também a palavra *discrimen*, que também carregaria o sentido de “crise” em seus aspectos decisórios, de diferenciação/distinção, de separação e de encontro/batalha, sendo Cícero um dos autores a fazer uso da palavra em seus escritos. GOLDEN, Gregory Kung. *Emergency Measures: Crisis and Response in the Roman Republic (from the Gallic Sack to the Tumultus of 43BC)*. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia). Graduate School - New Brunswick, Rutgers, The State University of New Jersey, New Jersey, 2008, p. 20.

de seu povo. Por conta dessa dualidade, o ato de julgar possuiria contém a possibilidade de salvação; o fim do mundo revelaria a justiça verdadeira.

A expectativa pelo Último Julgamento teve (e ainda tem) um importante impacto na teologia cristã, pois mesmo diante do desconhecimento da data, horário, local, seria um acontecimento inevitável.⁸ Além disso, a tensão criada pelo conhecimento da vinda de Jesus Cristo e pelo Juízo Final revelou um horizonte de expectativas vivenciadas no presente e que qualificam, teologicamente, o tempo histórico futuro, no qual a crise permanece como um evento cósmico em aberto.⁹ Essa abordagem teve um papel fundamental na compreensão historiográfica em torno do Ano Mil, assunto este que será tratado adiante.

Além dos campos jurídico e teológico, a crise encontrou um amplo espaço de utilização na medicina. A teoria médica da crise teria se originado no *Corpus Hippocraticum*, um conjunto de obras de Hipócrates (460 a.C. - 377 a.C.) comentado por Claudio Galeno (129 d.C - 199 d. C.).¹⁰ No caso da doença, a crise se refere tanto à condição observável quanto ao julgamento (*judicium*) sobre o curso da enfermidade, que vai definir se o paciente irá viver ou morrer. Segundo o tratado hipocrático *Sobre Afeições (De Affectionibus)*, “a crise ocorre em doenças sempre que a enfermidade cresce em intensidade, ou desaparece, ou se transforma em outra doença, ou acaba por completo”.¹¹ O resultado da crise poderia ser, então, a recuperação parcial ou completa da doença, o seu agravamento ou a morte. No caso de uma crise imperfeita, a enfermidade poderia ser passível de recaída, sendo seguida por outra crise, e assim por diante, ou seja, carregaria em si um caráter cíclico.¹² A crise, por fim, seria “a resolução da doença como se fosse por um veredicto judicial”.¹³

⁸ Mateus 10:15; 12:36; 25:31.

⁹ KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, pp. 359-360. Ver também BLANK, Josef. *Krisis: Untersuchungen zur johanneischen Christologie und Eschatologie*. Freiburg: Lambertus, 1964.

¹⁰ Sobre a disseminação do *Corpus Hippocraticum*, ver REBOLLO, Regina Andrés. O legado hipocrático e sua fortuna no período greco-romano: de Cós a Galeno. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 4, n. 1, Mar. 2006, pp. 45-81.

¹¹ HIPOCRÁTES. *Ancient Medicine*. Tradução. de W. H. S. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1923, v. I (Loeb Classical Library) *apud* STARN, Randolph. *op. cit.*, p. 5. A obra provavelmente pretence a Políbio de Cos, discípulo de Hipócrates.

¹² Segundo os escritos hipocráticos, a crise se daria em dias críticos a partir do início da doença, seguindo uma “série” de dias cruciais (que não seriam fixos e poderiam variar de acordo com a enfermidade). Em *Prognóstico (Prognosis)*, Capítulo XX, a série para febres seria organizada da seguinte forma: 4º dia, 7º, 11º, 14º, 17º, 20º, 34º, 40º, 60º. Em *Epidemias I*, XXVI, duas séries são dadas: (a) as doenças que tem exacerbações no mesmo dia tem crises nesses mesmos dias: 4º, 6º, 8º, 10º, 14º, 20º, 24º, 30º, 40º, 60º, 80º, 120º; (b) as doenças que tem exacerbações em dias ímpares tem crises nestes dias ímpares: 3º, 5º, 7º, 9º, 11º, 17º, 21º, 27º, 31º. A crise em qualquer outro dia fora dessa “série” deveria indicar uma recaída, provavelmente fatal. Essa ideia de “dias críticos” foi utilizada por Tucídides para descrever a peste de Atenas (também chamada de Peste do Egito), que

Com o tempo, a ideia se expandiu para o domínio da linguagem social e política, usada como um conceito de transição ou temporal (*Verlaufsbegrif*). Assim como no aspecto legal, a crise conduziria para uma decisão, mas que num determinado período de tempo ainda não foi tomada¹⁴ (como no momento em que a crise ataca o paciente doente e ele pode progredir para a cura ou para a morte). É possível perceber, então, que nos primórdios do uso legal, teológico e médico da palavra, a crise foi sempre aplicada às alternativas que existiram em momentos decisivos, destinadas a responder o que era justo e injusto, o que levava à salvação ou à danação, o que promovia a saúde ou a morte.¹⁵

O uso latino da “crise” (*judicium*) ficou confinado a essas três principais áreas - lei, teologia, medicina - até pelo menos o século XVII, sendo encontrado raramente em títulos de trabalhos diversos. De acordo com Koselleck, a raridade de evidências documentais poderia indicar que o termo não se tornou um conceito central, algo que apenas mudou com a adoção da palavra pelas línguas nacionais.¹⁶ Para Starn, seria até mesmo difícil traçar uma história da utilização do termo desde a Antiguidade, pois para o historiador, a “crise” não apareceu significativamente entre os historiadores romanos, medievais e renascentistas.¹⁷

Até o século XVII predominou, especialmente, o sentido médico de “crise”. A partir de XVII, o termo também passou a ser utilizado em sentido metafórico, para o “corpo político” ou para as suas partes orgânicas, seja para tratar de crises espirituais entre os

teria atingido a crise no sétimo ou nono dia, tendo, segundo ele, influência no destino da pólis: “O corpo não definhava enquanto a doença não atingia o auge, e sendo assim, quando os doentes morriam, como aconteceu a tantos entre o sétimo e o nono dia de febre interna, ainda lhes restava algum vigor, ou, se sobreviviam à crise, a doença descia para os intestinos, produzindo ali uma violenta ulceração, ao mesmo tempo que começava uma diarreia aguda, que nesse estágio final levava a maioria dos doentes à morte por astenia.” TUCÍDIDES. *op. cit.*, livro II, cap. 49, p. 116 (o relato sobre a praga se prolonga até o capítulo 57); STARN, Randolph. *op. cit.*, p. 4. Sobre o assunto, ver DRAEGER, Andréa Coelho Farias. Para além do lógos: a peste de Atenas na obra de Tucídides. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, Apr. 2005, pp. 225-228. Mais do que a adoção da noção derivada do método hipocrático, Tucídides trouxe a “crise” para a sua obra como um modelo de explicação histórica: como um médico, ele estabeleceu e ordenou os fatos, os momentos críticos, seus antecedentes e as suas consequências.

¹³ JONES, W. H. S. *Hippocrates Collected Works I*. Cambridge: Harvard University Press, 1968, p. 46. Disponível em: <http://daedalus.umkc.edu/hippocrates/HippocratesLoeb1/page.lii.php?size=240x320>. Acesso em: 10 fev. 2016.

¹⁴ KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, pp. 360-361

¹⁵ *Ibidem*, p. 361

¹⁶ *Ibidem*, p. 361. Em francês, a palavra (no acusativo, *crisin*) teria aparecido no século XIV, como um termo médico; em inglês, em 1543; em alemão, no século XVI.

¹⁷ STARN, Randolph. *op. cit.*, p. 5.

reformados e contra-reformados, seja para falar de crises políticas.¹⁸ No final do século XVII, o conceito foi aplicado também às dificuldades econômicas na França de Luís XIV.¹⁹ No século XVIII, além de crise econômica, é possível encontrar referências às “crises na Igreja e Estado”.²⁰ Na mesma época, o filósofo Gottfried Wilhelm Leibniz usou a palavra como um elemento-chave para entender os impactos diante da emergência do Império Russo durante a Grande Guerra do Norte (1700-1721). Para ele, “(...) a Europa está agora em um estado de mudança e em uma crise tal que não é conhecida desde o império de Carlos Magno”.²¹ De acordo com Koselleck, Leibniz viu no desenvolvimento da Rússia o advento de uma mudança de fundamental importância para a História mundial, somente comparável à formação do Império Carolíngio mil anos antes. Diante dessa interpretação, o conceito - já expandido nas esferas da política interna e externa, bem como na economia - teria entrado em uma dimensão da Filosofia da História, que se tornaria cada vez mais significativa no decurso do século XVIII. Tal extensão da “crise” ainda estaria carregada com uma conotação religiosa, marcada pela metáfora da doença e pelo poder do Juízo Final e do Apocalipse, mantendo assim seu caráter ambivalente.²² O ditado de um dos grandes eruditos do Romantismo Alemão, Friedrich Schiller, “Die Weltgeschichte ist das Weltgericht” (“A História Mundial é o Juízo Final”), traz a interpretação da História humana como uma única, constante e permanente crise, causada pelas ações e omissões da humanidade.²³ O conceito se tornou, então, um modo fundamental de interpretação do tempo histórico, uma vez que “crise” também passou a ser usada, assim como a linha ascendente do progresso, como uma fase de transição historicamente única (na qual, em seguida, tudo seria diferente).²⁴

¹⁸ *Ibidem*, pp. 5-6.

¹⁹ KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, p. 362. D’Argenson, em 1738, teria sido o primeiro a escrever sobre a crise econômica, segundo Walther von Wartburg (1888–1971). BUCHI, Eva (dir.). Wartburg Französisches Etymologisches Wörterbuch. Verbete “crise”, v. 2. Nancy: ATILF/CNRS, p. 1345. Disponível em: <https://apps.atilf.fr/lecteurFEW/index.php/>. Acesso em: 23/01/2016.

²⁰ “Great Crises in Church and State”. In. *New English Dictionary*, 1715, *apud* STARN, Randolph. *op. cit.*, p. 6.

²¹ LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. “Konzepte eines Briefes an Schleiniz” (23 Sept. 1712). In. GUERRIER, Vladimir Ivanovitch (ed.). Leibniz’s Russland betreffender Briefwechsel und Denkschriften. São Petersburgo; Leipzig: Commissionäre der Kaiserlichen Akademie de Wissenschaften, 1973, 227 ff, *apud* KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, p. 363.

²² *Ibidem*, p. 370.

²³ SCHILLER, Friedrich. “Resignation. Eine Phantasie”(1786). *Sämtliche Werke*, Stuttgart e Berlim, v. 1, 1904, p. 199 *apud* *Ibidem*, p. 371.

²⁴ *Idem*.

Resumidamente, a crise passou a carregar quatro possibilidades. A primeira seria a partir da sua concepção política-médica-militar, na qual uma cadeia de eventos leva a um momento culminante e decisivo, que requer a tomada de uma ação. Na segunda, marcada pela ideia de Juízo Final, a crise é definida como um ponto final e único, que mudará para sempre a História. Na terceira possibilidade, a crise é uma categoria permanente ou condicional, que indica uma situação crítica que pode constantemente se transformar em situações nas quais as decisões tem consequências momentâneas. A quarta e última possibilidade, neste período, indica a crise como uma fase de transição historicamente imanente. Quando essa transição pode ocorrer ou se ela vai oferecer melhores ou piores condições vai depender do “diagnóstico” específico oferecido,²⁵ ou seja, a linguagem médica ainda prevalece nesta nova abordagem da crise.

Como mostrou Koselleck, essas quatro perspectivas foram respostas do século XVIII à busca por um único conceito que abarcasse as transformações do presente e as incertezas do futuro, que abririam margem para medos, ansiedades, expectativas, etc. Desta forma, “a crise se tornou uma assinatura estrutural da modernidade”.²⁶ Jean-Jacques Rousseau, em 1762, teria sido o primeiro a usar o termo “crise” no sentido moderno, ou seja, que emana da Filosofia da história e oferece uma prognose para o futuro. Em *Émile*, Rousseau afirmou que a ordem social vigente não poderia durar, sucumbindo diante das inevitáveis revoluções que não poderiam ser previstas ou impedidas. Ao dizer “Nous approchons de l'état de crises et du siècle des revolutions”,²⁷ Rousseau já antecipou e qualificou o futuro - apocalítico - por meio da noção de crise. Denis Diderot, em 1771, fez o uso no mesmo sentido, diante da dissolução do Parlamento em Paris. Para ele, uma vez que a majestade divina foi ameaçada, o ataque aos soberanos terrenos já não poderia ser evitado. Tal crise, que levaria ao fim da escravidão e da liberdade, iria afetar a todos da sociedade.²⁸ Aqui o termo passa do âmbito apenas político para significar uma “catástrofe” social. O filósofo manteve o tom ao descrever uma situação apocalíptica parecida a de Paris em 1778 na Roma de Claudio e Nero. Para ele, as agitações populares - e escatológicas - precedem as grandes revoluções: “Esse é o efeito de uma doença

²⁵ *Ibidem*, pp. 371-372.

²⁶ *Ibidem*, p. 372.

²⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Émile ou de l'éducation*. Paris: P. Didot l'aîné; F. Didot, 1817, tomo II, livro III, p. 69. (1ª ed. 1762).

²⁸ DIDEROT, Denis. Denis Diderot à Princess Daschkoff, 3 de abril de 1771. In. ASSEZAT, Jean; TOURNEAUX, Maurice (eds.). *Oeuvres Complètes de Diderot*. Paris: Gamier, 1877, v. 20, p. 28.

como a que precede a crise de uma enfermidade: uma fermentação secreta começa no estado; o terror faz real o que era temido.”²⁹ Aqui, observamos mais uma vez a conjunção das possibilidades do termo: como uma avaliação histórica que requer um julgamento; como um diagnóstico médico e como um apelo teológico.³⁰

O século XIX assistiu, então, ao avanço da Revolução Industrial e à passagem da crise para todas as esferas: “crise da Filosofia”, “crise literária”, “crise teológica universal” e assim por diante.³¹ E a História se tornou a responsável pelo julgamento da crise: “A História... se elevará para alimentar a liberdade que a teoria nos deu e, assim, criará o mundo de uma nova forma... A História cuidará da crise e do seu resultado”.³² Além do campo da Filosofia da História, no século XIX, outro ponto de irradiação da palavra adquiriu um papel de destaque: o conceito econômico da crise, que acompanhou o desenvolvimento do próprio capitalismo.³³ Até meados do século, diante da incidência de emergências econômicas cada vez mais graves, a crise ainda continuava sendo descrita em termos médicos, como “recaída”, “calamidade”, “convulsão” e, por muito tempo, “bloqueio”.³⁴

²⁹ DIDEROT, Denis. Essai sur les règnes de Claude et de Néron (1778). In. ASSEZAT, Jean; TOURNEAUX, Maurice (eds.). *Oeuvres Complètes de Diderot*. Paris: Garnier, 1875, v. 3, *apud* KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, p. 373.

³⁰ Sobre a relação entre revolução, progresso e crise, ver RICOEUR, Paul. La Crise: un phénomène spécifiquement moderne? *Revue de Théologie et de Philosophie*, 120, 1988, pp. 4-5. Ainda que tenhamos citado dois autores que usaram uma ideia negativa de crise quando relacionada às revoluções, essa visão não era hegemônica no século XVIII. Na Guerra da Independência Americana, ainda no século XVIII, a crise adquiriu mais uma conotação. Ao intitular seu jornal como “A Crise”, Thomas Paine apresentou sua concepção dos acontecimentos da época, demonstrando que uma inevitável e fundamental mudança moral iria decidir entre vícios e virtudes, despotismo corrupto ou democracia natural. Desta forma, dentro da lógica dos anseios revolucionários, as crises funcionariam sob uma perspectiva positiva, já que diluiriam a ordem antiga. As guerras pela independência seriam mais do que eventos políticos e/ou militares: elas seriam o julgamento de um processo histórico muito maior, o momento de responsabilidade moral, de ação e combate e, por fim, do triunfo do bem sobre o mal. PAINE, Thomas. *The American Crisis*. 23 de dez. de 1776. Disponível em <http://www.ushistory.org/paine/crisis/c-01.htm>. Acesso em: 23/01/2016. Panfletos originalmente publicados no Pennsylvania Journal.

³¹ KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, p. 381-382.

³² BAUER, Bruno Bauer. Die gute Sache der Freiheit und meine eigene Angelegenheit, 1842, citado por HORST, STUKE. *Philosophie der Tat*. Stuttgart, 1963, p. 174, *apud ibidem*, p. 385.

³³ Neste trabalho, não iremos nos aprofundar na concepção econômica do termo “crise”. Sobre o assunto, ver LE ROY-LADURIE, Emmanuel. La crise et l'historien. *Communications*, École de Hautes Études em Sciences Sociales. Centre de Études Transdisciplinaires (sociologie, anthropologie, sémiologie), Seuil, 25, 1976, pp. 19-33; BROCHIER, Hubert. Réalités et illusions. *Communications*, École de Hautes Études em Sciences Sociales. Centre de Études Transdisciplinaires (sociologie, anthropologie, sémiologie), Seuil, 25, 1976, pp. 73-85. Ver também PASQUINO, Gianfranco. Crise. In. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*, vol. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998, pp. 305-308.

³⁴ KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, p. 389. A partir de 1840, o conceito de crise econômica passou a permear as críticas sociais provenientes do campo da política, por exemplo. A crise foi usada como conceito tanto para as

O grande responsável por uma teoria da crise neste período foi Karl Marx, com *O Capital*, cujo primeiro livro foi publicado em 1867. Ao iniciar com as depressões que irromperam periodicamente na economia europeia desde 1895, Marx concluiu que a real crise era um mecanismo histórico fatal e inevitável da produção capitalista, competição e crédito.³⁵ Nele, encontra-se a utilização mais comum e dominante do termo, servindo de referência para todos os modelos de crise. O traço mais geral, que permitiria abarcar as crises sob um conceito polivalente, é o de “uma ruptura de equilíbrio, uma rachadura seguida de uma queda; queda na atividade produtiva, no comércio, nos lucros, nos salários, nos preços do mercado de ações; mas também de aumento; aumento de falências, de desemprego, de suicídios”.³⁶

Segundo Starn, o pensamento econômico de Marx combinou evolução e revolução, temas caros ao pensamento histórico do século XIX, mas que tiveram grande impacto ao longo das décadas seguintes, perpassando o século XX. Sob o impacto da Primeira Guerra Mundial e da Grande Depressão de 1929, a concepção econômica garantiu seu lugar de destaque nos estudos realizados na época. O periódico *Annales d'histoire économique et sociale*, fundado por Lucien Febvre e Marc Bloch, logo publicou artigos sobre a crise econômica na História, apenas para citar um exemplo.³⁷ Entretanto, ainda na primeira metade do século, pensadores publicaram artigos discutindo a crise nos mais variados contextos,³⁸ e o

emergências resultantes da constituição contemporânea ou dos transtornos específicos de classe quanto para o sofrimento causado pela indústria, tecnologia e economia de mercado capitalista, que seriam tratados como sintomas de uma doença grave ou como a perturbação do equilíbrio econômico. *Ibidem*, p. 391.

³⁵ *Ibidem*, p. 395. A produção capitalista abriria margem para um repetitivo ciclo “de calma, de animação crescente, de prosperidade, de superprodução, de crise e de estagnação. MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996, vol. 1, cap. XIII, p. 112.

³⁶ “Crises économiques”. *Encyclopaedia universalis*, Paris, volume 5, 1968, p.101, *apud* RICOEUR, Paul. *Op. cit.*, p. 6.

³⁷ ARNOULD, Maurice-Aurélien (ed.). *Vingt années d'histoire économique et sociale, table analytique des “Annales” fondées par Marc Bloch et Lucien Febvre (1929-1948)*. Paris: A. Colin, 1953, *apud* STARN, Randolph. *op. cit.*, p. 10.

³⁸ Paul Valéry, em 1918, publicou três ensaios sobre a “crise intelectual”. VALÉRY, Paul Valéry. La crise d'ésprit. *Variété*, Paris, v. 1, 1924, p. 15 (1ª ed. 1918). Ortega y Gasset viu a crise do século XX marcada pela alienação, cinismo, falso heroísmo, compromissos deslocados, educação deficiente e pela recaída na barbárie. ORTEGA Y GASSET, José. La esquema de las crisis y otros ensayos. *Revista de Occidente*, Madrid, 1942 pp. 9-155. Huizinga, em uma visão um pouco menos pessimista diante do futuro, afirmou que a crise naquele momento, apesar de séria, era uma fase de um processo progressivo e irreversível. HUIZINGA, Johan. *Im Schatten von Morgen. Eine Diagnose des kulturellen Leidens unserer Zeit*. Tradução Alemã de Werner Kaegi. 3ª ed. Bern/Leipzig: [s/ editora], 1936, p. 18 (1ª ed. 1935). Por fim, Husserl caracterizou a “crise das ciências europeias” como uma manifestação da cada vez mais presente da “crise da civilização europeia”. HUSSERL, Edmund; RIEMEL, Walter (ed.). *Die Krise der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie*. 2ª ed. Haia: Nijhoff, 1962, p. 10 (1ª ed. 1935/36), *apud* KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, pp. 397-398.

impacto causado pelos terrores da Segunda Guerra Mundial abriram novas perspectivas de análise envolvendo o tema.³⁹

A questão é que a crise se tornou uma palavra-chave na mídia ao longo dos séculos XX e XXI, aparecendo ora como adjetivo, ora como substantivo, ora como uma palavra “definidora” (um especialista em crise, por exemplo). Tal tendência serviu para o termo ser adotado em inúmeros casos de “incertezas em determinado momento”, o que talvez reflita a própria incerteza do tempo histórico atual.⁴⁰ Entretanto, ao longo da história desse conceito, evidenciou-se seu caráter semântico fluido, que sempre admitiu alternativas para possibilidades não apenas diametralmente opostas, mas que podiam atravessar as fronteiras de tais opostos.⁴¹ A crise pode significar tanto uma situação singular quanto recorrente - a exemplo de uma doença que pode sempre voltar ou uma crise econômica. Ela também pode indicar uma “decisão única e final”, como é possível observar na premissa do Juízo Final. Mas entre esses dois extremos, há uma variedade de fatores que podem caracterizar a crise. Mais importante, a crise não tem mais ou menos realidade que tantos outros conceitos

³⁹ STARN, Randolph. *op. cit.*, p. 12. Na década de 1960, observa-se a aplicação da “crise” no campo teórico da psicologia, um dos campos de irradiação do conceito, segundo Paul Ricoeur. Erik Erikson foi o responsável por desenvolver a ideia de “crise identitária”, que apareceria em momentos críticos - e cíclicos - da vida, como a passagem da fase da adolescência para a fase adulta e da fase adulta para a maturidade, ou seja, ela é usada em um contexto evolutivo, não para designar uma catástrofe ou ameaça, mas para identificar um período de vulnerabilidade, de desequilíbrio. ERIKSON, E. H. *Identity, Youth and Crisis*. New York: W. W. Norton Company, 1968, p. 7; Id. *Adolescence et crise. La quête de l'identité*. Paris: Flammarion, 1972, p. 97 *apud* RICOEUR, Paul. *op. cit.*, p. 3. Ver também STARN, Randolph. *op. cit.*, p. 13. Ricoeur salienta, porém, a dificuldade em se aplicar esse modelo de crise para o “corpo social”, uma vez que a sociedade não passaria por um processo de maturidade e morte. Dessa forma, o ciclo da vida perderia a sua relevância nesse contexto. Ainda que a ideia de morte fosse retirada do horizonte de análise e a sociedade passasse a ser pensada apenas em termos de “maturidade”, isso destacaria o caráter teleológico de crescimento e colocaria a crise como algo exclusivamente benéfico, eliminando a sua possibilidade de decadência. RICOEUR, Paul. *op. cit.*, p. 9. Outro importante foco de utilização do conceito pode ser localizado no campo da história da ciência, a partir do modelo epistemológico da crise. Essa interpretação é baseada na clássica obra de Thomas Kuhn, que discute o caráter descontínuo do progresso da ciência. Para o autor, os avanços científicos são feitos a partir de rupturas, ou melhor, crises, que desestabilizam a “ciência normal” e levam às mudanças de paradigmas. Desta forma, as crises aparecem como um desconforto e também como um estado temporário entre fases de equilíbrio e de desequilíbrio KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006 (1ª ed. 1962). RICOEUR, Paul. *op. cit.*, p. 5; STARN, Randolph. *op. cit.*, pp. 17-18. São exemplos dessas rupturas e novos paradigmas o advento da astronomia copernicana, a revolução da química no século XVIII a partir das discussões sobre o átomo e a emergência da teoria da relatividade na física no século XX.

⁴⁰ KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, p. 399. Grande parte dessa incerteza veio do questionamento se, pela primeira vez na História, haveria uma crise sem precedentes, permanente e definitiva, que marcaria a própria modernidade e se a crise, dentro de um contexto amplo de utilização, não seria um pseudo-conceito. Para essa discussão, ver RICOEUR, Paul. *op. cit.*, pp. 14-17. Parte dessa inquietação sobre a crise da modernidade estaria relacionada à crise econômica (que não estaria separada, é claro, de uma crise da legitimação do poder), uma vez que o liberalismo econômico tornou-se um dos elementos do que o Ocidente entende por modernidade. *Ibidem*, p. 8. A pós-modernidade, que marcou o final do século XX, trouxe ainda mais questões envolvendo uma “crise generalizada”: crise da identidade, crise da História e demais ciências humanas, crise cultural, entre outros.

⁴¹ *Ibidem*, p. 370.

históricos, ela não existe “fora” de algo; a crise é sempre relacional e, portanto, há um risco de esvaziamento se o conceito for usado sem o devido cuidado ou precaução e sem a devida consideração pelos inúmeros elementos que constituem uma “crise”.⁴²

⁴² André Béjin e Edgar Morin já apontavam para a urgência do debate teórico e transdisciplinar em torno do tema na década de 1970. BÉJIN, André ; MORIN, Edgar. Introduction. *Communications*. École de Hautes Études em Sciences Sociales. Centre de Études Transdisciplinaires (sociologie, anthropologie, sémiologie), Seuil, 25, 1976, p. 1-3. O número da Revista *Communications* foi composto por treze artigos que trouxeram uma abordagem multidisciplinar sobre a crise, ainda que muitos dos estudos tratem da relação entre crise e economia.

Capítulo 1

A crise do poder público nos estudos sobre o Ano Mil

No capítulo anterior, pudemos perceber a longa aplicação da ideia de crise nos mais variados contextos. Ao traçar a história da utilização do conceito de crise, é possível notar o impacto que o mesmo teve no entendimento sobre diversos acontecimentos e períodos históricos. A situação não foi diferente para o estudo da Idade Média, embora vários estudiosos, como o medievalista Laurent Feller, afirmem que a palavra é exógena ao período.⁴³ Como apontado por Feller, além de ser empregada em situações complexas, a noção é utilizada em temporalidades diferentes, para processos de curta e longa duração e para designar movimentos breves ou transformações profundas no interior da sociedade.⁴⁴ As dificuldades e contradições que envolvem o emprego do termo levaram a opiniões mais extremas, como as do historiador Alain Guerreau:

O termo “crise” é uma noção vaga, ambígua, desprovida de caráter científico [...]. Essa confusão, que autoriza todos os pretextos e todos os efeitos de retórica como os anacronismos mais grosseiros, é um efeito da recusa metódica dos historiadores de se interrogarem sobre seus pressupostos e sobre as ferramentas utilizadas.⁴⁵

Apesar das ressalvas sobre o conceito, ele foi amplamente usado como meio explicativo para as transformações políticas ocorridas no Ocidente medieval. A Idade Média estaria, assim, aprisionada por duas grandes crises. A primeira seria a crise do Império Romano a partir do século III, que levou à desintegração e queda do Império, além da barbarização dos povos e das práticas políticas centralizadas.⁴⁶ A outra crise teria ocorrido nos

⁴³ FELLER, Laurent. Introduction. Crises et renouvellements des Élités au haut Moyen Âge: mutations ou ajustements des structures. In. BOUGARD, F.; FELLER, L.; LE JAN, R. (eds.). *Les Élités au Haut Moyen Âge. Crises et Renouvellements*. Turnhout: Brepols, 2006, pp. 5-6.

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 5-6.

⁴⁵ GUERREAU, Alain. Crise. In. GAUVARD, C.; de Libera, A.; Zink, M. (dirs.). *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, p. 369 *apud* FELLER, Laurent. *op. cit.*, p. 5. Guerreau também apontou o problema da utilização do termo por conta da periodização e dos ritmos de transformação das sociedades. Por ser muito vaga e imprecisa, a noção não deveria ser usada, pois não permitiria construir um objeto científico satisfatório. FELLER, Laurent. *op. cit.*, p. 5.

⁴⁶ Ver, por exemplo, as discussões feitas por alguns eruditos dos séculos XVIII e XIX: MONTESQUIEU. *Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua decadência*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002 (1ª ed. 1734); GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*.

séculos XVI e XV, que teriam assinalado o fim da Idade Média e início do Renascimento.⁴⁷ Entretanto, haveria também uma ruptura em seu interior, a do Império Carolíngio, apontada como origem do mundo feudal. Tal crise se arrastou no contexto do Ano 1000 - período que vai de, aproximadamente, 980 até 1040/1060 -, marcado pelo esfacelamento e privatização do poder público, que passou para as mãos dos principados locais e depois para as castelhanias, ascensão da cavalaria, predomínio de uma violência endêmica, ou seja, por um momento de profunda crise. As discussões acerca do problema do Ano 1000 desdobram-se em várias outras questões, como a Paz de Deus, os terrores milenaristas e a “mutação feudal”, que buscaremos abordar com mais detalhes adiante. Tais elementos formaram um capítulo crucial na historiografia sobre a Idade Média, já que permitiram caracterizar uma sociedade marcada pelo horror, medo, caos e violência. Um mundo rústico definido pela fome, pela peste, pelas guerras privadas, por fim, pela catástrofe, pela crise.

Grande parte dessas interpretações é proveniente dos séculos XVIII-XIX, ou seja, de uma visão moderna sobre a Idade Média que caracterizou o período pelo prisma da crise. A sua aplicação estaria relacionada à ideia de rupturas políticas, revolução ou de mudança profunda, muitas vezes violenta,⁴⁸ como a que teria ocorrido na passagem do século X para o século XI. Além disso, essa discussão passaria pela polêmica questão da existência ou ausência do Estado na Idade Média, uma projeção basicamente construída a partir dos pressupostos modernos de racionalização estatal - centralização, ordenamento e monopólio da violência - , que contribuíram para o desprezo pelo período.⁴⁹

Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 (1ª ed. 1776); FUSTEL DE COULANGES, N.D. *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*. Tome III: La monarchie franque. Paris: Hachette, 1888; Id. *Leçons à l'impératrice sur les origines de la civilisation française*. Paris: Hachette, 1930; LOT, Ferdinand. *La fin du monde antique et le début du Moyen Âge*. Paris: Albin Michel, 1989 (1ª ed. 1927). Para uma abordagem mais recente - e polêmica - sobre o assunto, ver WARD-PERKINS, Bryan. *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2005. Para uma outra abordagem sobre o período, ver CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. *A Realeza Cristã na Alta Idade Média: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII)*. São Paulo: Alameda, 2008.

⁴⁷ “Crise é a palavra que surge imediatamente na mente do historiador quando ele pensa nos séculos XIV e XV”. GÉNICOT, Leopold. Crisis: From Medieval to Modern Times. In. POSTAN, M. M. (ed.). *Cambridge Economic History of Europe, from the Decline of the Roman Empire*. Vol. 1: Agrarian Life of the Middle Ages. Cambridge: Cambridge University Press, 1966, p. 660, *apud* STARN, Randolph. *op. cit.*, 18. Ver também PERROY, Édouard. À l'origine d'une économie contractée: les crises du XIVe siècle. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 4, n. 2., 1949, pp. 167-82; HILTON, R. H. Y eut-il une crise générale de la féodalité? *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 6, n. 1, 1951, pp. 23-30, pp. 23-30; Id. L'Angleterre économique et sociale des XIVe et XVe siècles. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 13, n. 3, 1958, pp. 541-563.

⁴⁸ Cf. *supra*, pp. 14-15.

⁴⁹ ALMEIDA, Néri de Barros. A Idade Média entre o ‘poder público’ e a ‘centralização política’: itinerários de uma construção historiográfica. *Varia historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, junho 2010, pp. 49-70.

Essa abordagem começou no final do século XVIII, após a Revolução Francesa e abolição da servidão feudal, com a já citada “velha escola” histórica, composta pelos “grandes escritores da história da França”, como François Guizot (1787-1874), Numa-Denis Fustel de Coulanges (1830-1889) e Jules Michelet (1798-1874). Escrevendo no século XIX, Augustin Thierry afirmou que teria havido a “revolução de 888”, já que pela primeira vez uma figura estrangeira à dinastia carolíngia, Odo (ou Eudes), assumiu o poder. Essa revolução, do ponto de vista territorial, também levou à mudança do sistema de leis pessoais, que resultou na fundação de novos Estados, nos quais a nacionalidade viria não de uma completa unidade de origem (carolíngia, no caso), mas da unidade territorial e de conveniências geográficas.⁵⁰ Jules Michelet foi outro dos estudiosos desse período que salientou que a anarquia feudal era decorrente do declínio do Império Carolíngio e da consequente fragmentação do poder entre meados do século IX e XI. De acordo com essa perspectiva, com o desaparecimento da monarquia, os poderes locais ganharam destaque, favorecendo a crise por meio da violência (trazida pelos germânicos e fortemente ligada ao feudalismo) e da exploração dos servos.⁵¹ Segundo o citado historiador, com base em crônicas de monges,⁵² entre eles, Raul Glaber:

[...] havia uma crença universal na Idade Média de que o mundo iria acabar com o ano 1000 da Encarnação, pois [...] essa terrível espera pelo Julgamento final cresceu nas calamidades que precederam ou se aproximaram do Ano Mil.⁵³

O fim de um mundo, se triste, era uma junção de esperança e terror da Idade Média. Vejam essas estátuas antigas nas catedrais dos séculos X e XI, magras, silenciosas e fazendo caretas em sua rigidez contratada, o ar sofrendo como a vida, e feias como a morte. Vejam como elas imploram, com as mãos cruzadas, por este tempo desejado e terrível, esta segunda morte da ressurreição, que deve tirá-las de sua tristeza inefável, e passando do nada para o ser, no túmulo em Deus. Esta é a imagem deste mundo pobre, sem esperança depois de tantas ruínas. O Império Romano tinha

⁵⁰ THIERRY, Augustin. *Lettres sur l'histoire de France*. Paris: Garnier Frères, 1866, pp. 179-182. Interessante notar que enquanto no século XIX se falava de “revolução de 888”, nos últimos anos é possível encontrar referências à “crise de 888”, como aparece do artigo de Stuart Airlie. AIRLIE, Stuart. Les élites em 888 et apres, ou comment pense-t-on la crise carolingienne? In. BOUGARD, F.; FELLER, L.; LE JAN, R. (eds.). *Les Élités au Haut Moyen Âge. Crises et Renouvellements*. Turnhout: Brepols, 2006, pp. 425-437.

⁵¹ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Depuis les origines jusqu'à la fin du XVe siècle. Tomo III. Bruxelas: Meline, Cans et Compagnie, 1840, pp. 204-205.

⁵² Podemos citar o uso dos *Cinco Livros de História*, de Raul Glaber, a *Crônica* de Adémar de Chabannes, monge de Limoges e d'Angoullême (989-1034) e a *Vida de Roberto, o Piedoso*, escrita por Helgald de Fleury.

⁵³ *Ibidem*, p. 230-231, apud BARTHÉLEMY, Dominique. *L'an mil et la paix de Dieu. La France chrétienne et féodale 980-1060*. Paris: Fayard, 1999, p. 9-10.

desintegrado, assim como o de Carlos Magno; o cristianismo pensou em remediar os males, mas eles continuaram. Aflição sobre aflição, ruína sobre ruína. [...] O cativo esperava no calabouço escuro, no sepulcral *in pace*; o servo esperava em seu sulco à sombra da torre odiosa; o monge esperava na abstinência do claustro, nos tumultos solitários do coração, no meio de tentações e quedas, do remorso e estranhas visões, miserável joguete do diabo, que brincava com crueldade em torno dele, e naquela noite, puxando-lhe a manta, disse alegremente em sua orelha: “você é um condenado!”⁵⁴

É evidente a referência de Michelet aos terrores do feudalismo e do milenarismo, no qual o ideia de julgamento inevitavelmente está ligada ao Juízo Final e fim dos tempos. O trecho também faz alusão à exploração do servo e à tentação do monge Raul Glaber, quando relata em suas *Histórias* as visitas do diabo. Diante desse cenário conturbado, a realeza nada mais seria que um nome, uma memória em vias de extinção. A mudança para os capetíngios daria uma nova esperança à monarquia, mas ela iria florescer posteriormente, com o auxílio e as fundações profundas da Igreja.⁵⁵ Segundo essa perspectiva, apenas a Igreja teria conseguido salvar a sociedade da violência cavaleiresca e da desordem causada pela ausência de um poder público eficaz, por meio da Paz de Deus, permitindo a retomada da ordem em meio à ascensão violenta dos *milites*. Em linhas gerais, a Paz de Deus, instituída em concílios a partir do final do século X, teria, essencialmente, o objetivo de limitar a violência crescente contra a Igreja.⁵⁶ No século XIX, a Paz de Deus foi vista como a ação de uma Igreja oposta ao feudalismo, aos excessos dos senhores, diante da falta de um rei forte, já que a *Francia* seria o região mais “feudal” da Europa.⁵⁷ O historiador Achille Luchaire, escrevendo no começo do século XX, apoiou essa interpretação:

⁵⁴ *Ibidem*, pp. 204-205.

⁵⁵ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Depuis les origines jusqu’à la fin du XVe siècle. Tomo I. Paris: Hachette, 1835, p. 430.

⁵⁶ A primeira grande assembleia de paz teria ocorrido em Charroux, região de Poitou, por iniciativa de Gombaud, arcebispo de Bordeaux, em 989. “A paz de Deus que é vulgarmente chamada ‘trégua’, apresenta-se como a interdição de assaltar e roubar, desde a tarde de quarta-feira até à manhã de segunda-feira e durante os períodos de abstinência e de purificação que precedem as três grandes festas cristãs – a Páscoa, o Natal e o Pentecostes. Nestes períodos, nenhum homem que habite a diocese ou nela esteja se pode servir de uma arma, com exceção do soberano acompanhado da sua hoste ou da sua cavalaria pessoal. Os que, conscientemente, transgredissem a proibição, seriam castigados pelo bispo com penas eclesiásticas: excomungados, fechados durante sete a trinta anos na ordo dos penitentes, separados do mundo, excluídos, desarmados, forçados à abstinência sexual.” DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, pp. 40-41, com base em um documento conservado na Biblioteca de Douai, folio 91 do manuscrito 856.

⁵⁷ BARTHÉLEMY, Dominique. *op. cit.*, pp. 17-18.

Graças às ordens religiosas e, especialmente, à ordem de Cluny, a Igreja conseguiu retirar alguns dos seus membros das influências feudais. Ela queria, além disso, promover para o mundo secular os princípios religiosos e morais que ela representava. Ela tinha de prevenir ou reparar os males inevitavelmente decorrentes da constituição da sociedade secular. Substituindo o Estado que já não existia, ela teve que trabalhar incansavelmente para reprimir os instintos violentos da classe nobre cuja ocupação era a guerra, o prazer e o flagelo. Para cumprir essa grande missão social, o clero se esqueceu de sua própria dissidência. Unido aos leigos, sempre pronto para se dedicar e lutar contra a doença, o clero criou as instituições de paz.⁵⁸

Dessa forma, o paradigma da chamada “velha escola” insistiu na crise do poder real entre 860-890.⁵⁹ Tal ruptura e esfacelamento da dinastia carolíngia levou, irremediavelmente, aos tempos feudais:

A ordem carolíngia, em seguida, entra em colapso, deixando o campo aberto para uma “sociedade feudal”; já em treinamento por um longo tempo, ela atinge a sua maturidade e ocupa dois séculos completos antes de ser alterada pelo Rei, pela Igreja, pelas comunas ao longo do século XII e XIII. O paradigma eficazmente estimulou a pesquisa, notadamente sobre a *villa* e sobre a servidão...⁶⁰

No século XX, assistiu-se a um florescimento de estudos regionais que seguiram esse modelo. Em 1938, Charles Edmond Perrin e André Déléage assinalaram as transformações do direito do *bannum* (direito de comandar, ordenar e castigar, geralmente proclamado em assembleias públicas) e da “senhoria rural” por volta do Ano Mil. Nessa época, nos países germânicos, teria ocorrido a passagem da imunidade e do *bannum* de domínio público para o

⁵⁸ LUCHAIRE, Achille. Les premiers Capétiens (987-1137). In. LAVISSE, Ernest (dir.). *Histoire de France illustrée depuis les origines jusqu'à la Révolution*. V. 2. Paris: Hachette, 1911, p. 133, *apud* BARTHÉLEMY, Dominique. *op. cit.*, p. 15. Outra importante referência é DUBY, Georges. Os leigos e a paz de Deus. In. _____. *A sociedade cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, pp. 37-47.

⁵⁹ Essa velha escola poderia ser situada no período de 1840 à 1940, de Guizot à Fustel de Coulanges. Sobre esta escola, ver BOURDE, Guy; MARTIN, Hervé. L'histoire érudite de Mabillon à Fustel de Coulanges. In. _____. (eds.) *Les écoles historiques*. Paris: Seuil, 1983, pp. 83-113. Sobre a visão em torno do “feudalismo”, ver GUERREAU, Alain. *Le féodalisme, un horizon théorique*. Paris: Le Sycomore, 1980, p. 43 sq, *apud* LAURANSON-ROSAZ, Christian. *Le débat sur la “mutation féodale”: état de la question*, p. 3. Artigo originalmente publicado em espanhol: La “mutación feudal”: una cuestión controvertida. *Historiar*, n. 4, Barcelona, L'Avenç, 2000, p. 12-31); em francês, na obra dirigida por Przemyslaw Urbanczyk, *Europe around the year 1000*. Varsóvia: Institute of Archaeology and Ethnology, Polish Academy of Sciences, 2001, p. 11-40 e na revista italiana *Scienza & Politica*, Bolonha, 26, 2002, pp. 3-24.

⁶⁰ BARTHÉLEMY, Dominique. Encore le débat sur l'an mil! *Revue hist. de droit français et étranger*, 73, 1995, p. 353, *apud* LAURANSON-ROSAZ, Christian. *op. cit.*, p. 4.

bannum senhorial.⁶¹ Em 1939, Roger Aubenas opôs os castelos públicos do século X à privatização do Ano Mil, ao advento de uma “segunda zona de feudalidade”.⁶²

Entretanto, o grande marco foi estabelecido por Marc Bloch, também em 1939, com a publicação do primeiro tomo de *La Société Féodale*.⁶³ A Idade Média apareceu, assim, como um dos pilares da renovação historiográfica que se abriu com a Escola dos Annales, da qual Marc Bloch foi um dos fundadores, e que teve um papel fundamental no pensamento histórico francês.⁶⁴ E nela, o feudalismo foi uma experiência vivida segundo o modelo “mutacionista”, que articulou duas épocas, a feudalidade carolíngia e uma feudalidade clássica a partir do século X; tal transição (ou mutação) se deu a partir de movimentos de classes e de laços de dependência. Para Rosaz, pelo menos ideologicamente, houve uma ruptura com a “velha escola” histórica, que foi confirmada alguns anos mais tarde pelo historiador do direito, o belga Jean-Louis Ganshof, em sua obra *Qu’est-ce que la féodalité?*, e pelo francês Jean-François Lemarignier.⁶⁵ A partir da análise jurídica, os autores insistiram na passagem da “lei” para o “costume” no contexto da falência do poder carolíngio.⁶⁶ Outro historiador do direito, o também belga Jan Dhondt procedeu à mesma análise da falência do poder, baseando-se sobre os aspectos regionais do fenômeno político.⁶⁷

⁶¹ PERRIN, C. E. *Recherches sur la seigneurie rurale en Lorraine, d’après les plus anciens censiers (IXe-XIIe siècles)*. Estrasburgo: Publications de la Faculté des Lettres de l’Université de Strasbourg, 1935; DÉLÉAGE, A. *La vie économique et sociale de la Bourgogne dans le Haut Moyen Âge*. Mâcon: Protat, 1941, *apud* LAURANSON-ROSAZ, Christian. *op. cit.*, p. 4.

⁶² AUBENAS, R. Les châteaux forts des Xe et XIe siècles. Contribution à l’étude des origines de la féodalité. *Revue historique de droit*, 1938, p. 548-586 (p. 580), *apud ibidem*, p. 4.

⁶³ BLOCH, Marc. *La Société Féodale*. Tomo I: La Formation des Liens de Dépendance. Paris: Albin Michel, 1939. Segundo ROSAZ, Marc Bloch teria preferido a expressão “sociedade feudal” ao “feudalismo”. LAURANSON-ROSAZ, Christian. *op. cit.*, p. 4, nota 23.

⁶⁴ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. L’histoire érudite de Mabillon à Fustel de Coulanges. In: _____ (eds.) *Les écoles historiques*. Paris: Seuil, 1983, pp. 171-226; THUILLIER, G.; TULARD, J. *Les écoles historiques*. Paris: Presses Universitaires de Paris, 1990; BURKE, Peter. *A Escola dos Annales. 1929-1989*. São Paulo: UNESP, 2007.

⁶⁵ LAURANSON-ROSAZ, Christian. *op. cit.*, p. 4.

⁶⁶ LEMARIGNIER, J.-Fr. La dislocation du pagus et le problème des consuetudines. In. *Mélanges d’histoire du moyen âge dédiés à la mémoire de Louis Halphen*. Paris: Presses Universitaires de France, 1951, pp. 401-410. Entre os seguidores de Lemarignier, estão OURLIAC, Paul. *Les pays de Garonne vers l’an mil. La société et le droit: recueil d’études*. Toulouse: Privat, 1993; GUILLOT, O. Les consuetudines au sens d’exaction dans la France des premiers Capétiens. In. MAGNOU-NORTIER, É. (ed.). *Pouvoirs et libertés au temps des premiers Capétiens*. S.l.: Hérault, 1992, p. 231-246.

⁶⁷ DHONDT, Jan. *Études sur la naissance des principautés territoriales en France (IXe-Xe siècles)*. Bruges: de Tempel, 1948; Id. *Le Haut Moyen Âge (VIIIe-XIe siècles)*. Edição francesa revisada por M. Rouché. Paris: Bordas, 1968.

A visão do Ano Mil como recipiente de todo o horror da época feudal continuou nas obras de Georges Duby, em especial a partir da década de 1960.⁶⁸ O Ano Mil apareceu como um período crítico, de grandes transformações sociais, no qual a crise sócio-política culminou em uma dissolução do poder público e em uma ascensão da classe guerreira entre os séculos X e XII:

Crise da realeza. *Imbecilitas regis*: o rei já não tem apoio [...] Este enfraquecimento da monarquia é decisivo: os “especuladores”, os que apresentam um espelho (*speculum*) das virtudes já o não apontam para o soberano, mas sim para a sociedade. A moral da ação separa-se assim da pessoa régia, e com esta separação incita a procurar, no corpo social, as funções de sagesa, de vigor militar e de generosa fecundidade que o soberano assumira até então. Crise e muito brusca.⁶⁹

Para Duby, mesmo diante do relato dos encontros e conversas entre o rei Henrique da Germânia e o rei Roberto da França, tudo seria apenas “fachada”, uma vez que as estruturas estatais já haviam desabado e a autoridade monárquica estava enfraquecida.⁷⁰ As assembleias públicas voltadas para a discussão da paz e da *lex* já não eram as mesmas do período carolíngio, uma vez que o rei já não estava cercado por bispos e condes importantes, mas por “homens de linhagem menos elevada, senhores de castelos e até simples cavaleiros”.⁷¹ Assim, o período de 980-1030 ou 1010-1060 marcaria o esfacelamento da ordem pública carolíngia e o advento da senhoria castelã e de uma classe guerreira baseada em extorsões inéditas, ou seja, época da verdadeira “revolução feudal” do Ano Mil.⁷² Para Duby, a Paz de Deus era a prova de uma crise social profunda, de uma violência desenfreada e da falha das estruturas

⁶⁸ DUBY, Georges. *La société aux XIe et XIIe siècles dans la région mâconnaise*. Paris: A. Colin, 1953; Id. *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*. Paris: Gallimard, 1978; Id. *L'An Mil*. Paris: Gallimard, 1980. Nesse texto, usamos a versão em português da obra de 1978: *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

⁶⁹ DUBY, Georges. *As Três Ordens...*, p. 149.

⁷⁰ *Ibidem*, pp. 149-150. Duby se referiu ao encontro dos dois governantes em 1023. RAUL GLABER, 3, II, 8.

⁷¹ *Ibidem*, p. 150.

⁷² BARTHÉLEMY, Dominique. *op. cit.*, p. 13. O conceito de “revolução feudal” é frequentemente creditado a Duby, que teria usado o termo pela primeira vez em seu livro “As três ordens ou a imaginação do feudalismo”. DUBY Georges. *op. cit.*, pp. 171-189. Entretanto, a expressão já se encontra antes dele e de Marc Bloch. No início do século XX, o historiador Marcellin Boudet descreveu o desencadeamento da violência senhorial em Saint-Flour por volta do Ano Mil, não de uma maneira “mutacionista”, mas sim como a primeira “revolução” no Auvergne, nos anos 950. BOUDET, Marcellin. *Cartulaire du prieuré de Saint-Flour*. Mônaco: Imp. de Monaco, 1910 *apud* LAURANSON-ROSAZ, Christian. *Le débat...*, p. 2.

carolíngias.⁷³ Ela seria, assim, um movimento religioso de massa impulsionado pelos laicos, com uma “coloração utópica, milenarista”.⁷⁴

Os estudos de Duby abriram possibilidades para diversas abordagens no período, das quais os trabalhos de Pierre Bonnassie⁷⁵ e de Jean-Pierre Poly e Eric Bournazel⁷⁶ se destacaram.⁷⁷ Tais obras foram caracterizadas como pertencentes à chamada corrente “mutacionista”.⁷⁸ Com as devidas diferenças de abordagem, estes autores defenderam a ideia de uma privatização do poder público e domínio de um “senhorio” que exerceu seu poder a partir dos laços de dependência e da cobrança de taxas, serviços e violência, elementos estes que formaram o paradigma da “mutação feudal”, especialmente a partir de uma perspectiva

⁷³ LAURANSON-ROSAZ, Christian. Paix de Dieu. In: GAUVARD, CLAUDE; LIBERA, Alain de; ZINK, Michel (dirs.). *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Presses Universitaires de France, Paris, 2002, p. 1035.

⁷⁴ BARTHÉLEMY, Dominique. *op. cit.*, p. 14.

⁷⁵ BONASSIE, Pierre. El Señorío Banal y los cambios en la condición del campesinado libre. In: LITTLE, L.K.; ROSENWEIN, B.H. (eds.). *La Idade Media a debate*. Madri: Akal, 2003, p. 190-218.

⁷⁶ POLY, Jean -Pierre; BOURNAZEL, Éric. *La Mutation Féodale. Xe – XIIe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.

⁷⁷ Lauranson-Rosaz elencou os seguintes estudos regionais entre o período de 1975 e 1987: BONNASSIE, Pierre. *La Catalogne du milieu du Xe siècle à la fin du XIe siècle. Croissance et mutations d'une société*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1975-1976. 2 tomos. POLY, Jean-Pierre. *La Provence et la société féodale, 879-1166. Contribution à l'étude des structures dites féodales dans le Midi*. Paris: Bordas, 1976; BUR, M. *La formation du comté de Champagne, v. 950-v.1150*. Nancy: Université de Nancy II, 1977; SASSIER, Y. *Recherches sur le pouvoir comtal en Auxerrois du Xe au début du XIIIe siècle*. Auxerre: Société des fouilles archéologiques et des monuments historiques de l'Yonne, 1980; AUBRUN, M. *L'ancien diocèse de Limoges des origines au milieu du XIe siècle*. Clermont-Ferrand: Presses Univ Blaise Pascal, 1981; MUSSOT-GOULARD, R. *Les princes de Gascogne, 768-1070*. Marsolan: CTR, 1982 ; BARTHÉLEMY, D. *Les deux âges de la seigneurie banale, Coucy (XIe-XIIIe siècle)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1984; DEBORD, A. *La société laïque dans les pays de la Charente, Xe-XIIe s.* Paris: Picard, 1984; LAURANSON-ROSAZ, C. *L'Auvergne et ses marges (Velay, Gévaudan) du VIIIe au XIe siècle. La fin du monde antique?* Le Puy-en-Velay: Les Cahiers de la Haute-Loire 1987. Porém, outros professores, como o já citado Jean-François Lemarignier, também tiveram um impacto considerável no estímulo para os estudos sobre o poder e suas estruturas: MAGNOU-NORTIER, É. *op. cit.*; CHÉDEVILLE, A.; TONNERRE, N.-Y. *La Bretagne féodale, XIe-XIIIe siècle*. Rennes: Ouest-France, 1987 ; BOURIN-DERRUAU, M. *Villages médiévaux en Bas-Languedoc: genèse d'une sociabilité (Xe-XIVe siècle)*. Paris: L'Harmattan, 1987; entre outros. Entre os discípulos de Jean-François Lemarignier estariam D. Barthélemy, É. Bournazel, O. Guillot, H. Guillotel, O. Guyotjeannin, J.-P. Poly, Y. Sassier. LAURANSON-ROSAZ, Christian. *op. cit.*, p. 6. As décadas de 1960-1970 também foram pontuadas por eventos dedicados ao assunto, em especial ao feudalismo em outros territórios, como Aquitânia e Inglaterra. Dentre eles, podemos citar o Colóquio do CNRS “Les Structures sociales de l'Aquitaine, du Languedoc et de l'Espagne au premier âge féodal”, realizado em 1969, o Colóquio da École Française de Rome “Structures féodales et féodalisme”, em 1978, e o Encontro Franco-Britânico de Bordeaux “Sociétés et groupes sociaux en Aquitaine et en Angleterre”, em 1979.

⁷⁸ O termo “mutacionista”, assim como o seu correlato “anti-mutacionista”, usado para designar a tese da “nova escola”, deve-se a Dominique Barthélemy. Como observou S. Carocci, “tantas denominações historiográficas que se tornaram canônicas foram criadas a partir de fora, por críticos que desejavam melhor qualificar seus polêmicos alvos”. CAROCCI, S. Signoria rurale e mutazione feudale, una discussione. *Storica*, 1997, p. 49, *apud* LAURANSON-ROSAZ, Christian. *op. cit.*, p. 2.

marxista que opôs a antiguidade e o feudalismo.⁷⁹ Na década de 1990, outro livro de Bournazel e Poly foi publicado,⁸⁰ reafirmando as posições mutacionistas:

O Ocidente da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média se transforma, mas, apesar das mudanças produzidas antes do século X, a sociedade ocidental parece ainda reconhecível por suas origens. Acreditamos que entre os Alpes e a Galícia, a queda ocorreu por volta do Ano Mil: um pouco antes em algumas áreas e um pouco depois em outras. O fim do antigo sistema social e do nascimento do feudalismo não chegou imperceptivelmente e indolor. As forças sociais e políticas se opuseram à resistência. O confronto social era, portanto, inevitável e seu rompimento constituiu um índice de mudança. A principal manifestação da crise foi o fim da *potestas publica* e a transformação territorial - entendida como uma falência do poder - da unidade territorial politicamente unificada, anteriormente colocada sob uma única autoridade (rei ou conde). Os responsáveis foram os barões que, desejando ter os recursos públicos, atacaram de frente a autoridade e esvaziaram seu conteúdo. O colapso da autoridade real ou condal foi também a da garantia da lei e da justiça tradicionais. Reis e condes que, anteriormente, presidiram os tribunais, desapareceram ou já não participam com a frequência de antes; quando o faziam, foi para fazer justiça de acordo com a vontade dos barões. A transformação da justiça mostra, de alguma forma, o triunfo dos interesses privados da aristocracia em detrimento daqueles da sociedade ou do Estado. É assim que a justiça se transforma em um poderoso instrumento de enfraquecimento da propriedade e da liberdade dos camponeses. Naturalmente, para impor tais mudanças, os nobres tiveram que aumentar a quantidade dos seus guerreiros, ao mesmo tempo que retiram a classe camponesa da função militar. Um mutação social como aquela que descrevemos deveria, para se consolidar, proteger os guerreiros por meio de privilégios que garantissem legalmente a sua reprodução e, por outro lado, mantivessem a maior parte da população sujeita a um sistema de exploração que beneficiasse uma minoria militar. Portanto, era necessário manter os camponeses em categorias degradantes (servidão) sob o domínio do senhorio. O objetivo perseguido pelos grandes não era outro senão a apropriação do excedente camponês. Trata-se, de uma parte, de incorporar as pequenas propriedades às grandes propriedades da aristocracia, alargando o regime de “tenure” e aumentando o volume da renda e, por outro lado, de se apropriar dos antigos cargos públicos - isto é, sequestrar - em favor das linhagens aristocráticas, e dos benefícios da jurisdição pública (impostos sobre as pessoas, seus bens e atividades e multas judiciais), transformando os antigos serviços (especialmente militares) em prestações e desfrutando do

⁷⁹ Barthélemy, ao fazer novamente uma crítica a essa corrente interpretativa, afirmou que o marxismo teve um papel fundamental no desenvolvimento do mutacionismo, já que a ideia de “revolução feudal” marcaria a transição brutal de um modo de produção para outro, da escravidão “antiga” para o “senhorio” medieval. BARTHÉLEMY, Dominique. *Encore le débat...*, pp. 349-362, em especial p. 350. Christian Lauranson-Rosaz notou a dificuldade em se usar o termo marxista para pensar o mutacionismo, uma vez que muitos dos “grandes mutacionistas” não reivindicaram o marxismo, como J.-F. Lemarignier, mas também J.-P. Poly e É. Bournazel, que eram “a-marxistas” (não há modo de produção no índice da obra *La Mutation Féodale*) e P. Bonnassie, que em seu artigo sobre a escravidão, definiu outros autores como marxistas e não a si mesmo. LAURANSON-ROSAZ, Christian. *op. cit.*, p. 2.

⁸⁰ BOURNAZEL, Éric; POLY, Jean-Pierre. *Les féodalités*. Paris: Presses Universitaires de Paris, 1998.

colapso da ordem tradicional para introduzirem novos encargos anteriormente desconhecidos ou indevidos (abusos, maus costumes).⁸¹

A década de 1990 foi caracterizada pela polêmica “anti-mutacionista”, lançada por Dominique Barthélemy e seu artigo “*La mutation féodale a-t-elle eu lieu? Note critique*”.⁸² Nele, o autor alegou que se antes o modelo de “mutação feudal” apresentado em *La Mutation Féodale*, de 1980, estimulou as pesquisas, anos depois, seria o responsável por bloqueá-las.⁸³ Ao longo do texto, Barthélemy elencou quatro pontos que constituíram sua crítica ao paradigma da mutação feudal:

1. A teoria mutacionista: Enquanto Marc Bloch utilizou a cronologia tradicional do período feudal (877-1214) e deu uma abordagem mais sociológica que os autores anteriores, assinalando um ponto de inflexão em 1050, Georges Duby transformou essa inflexão em ruptura próxima ao Ano Mil. Para completar, Pierre Bonnassie, com o seu trabalho regional sobre a Catalunha e Jean-Pierre Poly, sobre a Provença, tornaram-se a expressão mais alta da corrente mutacionista:

[...] para eles [Bonnassie e Poly], a mutação resulta de uma crise fundamental, que ocorreu nas décadas que definem o Ano Mil. As relações vassálicas e senhoriais, que já existiam anteriormente, tornam-se mais sistemáticas e sobretudo “dominantes”. As modalidades regionais desta transformação poderiam variar ligeiramente, mas o movimento é praticamente o mesmo em todos os lugares [...]. Em meados do século X, os autores situaram, após J.-F. Lemarignier e G. Duby, uma degradação decisiva das instituições públicas. Os grandes (sobre os quais é possível demonstrar, contra M. Bloch, que são descendentes dos titulares de “honores” carolíngios) confiscaram a justiça e os castelos. Eles criaram uma nova forma de poder, privado e patrimonial, o senhorio banal. Eles levaram à morte toda a sociabilidade rural tradicional - os bons selvagens - e deslocaram o campesinato livre e os proprietários de terras [*alleutière*], que durante séculos resistiram ao espancamento; no extrato superior, composto por tipos de “kulaks”, os grandes recrutaram seus capangas. Esses cavaleiros, valetes do terrorismo senhorial, são progressivamente transformados em uma cavalaria: no século XII, eles constituíram uma

⁸¹ SALRACH, Josep. Les féodalités méridionales: des Alpes à la Galice. In. BOURNAZEL, Éric; POLY, Jean-Pierre. *Les féodalités...*, pp. 313-388 (aqui pp. 320-321) *apud* LAURANSON-ROSAZ, Christian. *op. cit.*, p. 16.

⁸² BARTHÉLEMY, Dominique. La mutation féodale a-t-elle eu lieu? Note critique. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 47, n. 3, mai-juin 1992, pp. 767-777. Ver também outros trabalhos do autor: BARTHÉLEMY, Dominique. *L'an mil et la paix de Dieu. La France chrétienne et féodale 980-1060*. Paris: Fayard, 1999; Id. *La mutation de l'an mil a-t-elle eu lieu? Servage et chevalerie dans la France des Xe et XIe siècles*. Paris: Fayard, 1997; Id. *A Cavalaria. Da Germânia antiga à França do século XII*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

⁸³ *Ibidem*, p. 767.

ideologia e se aproximaram da nobreza. Mas no século XI eles se espalharam pela ordem feudal, no qual o feudo tinha algo de mais específico que a antiguidade e a hereditariedade [...] Antes de enfrentar diretamente este sistema, é possível observar que as contribuições dos próprios autores não vão no sentido da mudança repentina por volta do Ano Mil; eles também dão materiais aos defensores do “ajuste” (um ajuste dentre outros, dentro dos quais a História é feita em sua riqueza). Assim, eles mostraram muito bem a simples transferência do sistema militar carolíngio, implantado pelas grandes igrejas, em direção aos castelos em meados do século X. No capítulo sobre a vassalagem e o feudo, o mutacionismo é bem temperado; em matéria feudal, “paradoxo da História, o programa carolíngio parece, enfim, realizado”. Adiante, J.-P. Poly e E. Bournazel não podem negar nem a continuidade dessa nobreza que se projeta acima dos camponeses, mas também, segundo eles, dos cavaleiros simples; nem a permanência de um discurso cristão sobre a submissão à ordem estabelecida. Portanto, como acontece na maioria dos livros, as conclusões são menos sutis que os desenvolvimentos particulares.⁸⁴

2. O problema das fontes: Barthélemy se questionou sobre a mudança de vocabulário na documentação ao longo do século XI. Elas seriam suficientes para sustentar o modelo de mutação feudal? Duby, por exemplo, viu uma disparidade entre o estilo oficial do século X e de seus prolongamentos no século XI e o estilo livre e mais narrativo das notícias do século XI. Tal mudança seria o sintoma da crise das instituições públicas,⁸⁵ “a crise, essa revolução que fez se estabelecer, em som e fúria, o que chamamos de feudalismo”.⁸⁶ Para Barthélemy, novas palavras incorporadas aos padrões tradicionais ou modelos ligeiramente modificados não indicaram nada significativo no contexto francês entre 980 e 1060.⁸⁷

3. O problema da mudança social: a questão giraria em torno dos laços de dependência, distorcidos pela ambiguidade do vocabulário e sua pseudo-mutação por trás da “ilusão documental”.⁸⁸ Para o autor, “a ascensão (dos *milites*) é um mito historiográfico muito solidário ao mito do campesinato livre da Alta Idade Média”.⁸⁹

⁸⁴ *Ibidem*, pp. 768-769.

⁸⁵ DUBY, Georges. *La société aux XIe...*, p. 9 *apud ibidem*, p. 770.

⁸⁶ DUBY, Georges. *Le chevalier, la femme et le prêtre. Le mariage dans la France féodale*. Paris: Hachette, 1981, p. 59 *apud* LAURANSON-ROSAZ, Christian. *op. cit.*, p. 10.

⁸⁷ BARTHÉLEMY, Dominique. *La mutation féodale...*, p. 770.

⁸⁸ A ideia de “ilusão documental” foi muito utilizada pelos anti-mutacionistas e estudiosos contrários à visão violenta do Ano Mil, visão esta proveniente principalmente da “propaganda” clerical, que caracterizou os *milites* como inimigos do clero. Cf. ROSENWEIN, B. H., HEAD, T.; FARMER, S.H. Monks and their Enemies: A Comparative Approach. *Speculum*, 66, 1991, pp. 764-796 *apud* LAURANSON-ROSAZ, Christian. *op. cit.*, p. 10.

⁸⁹ BARTHÉLEMY, Dominique. *op. cit.*, p. 771.

4. O problema da “ordem pública” anterior ao Ano Mil: neste último ponto, que interessa particularmente a esta pesquisa, Barthélemy criticou a pedra angular do mutacionismo, ou seja, a ideia de que após o Ano Mil, não restou mais do que “convenções” feudais ou parafeudais, sempre de caráter privado. A crise das instituições públicas, ou do poder público, poderia ser traduzidas pela degradação dos princípios do direito: um recuo da prova escrita (na Mâcon de Duby), a crença no ordálio (na Provença de J.-P. Poly), o fim de um “direito romano ainda que vulgar”, que impregnou os formulários francos, e o início da “elaboração do direito consuetudinário”.⁹⁰ O autor colocou em xeque a validade do binômio público/privado e a ideia de “degradação”, baseado especialmente nas contribuições da antropologia jurídica (voltada aos estudos africanistas)⁹¹ e da antropologia histórica desenvolvida na América e Inglaterra e interessada na resolução de conflitos. Como mostrou Stephen White, a finalidade da justiça não era chegar a decisões definitivas, mas restituir a paz por meio do compromisso, sendo a conversão “privada” um complemento do julgamento “público” e não a negação deste último.⁹² Dessa forma, ainda que o período medieval seja apresentado como violento, não se trata de uma violência endêmica, descontrolada, que tem um papel funcional (por meio do terrorismo de classe, que movimenta a mutação social). Essa perspectiva apresentada por Bonnassie, Poly e Bournazel seria, para Barthélemy, fruto de uma visão eurocêntrica que opôs “direito” e “força”, ordem pública e poderes privados, finalmente uma justiça carolíngia forte e uma desordem no Ano Mil. A anarquia feudal traria, então, uma certa conotação “colonial”. Para Barthélemy e demais autores, como Patrick Geary, a violência poderia ser auto-limitada, e ainda que tivesse um impacto sobre determinados indivíduos, não ameaçava os laços sociais ou o corpo social.⁹³ O autor também complementou que o caráter privado, que teria rompido com a lei e que floresceu no século XI, nada mais seria que um feito puramente documental, por isso, fazia-se necessário renunciar à ideia de uma ruptura entre o período carolíngio e o Ano Mil. Ambas as épocas seriam espaços para uma série de ajustes e readaptações das instituições jurídicas; mesmo quando se pensa no

⁹⁰ *Ibidem*, p. 772.

⁹¹ ROULAND, Norbert. *Anthropologie juridique*. Paris: Les Presses universitaires de France, 1988.

⁹² WHITE, Stephen. Pactum... Legem Vincit et Amor Judicium. The Settlement of Disputes by Compromise in Eleventh-Century Western France. *The American Journal of Legal History*, 22, 1978, pp 281-330 *apud* BARTHÉLEMY, Dominique. *op. cit.*, p. 773.

⁹³ GEARY, Patrick; FALQUEVERT, Jacqueline. Vivre en conflit dans une France sans État: typologie des mécanismes de règlement des conflits (1050-1200). *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 41, n. 5, Sep. - Oct., 1986, pp. 1107-1133; DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul (eds.). *The Settlement of Dispute in Early Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

nascimento do Estado moderno, é a coexistência de alguns espaços públicos com todo um conjunto de relações sociais que permite caracterizar um “poder privado”. Assim, as fortalezas do século XI eram, na verdade, espaços de paz, nos quais a justiça seria marcada por uma racionalidade e limites próprios (como toda justiça), sem ser tão diferente da “justiça normal” dos tempos carolíngios.⁹⁴

A conclusão a qual Barthélemy chegou, utilizando-se também do suporte arqueológico, foi a de que não houve “mutação”, nem “revolução”, “nem mudança violenta” durante 980 e 1060, mas “ajustes sucessivos” ou “reformulações” nas grandes estruturas institucionais (jurídicas e militares) e sociais (formas de dependência).⁹⁵ No caso da “selvageria feudal”, o que teria ocorrido, de fato, seria o aumento das denúncias da violência, ou seja, os parâmetros para avaliá-las mudaram devido às transformações ideológicas (ligadas inclusive ao reformismo da Igreja e às heresias) em vez das rupturas sociais.⁹⁶

A posição de Barthélemy foi apenas uma dentro dessa corrente que vai criticar os pressupostos da “mutação feudal” e também do feudalismo como um todo.⁹⁷ Entre os “tradicionalistas”, nada permitiria apoiar a visão mutacionista de aumento da violência ou dos direitos dos senhores por volta do Ano Mil. Alguns desses historiadores - Barthélemy é o representante mais óbvio - apresentaram um discurso oposto à postura de ruptura apresentada pelo mutacionismo e pelo marxismo. Outros historiadores, como Karl Ferdinand Werner, Elizabeth Magnou-Nortier e Jean Durliat, encaixaram-se na categoria descrita como “romanistas” e se concentraram mais na questão institucional da permanência da Antiguidade.⁹⁸

⁹⁴ BARTHÉLEMY, Dominique. *op. cit.*, p. 774.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 775.

⁹⁶ BARTHÉLEMY, Dominique. Un cambio de milenio sin transformaciones radicales. In: LITTLE, L.K.; ROSENWEIN, B.H. (eds.) *La Edad Media a debate*. Madri: Akal, 2003, pp. 219-238; Id. “La mutation féodale a-t-elle eu lieu?... Segundo o autor, o termo *violentia* deveria ser empregado em seu sentido técnico: “incorreto, contra a lei”, pois na época a palavra não era equivalente à denúncia de alguma forma de “terrorismo de classe”, mas sim usada pelos monges para designar qualquer legalidade que rivalizava com a sua, sendo daí que viria a profusão de mitos relativos à anarquia feudal.

⁹⁷ É evidente, porém, que as críticas incisivas de Barthélemy receberam resposta dos autores de “L’Mutation Féodale”, na qual reafirmaram os pontos que o historiador francês chamou como “mitos historiográficos”. POLY, Jean -Pierre; BOURNAZEL, Éric. Que faut-il préférer au “mutationisme”? ou le problème du changement social. *Revue historique de droit français et étranger*, 72, 1994, p. 401-412.

⁹⁸ WERNER, Karl Ferdinand. Les Origines. In: FAVIER, J. (dir). *Histoire de France*. Tomo I. Paris: Fayard, 1984; Id. *Naissance de la noblesse*. Paris: Fayard, 1998; MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. *La société laïque et l’Église dans la province ecclésiastique de Narbonne (zone cispyrénéenne) de la fin du VIIIe à la fin du XIe*

O que interessa notar nessas novas abordagens é que elas buscaram relativizar ou questionar a ideia de uma crise sem precedentes no período do Ano Mil. Mesmo a crise política passou a ser vista não a partir da óptica da ruptura, mutação ou revolução, mas da ideia de transformação, de mudança:

Muitos historiadores (e alguns deles famosos) permanecem sujeitos a um modelo — a “sociedade feudal”. Como todo modelo rígido, isso os leva a exagerar, a transformar as evoluções em rupturas (por exemplo, a França do Ano Mil), a interpretar qualquer variação no estilo ou no volume da documentação como o indicador de convulsões sociais. É o bastante quando se traz de volta o mito dos terrores do ano mil!⁹⁹

O movimento da Paz de Deus, por exemplo, visto antes como paliativo para as crises do Ano Mil e para os terrores milenaristas, passou a ser interpretado de uma forma mais sutil. Ele nada mais foi do que uma legislação ditada por bispos, em meio às relíquias e em tempos de calamidade, e que conjugava a preocupação da Igreja de se fazer respeitar, pela sua autoridade, os seus estreitos interesses com a sua visão ampla de seu papel social. Além disso, a Paz de Deus seria mais um instrumento de acordo entre os senhores laicos e eclesiásticos do que uma conspiração dos poderosos ou a recuperação de uma resistência camponesa, e não excluiria a presença da realeza. Joseph Morsel afirma que os clérigos podiam aparecer como os especialistas da coesão social, que buscavam restaurar a paz por meio da circulação da *caritas* entre os homens e Deus, ou seja, a sociedade deveria submeter-se à ordem divina, da qual o clero apresentava-se como único “intérprete”. Além disso, a Paz de Deus estaria longe de ser uma prática ou instituição anti-senhorial, mas sim era uma forma de defender, inclusive, o senhorio da Igreja. Por fim, os conflitos, que muitas vezes pareciam dilacerar de modo permanente a sociedade feudal, permitiram a mobilização e rearticulação recorrente dos vínculos sociais entre grupos opostos, sem que deles derivasse o declínio do sistema social.¹⁰⁰

Ainda nessa corrente de profundo questionamento das posições tradicionais, foi lançado o provocador livro de Susan Reynolds, *Fiefs and Vassals*.¹⁰¹ Nele, a autora negou a

siècle). Toulouse: Publications de l'Université de Toulouse, 1974; DURLIAT, Jean. *Les finances publiques de Dioclétien aux Carolingiens (284-889)*. Sigmaringen: Thorbecke, 1990.

⁹⁹ BARTHÉLEMY, Dominique. *La mutation féodale a-t-elle eu lieu?*. Paris: Fayard, 1997.

¹⁰⁰ MORSEL, Joseph. Sacerdotes e Hombres de Armas. In: _____. *La aristocracia medieval: el dominio social en el Occidente*. Valencia: Ed. Universidad Valencia, 2008, p. 181.

¹⁰¹ REYNOLDS, Susan. *Fiefs and Vassals. The medieval evidence reinterpreted*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1994.

existência do sistema feudal e se posicionou contra os “juristas acadêmicos” e os “óculos feudais dos historiadores”. Ao distinguir palavra, conceito e fenômeno, Reynolds considerou a palavra menos importante; interessava investigar se um conceito era utilizado pelos contemporâneos ou pelos estudiosos atuais.¹⁰² Elisabeth Magnou-Nortier foi responsável, na França, por publicar um *compte-rendu* favorável às ideias de Fiefs and Vassals, declarando que:

as sistematizações jurídicas mais ideológicas [...] criaram ficções históricas, das quais os medievalistas foram vítimas e, por causa delas, impediram um conhecimento mais fiável das sociedades medievais, dito de outra forma, da “História real”.¹⁰³

Para ela, não teria havido crise feudal, nem mesmo o feudalismo teria existido. A sociedade francesa teria permanecido romana, especialmente, em seus aspectos tributários, que se baseavam no poder público.¹⁰⁴ Eis a visão “romanista” do problema da crise do Ano Mil. Tal abordagem também recebeu críticas de Barthélemy, que levou a discussão para o campo da antropologia jurídica,¹⁰⁵ enquanto o historiador do direito Paul Orliac também se juntou ao debate, ao negar a refutação do feudalismo, mas não do “anti-mutacionismo”.¹⁰⁶ O fato é que, para Barthélemy, não se tratava de negar as “mutações” ao longo da História, mas rever tudo o que foi dito sobre o Ano Mil e entender que as explicações dadas ao período seriam frutos das angústias e tormentos do Ano 2000.¹⁰⁷

¹⁰² LAURANSON-ROSAZ, Christian. *op. cit.*, p. 13.

¹⁰³ MAGNOU-NORTIER, É. La féodalité en crise. Propos sur Fiefs and vassals de Susan Reynolds. *Revue historique*, t. 296, fasc. 2, oct.-déc. 1996, pp. 253-348 (aqui p. 253).

¹⁰⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁵ BARTHÉLEMY, Dominique. La théorie féodale à l'épreuve de l'anthropologie (note critique). *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 52, n. 2, 1997, pp. 321-341.

¹⁰⁶ ORLIAC, Paul. La féodalité et son histoire. *Revue historique de droit français et étranger*, 73, 1, 1995, pp. 1-21. Para essa discussão, ver LAURANSON-ROSAZ, Christian. *op. cit.*, p. 14.

¹⁰⁷ LAURANSON-ROSAZ, Christian. *op. cit.*, pp. 14-15. Esse período assistiu a um despertar de interesse pelas questões milenaristas/escatológicas: LANDES, Richard. Rodolfus Glaber and the Dawn of the New Millenium: eschatology, historiography, and the year 1000. *Revue Mabillon*, 7, t. 68, 1996, pp. 57-77; GOUGUENHEIM, Sylvain. *Les fausses terreurs de l'an mil*. Paris: Picard, 1999; Id. L'histoire d'un mythe. L'invention des terreurs de l'an mil. Étude et critique historiographique, d'Abbon de Fleury à Richard Landes. *Bulletin du Cange. Archivum Latinatis Medii Aevi*, 57, 1999, pp. 111-190; DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista dos nossos medos*. São Paulo: UNESP, 1998.

Como lembrou Rosaz, desde então, o debate se mostrou um pouco estagnado, com posições entrincheiras, uma vez que as “teses parecem ser irreconciliáveis e o ‘horizonte teórico’ não tende a se expandir”.¹⁰⁸ O que se percebe, a partir dessas duas breves discussões sobre o conceito de crise e sobre a historiografia em torno do Ano Mil, é que estamos diante de debates apaixonados, que muitas vezes não dialogam, apesar da riqueza e abrangência dos assuntos. Mais do que isso, vemos a questão da crise constantemente presente nos trabalhos sobre os séculos IX e XI: ela está no esqueleto da “sociedade feudal”, é um pré-requisito daquilo que se entende por feudalismo. Nas últimas décadas, mesmo com as críticas anti-mutacionistas de Barthélemy e o ceticismo acentuado de Alain Guerreau, nota-se que a crise ainda faz parte do horizonte de análise dos séculos citados.¹⁰⁹ Entretanto, os historiadores deram um novo peso ou um novo tom ao conceito: ao invés de mudanças bruscas, rupturas, catástrofe, uma doença irremediável, a crise passa a ser indício de transformações, de ajustes.¹¹⁰ Parte dessa renovação historiográfica pressupõem uma nova relação com as fontes escritas no período. Nos próximos capítulos, buscaremos retornar a dois escritos medievais, que foram fundamentais para as discussões sobre o Ano Mil: a *Crônica*, de Regino de Prüm, e os *Cinco Livros de História*, de Raul Glaber, tentando compreender se essas fontes sustentam a existência de uma crise no período, em especial, uma crise do poder público.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁹ Cf. *supra*.

¹¹⁰ Ver, por exemplo, o título de um importante livro na área: BOUGARD, F.; FELLER, L.; LE JAN, R. (eds.). *Les Élités au Haut Moyen Âge. Crises et Renouvellements*. Turnhout: Brepols, 2006, pp. 425-437.

Capítulo 2

Regino de Prüm e a *Crônica*

Neste capítulo, apresentaremos a forma como a historiografia abordou a *Crônica*, de Regino de Prüm, os dados de sua biografia e o espaço em que atuou como abade e escritor. Em seguida, iremos destacar algumas categorias fundamentais na obra e discutir sua colaboração aos estudos sobre a crise do poder público implicada no desenvolvimento da “mutação feudal” ao longo do Ano Mil.

2.1. A *Crônica* na história e na historiografia

A *Crônica* (*Chronicon*), do abade Regino de Prüm, não aparece entre as fontes tradicionais do “dossiê” feudal, como as obras de Ademar de Chabannes ou de Raul Glaber, escritas posteriormente, já no período do Ano Mil.¹¹¹ No entanto, se a “mutação feudal” decorre de uma crise do poder público, a *Crônica*, finalizada no começo do século X, pode ser vista como um testemunho fundamental a respeito do colapso carolíngio.¹¹²

A *Crônica* foi caracterizada como a última grande obra de História produzida no período, logo, Regino seria o último historiador carolíngio. A obra foi também considerada uma das quatro grandes fontes sobre a segunda metade do século IX, ao lado dos Anais de Fulda, Saint-Bertin e Saint Vaast. Porém, tal importância histórica não se traduziu em um número abundante de estudos a seu respeito. A edição em latim mais utilizada foi publicada

¹¹¹ Georges Duby elencou algumas fontes essenciais para as teses sobre o Ano Mil: os poemas de Adalbero de Laon, a *Crônica* de Ademar de Chabannes, a *Vita de Roberto*, o Piedoso, escrita por Helgaud de Fleury, Os Milagres de São Bento, os *Liber Miraculorum sancte Fidis*, a História da França, de Richer e as *Histórias*, de Raul Glaber. DUBY, Georges. *L'An Mil*. Paris: Gallimard, 1980.

¹¹² AIRLIE, Stuart. Les élites em 888 et après, ou comment pense-t-on la crise carolingienne? In. BOUGARD, F.; FELLER, L.; LE JAN, R. (eds.). *Les Élités au Haut Moyen Âge. Crises et Renouvellements*. Turnhout: Brepols, 2006, pp. 425-437; Id. AIRLIE, Stuart. ‘Sad stories of the deaths of kings’: Narrative Patterns and Structures of Authority in Regino of Prüm’s *Chronicon*. In. TYLER, Elizabeth. M; BALZARETTI, Ross (eds.). *Narrative and History in the Early Medieval West*. Turnhout: Brepols, 2006, pp. 105-131; MACLEAN, Simon. Insinuation, Censorship and the Struggle for Late Carolingian Lotharingia in Regino of Prüm’s *Chronicle*. *The English Historical Review*, v. CXXIV, n. 506, Feb., 2009, pp. 1-28; Id. (trad.). *History and Politics in Late Carolingian and Ottonian Europe. The Chronicle of Regino of Prüm and Adalbert of Magdeburg*. Manchester: Manchester University Press, 2009.

apenas em 1890, pelo alemão Friedrich Kurze, acabou sendo alvo de diversas críticas.¹¹³ De acordo com Wolf-Rüdiger Schleidgen, o método utilizado por Kurze levantou uma série de questões, das quais duas se destacaram. A primeira diz respeito à consulta aos manuscritos: Kurze examinou apenas sete dos trinta manuscritos conhecidos. O segundo problema se encontra nos critérios utilizados para estabelecer as relações entre os documentos, que não são conhecidos.¹¹⁴ Para Schleidgen, a divisão dos manuscritos em dois grupos de transmissão, grupo A (textos editados pelo Bispo Adalberto de Magdeburgo, às vezes citado como Adalberto de São Maximiliano ou de Trier, responsável pela continuação da *Crônica*)¹¹⁵ e grupo B, foi muito simplista (não existem estudos significativos sobre a circulação dos manuscritos e comparações linguísticas/estilísticas).¹¹⁶ Entretanto, apesar dos problemas com a edição, ela ainda se constitui como uma fonte importante e foi utilizada pelo historiador Simon MacLean para a publicação da primeira versão em língua moderna. A obra, traduzida para o inglês, foi lançada em 2009.¹¹⁷

A *Crônica*, mesmo tendo sido colocada, ainda no século XIX, entre as principais crônicas medievais, pouco foi considerada como um trabalho de historiografia.¹¹⁸ Isso teria ocorrido, em parte, pela maior atenção dada aos outros trabalhos de Regino – ele escreveu um

¹¹³ KURZE, Friedrich (ed.). *Reginonis abbatis Prumiensis Chronicon cum continuatione Treverensi*. Monumenta Germanica Historica. Scriptores, Rerum Germanicarum in usum scholarum separatim editi 50. Hanover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1890. Há uma edição mais antiga, também publicada nos *Monumenta Germanica Historica*, em 1826, porém, sem anotações do editor. *Reginonis Chronicon*. In. PERTZ, Georgius Henricus (ed.). *Annales et chronica aevi Carolini*. Monumenta Germanica Historica, Scriptores (in folio), Tomo I. Hanover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1826, pp. 537-629.

¹¹⁴ SCHLEIDGEN, W.-R. *Die Überlieferungsgeschichte der Chronik des Regino von Prüm*. Mainz: Selbstverlag der Gesellschaft für mittelrheinische Kirchengeschichte, 1977, pp. 7-13; FRASE, M. *Friede und Königsherrschaft. Quellenkritik und Interpretation der Continuatio Reginonis*. Frankfurt: Lang, 1990, pp. 19-43 apud MACLEAN, Simon. *History and Politics in Late Carolingian and Ottonian Europe. The Chronicle of Regino of Prüm and Adalbert of Magdeburg*. Manchester: Manchester University Press, 2009, p. 59.

¹¹⁵ Segundo análises linguísticas feitas por PRINZ, Otto. Die Überarbeitung der Chronik Reginos aus sprachlicher Sicht. In. ÖNNERFORS, A.; RATHOFER, J.; WAGNER, F. (eds.). *Literatur und Sprache im europäischen Mittelalter. Festschrift für Karl Langosch*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1973, pp. 122-141.

¹¹⁶ Não existe o manuscrito autógrafo, mas muitos dos manuscritos que foram preservados não são tão tardios, sendo 22 deles datados do século X ao século XII, enquanto que pelo menos uma geração de manuscritos perdidos se situa entre o testemunho mais antigo e o arquétipo. Isso significa que o grupo B também pode ter sido alterado e editado, mesmo que não tenha sido por Adalberto. Sobre a tradição manuscrita da *Crônica*, ver KURZE, Friedrich (ed.). *op. cit.*, pp. XI-XVI (em latim).

¹¹⁷ MACLEAN, Simon. *History and Politics in Late Carolingian and Ottonian Europe. The Chronicle of Regino of Prüm and Adalbert of Magdeburg*. Manchester: Manchester University Press, 2009, p. 59.

¹¹⁸ DÜMMLER, Esnst. *Geschichte des ostfränkischen Reiches*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1887, III, p. 657 apud MACLEAN, Simon. *Insinuation, Censorship...*, p. 6.

livro de leis canônicas, *De synodalibus causis* (906)¹¹⁹ e um tratado sobre música canônica, *De harmonica institutione* (900-915)¹²⁰ –, pela problemática transmissão manuscrita da obra, pelo grande débito de Regino para com os autores clássicos e pela leitura fragmentada da obra, que sempre privilegiou passagens individuais sobre aspectos de história política presentes no livro II. Apenas recentemente, alguns historiadores, como Hans-Werner Goetz,¹²¹ Stuart Airlie,¹²² e Rosamond McKitterick,¹²³ começaram a atentar para a necessidade de se ler a obra como um todo, levando em consideração seus principais temas e estruturas, e a vê-la como um possível trabalho de História.¹²⁴

2.2 Regino em Prüm

A vida de Regino e sua escrita foram permeadas pelo Império Carolíngio e pelo ambiente de instabilidade política que se instala após 870, especialmente na Lotaríngia.¹²⁵ A vida familiar de Regino e os primeiros anos de sua trajetória religiosa são obscuros. De acordo com fontes do século XVI, ele seria proveniente de uma família aristocrática da cidade

¹¹⁹ REGINO DE PRÜM; WASSERSCHLEBEN, F. G. A. (ed.). *Libri duo de synodalibus causis et disciplinis ecclesiasticis*. Leipzig: G. Engelmann, 1840.

¹²⁰ REGINO DE PRÜM. Epistola de harmonica institutione. In. GERBERT, Martin (ed.). *Scriptores ecclesiastici de musica sacra potissimum*. Berlin: Hildesheim: 1963, pp. 230-247 (1ª ed. 1784, pela Typis San-Blasianis, 1784). Regino também escreveu uma coleção de cantos intitulada *Tonarius*. REGINO DE PRÜM. *Tonarius*. In. COUSSEMAKER, Edmond de (ed.). *Scriptorum de musica medii aevi nova series a Gerbertina altera*. Paris: Durand: 1867, vol. 2, pp. 1-73.

¹²¹ GOETZ, Hanz-Werner. “Vergangenheitswahrnehmung, Vergangenheitsgebrauch und Geschichtssymbolismus in der Geschichtsschreibung der Karolingerzeit”. *Settimane di studio della Fondazione Centro Italia*, 46, 1999, pp. 177-225.

¹²² AIRLIE, Stuart. ‘Sad stories of the deaths of kings...’, pp. 105-131.

¹²³ MCKITTERICK, Rosamond. *Perceptions of the past in the early middle ages*. Robert Conway Lectures, University of Notre Dame 2004. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2006.

¹²⁴ MACLEAN, Simon. *Insinuation, Censorship...*, p. 6.

¹²⁵ A Lotaríngia seria um subproduto da divisão do Império Carolíngio em três reinos (ocidental, oriental e médio), estabelecida pelos netos de Carlos Magno no Tratado de Verdun, em 843. A região, que compreendia a parte norte do Reino médio, dos Países Baixos até a Provença, foi assim chamada por conta de Lotário II. A morte prematura de Lotário II, em 869, levou a uma nova disputa territorial entre os seus tios, Carlos, o Calvo, e Luís, o Germânico, e, em 870, foi assinado o Tratado de Meerssen que divide a área entre os reinos ocidental e oriental. Mesmo diante dessas sucessivas divisões, as elites da Lotaríngia pareciam ter mantido um senso de identidade dinástica que persistiu até o século X, quando novamente esteve sob a liderança de diversos reis e *duces*. *Ibidem*, p. 2.

de Altrip, próxima de Speyer (ou Spira), na atual Alemanha, onde Prüm mantinha propriedades no século VIII.¹²⁶ Cartas e textos memoriais da abadia de Ansbald, do período de 860 a 886, com listas de monges de Prüm, apontaram dois eclesiásticos com o nome de Reginhardus, sendo “Regino” uma possível abreviação.¹²⁷ Em 892, Regino já havia se tornado respeitado e proeminente o suficiente para ser eleito abade por seus companheiros monges. Regino, enquanto monge, viajou pela Britânia e *Francia* Ocidental, onde Prüm também mantinha propriedades. Não existe documentação que possa reforçar a hipótese de que ele esteve pessoalmente nesses locais, mas tais viagens podem ter influenciado o interesse e a preocupação de Regino pelos acontecimentos nessas regiões, buscando-os por vias escritas ou orais. O desenrolar político na Lotaríngia também foi determinante em sua própria carreira eclesiástica e em seu processo de escrita, já que ele foi deposto em 899, enquanto abade de Prüm, e se exilou em Trier, no monastério de São Martinho, sob proteção do Arcebispo Ratbod. Tal assunto será debatido adiante.

Mas Prüm, por si só, teve uma relação especial com a realeza e a sua história. Situada em Ardennes, que se tornou a região central das posses carolíngias, e próxima a locais importantes como Metz, Trier e Aachen (local da morte e sepultamento de Carlos Magno), a abadia, sob supervisão de Regino, em 893, controlava cerca de 1.700 propriedades habitadas por cerca de 16.000-20.000 pessoas, além da comunidade central, que contava com, aproximadamente, 100 monges e auxiliares. Tais recursos sugerem que Prüm era uma das mais consideráveis instituições do Império, tanto do ponto de vista político quanto econômico.¹²⁸ A própria história da abadia corrobora a importância de Prüm para a dinastia carolíngia. Foi fundada em 721, por Bertrada, a Velha, avó de Bertrada, esposa de Pepino III, primeiro monarca da dinastia carolíngia, e refundada pelo casal, em 752, tornando-se uma das favoritas durante o Império ao receber vários direitos, doações e privilégios. Prüm atuou como

¹²⁶ HLAWITSCHKA, E. Regino von Prüm (gest. 915). *Rheinische Lebensbilder*, 6, 1975, p. 12 *apud* MACLEAN, Simon. *History and Politics in Late Carolingian and Ottonian Europe...*, p. 3; AIRLIE, Stuart. ‘Sad stories of the deaths of kings...’, p. 113.

¹²⁷ TELLENBACH, G. Der Konvent der Reichsabtei Prüm unter Abt Ansbald (860-886). In: _____. *Ausgewählte Abhandlungen und Aufsätze*. Vol. 2. Stuttgart: Hiersemann, 1988, p. 413, *apud ibidem*, p. 4.

¹²⁸ KUCHENBUCH, L. *Bäuerliche Gesellschaft und Klosterherrschaft im 9. Jahrhundert. Studien zur Sozialstruktur der Familie der Abtei Prüm*. Wiesbaden: Steiner, 1978, pp. 46-49; 57-58; HAUBRICHS, W. *Die Kultur der Abtei Prüm zur Karolingerzeit*. Bonn: Rohrscheid, 1979, pp. 38-40, *apud ibidem*, p. 5. Político completo em SCHWAB, Ingo (ed.). *Das Prümer Urbar. Faksimile*. Vol. 2. Michigan: Droste, 1983.

centro de orações e comemorações da dinastia e mesmo local de refúgio e sepultamento de membros ilustres da família carolíngia.¹²⁹

Como abadia real, Prüm continuou a usufruir dos favores dos futuros governantes carolíngios, sob os quais continuou ciosa de suas origens e seus deveres junto à dinastia. Em 855, Lotário I, um pouco antes da sua morte, renunciou à função real, cortou o cabelo no estilo dos religiosos e entrou no monastério como monge para passar os últimos dias da sua vida e ser enterrado ali.¹³⁰ Por volta de 830, o meio-irmão de Lotário I, Carlos, o Calvo, esteve temporariamente aprisionado no monastério, embora tenha afirmado estar ali como *alumno*. Prüm também serviu como uma casa segura para os membros problemáticos da dinastia. E aqui podemos recorrer à *Crônica* como fonte de informações: Regino teria, ele próprio, atuado como carcereiro de Hugo, filho de Lotário II, tendo cortado seu cabelo com as suas próprias mãos quando Hugo ainda estava encarcerado na década de 890. Após a sua morte, Hugo foi enterrado na abadia.¹³¹

2.3. A obra, suas características e impacto

Os dados apresentados anteriormente mostram o ativo papel do monastério e do autor na história carolíngia, dados estes que estão presentes no modo de escrita e nos temas tratados por Regino na obra. Estes podem nos ajudar a refletir sobre o tema da crise do poder público a partir desta fonte. Para isso, é necessário aprofundarmos a discussão da *Crônica*, começando pela sua organização. A *Crônica* foi dividida em dois livros. O primeiro, intitulado “Sobre os tempos da Encarnação do Senhor”, começou com a Encarnação de Cristo – Regino foi o primeiro historiador a fazer essa escolha – e prosseguiu até a morte de Carlos Martel em 741. Nele, o autor descreveu a ascensão e unificação da Igreja, dos povos, da dinastia merovíngia. O segundo livro, “Sobre os feitos dos reis dos francos”, iniciou-se a partir da morte de Martel até 906. Seus temas principais foram os conflitos envolvendo os governantes do Império Carolíngio. A obra também recebeu uma continuação, escrita por

¹²⁹ *Ibidem*, pp. 4-5. Todas essas conexões com a dinastia, expressas por meio de vários relatos sobre reis que se tornaram monges em Prüm e sobre disputas por propriedades, podem ter deixado importantes impressões na memória escrita e no senso de pertencimento da comunidade de Prüm. Entretanto, o trabalho de Regino, ainda que tenha muito *de* Prüm, não é uma crônica *sobre* Prüm. *Ibidem.*, p. 13.

¹³⁰ REGINO, a. 855. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, pp. 134-135.

¹³¹ REGINO, a. 885. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, pp. 191-194.

Adalberto de Magdeburgo por volta de 960, e que se ocupou da ascensão da dinastia otônica e recebeu maior atenção da historiografia.¹³²

É preciso começar a análise da *Crônica* pelo prefácio, já que esse espaço costuma ser destinado à apresentação da proposta dos autores:

Para o senhor Bispo Adalbero, um homem de altas habilidades distinguidas de diversas formas por meio da busca de todo tipo de filosofia, Regino, apesar do mais baixo dos adoradores de Cristo, o mais devoto em todas as coisas à sua alteza, compromete os tributos fieis de suas orações. Confio a seu singular critério de avaliação a *Crônica*, que eu compilei de trabalhos sobre a nossa própria época e daquela de nossos antepassados, de modo que possa ser aprovada ou condenada pelo seu julgamento perspicaz. Eu a dividi em dois livros, começando com o primeiro ano da Encarnação do Senhor e completando o trabalho assim começado até o presente ano, que é calculado como o 908 desde a já citada Encarnação do Senhor. Para mim, parece indigno que, desde os historiadores dos hebreus, gregos, romanos e outros povos que transmitiram para o nosso conhecimento por meio dos seus escritos os feitos de suas épocas, haja um silêncio inquebrável referente aos nossos próprios tempos, mesmo eles sendo muito mais recentes, como se em nossos dias, a atividade humana tivesse cessado ou talvez o povo nada tivesse feito digno de memória, ou os feitos dignos de serem lembrados tenham sido realizados, mas ninguém adequado poderia ser encontrado para escrevê-los, pois os escribas escorregaram na inatividade por meio da negligência. Por conta disso, não sofri os tempos dos nossos pais e os nossos para passar completamente intocado, mas tomei o problema de recordar um pouco de muitas coisas (que eu poderia fazer); e quando cheguei ao presente dia, restringi a minha pena para não ofender certas pessoas que ainda estão vivas: eu deixo para a posteridade continuar esses assuntos. Aceite, então, esse pequeno presente com boa vontade igual à devoção com que é enviado a você com humilde atitude. Em síntese, imploro ao leitor que se gosta das nossas palavras, ou qualquer outro tipo que possa ser, e queira copiá-las, que não deve retirar de nenhuma forma esse pequeno prefácio, mas sim escrevê-lo bem diante do pequeno livro. Que a providência celestial preserve ileso a glória da sua grandeza pelo bem de muitos povos que vai beneficiar.¹³³

¹³² A *Continuatio* do bispo Adalberto de Magdeburgo apresenta uma narrativa mais seca e direta se comparada a de Regino, mantendo o estilo dos anais. O bispo, como bem observou MacLean, não fez qualquer comentário sobre a sua metodologia ou objetivos ou mesmo sobre a forma como ele entendia sua obra. Aparentemente, Adalberto pode ter pensado a sua escrita realmente como uma continuação de Regino, logo, compondo uma obra única, com os mesmos anseios. Os acontecimentos históricos e os personagens são outros, mas alguns temas caros a Regino, como a questão da hereditariedade dinástica, da divisão do reino e da união com a história cristã, ainda estão presentes na *Continuatio*. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, pp. 53-58.

¹³³ REGINO, *Prefatio*. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, pp. 61-62. “Excellentissimi ingenii et totius philosophiae studiis multipliciter insignito domno Adalberoni episcopo Regino, quamvis omnium christicolarum extremus, vestrae tamen sublimitati in omnibus devotissimus, fidelia mandat orationum obsequia. Chronicam, quam de nostris et antecessorum nostrorum temporibus litteris comprehendi, vestrae singular prudentiae examinandam transmissi, ut vestro perspicaci iudicio aut approbetur aut condempnetur. Quam in duobus libellis distinximus, exordium capiens a primo incarnationis dominicae anno et consummans coeptum opus usque in presentem annum, qui computatur a prefata incarnatione Domini nongentesimus octavus. Indignum etenim mihi visum est, ut, cum Hebreorum, Grecorum et Romanorum aliarumque gentium historiographi res in diebus suis gestas scriptis usque ad nostram notitiam transmiserint, de nostris quamquam longe inferioribus temporibus ita perpetuum silentium sit, ut quasi in diebus nostris aut hominum actio cessaverit aut fortassis nil dignum, quod

Ao lado desse prefácio, também incluímos o que chamamos de “posfácio” do primeiro livro, que pode nos ajudar a compreender os objetivos de Regino na *Crônica*:

Trouxemos esta narrativa, que começou com o ano da Encarnação do Senhor, até este ponto deste modo, pois o seguinte livrinho escrito pela nossa própria humildade revela o tempo e os feitos dos governantes de acordo com os mesmos anos da Encarnação, assim como mostra os principais feitos de cada governante, onde e quando, além de apresentar especialmente o triunfo dos santos, mártires e confessores e onde e sob qual rei eles receberam a coroa da glória. Assim, onde o primeiro [livro] termina, o segundo consequentemente começa, e onde o segundo começa, o primeiro assinala o seu fim.¹³⁴

Tais trechos são ricos em informações e indagações. Primeiramente, a questão da *datação* da obra já nos indica alguns problemas. No prefácio, Regino afirmou que iria levar o seu trabalho até 908, mas terminou em 906. Isso não se dá pela morte abrupta de Regino, já que ele faleceu em 915. É provável que os trechos relativos a esses dois anos finais foram retirados por conta de questões específicas da vida do autor, que discutiremos adiante. Quanto ao começo da escrita da *Crônica*, existem ainda mais dúvidas, mas é possível que ela tenha sido composta entre 900-908.¹³⁵

Regino se colocou, implicitamente, como responsável por redigir a história de um povo, no caso, os francos, e ignorou todas as outras histórias e anais que foram produzidos sobre o “nosso tempo”.¹³⁶ MacLean, editor e tradutor da *Crônica*, afirmou que o argumento

memoriae fuerit commendandum, egerint aut, si res dignae memoratu gestae sunt, nullus ad haec litteris mandanda idoneus inventus fuerit, notariis per incuriam otio torpentibus. Hac itaque de causa non passus sum tempora patrum nostrorum et nostra per omnia intacta preterire, sed ex multis pauca notare curavi et, ubi ad presentia tempora ventum est, stilo temperavi propter quorundam offensam, qui adhuc sunt superstites, latius haec posteris exequendai relinquens. Accipite ergo hoc parvum munusculum ea benignitate, qua devotione missum est a mea parvitate. In calce autem obsecro lectorem, ut, si illi haec dicta nostra, qualiacunque sint, placuerint et ea sibi describi voluerit, hanc prefatiunculam nullatenus omittat, quin eam in prima fronte libelli annotari faciat. Gloriam celsitudinis vestrae multorum utilitatibus profuturam superna providentia diu incolumem conservare dignetur.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, pp. 1-2.

¹³⁴ REGINO, a. 654. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, pp. 119-120. “Haec idcirco ab ipso incarnationis Domini anno exordium capientes usque huc” perduximus, ut, quia sequens libellus a nostra parvitate editus per eiusdem incarnationis dominicae annos tempora principum et gesta declarat, iste nihilominus, quo tempore, quo in loco vel quid sub unoquoque principe actum sit, summam demonstrat, triumphos quoque sanctorum martyrum et confessorum, quibus in locis vel sub quibus regibus coronam gloriae Derceperunt, nominatim aperiat. Igitur ubi iste finitur, ille consequenter initium capiat et, ubi ille incipit, iste finem sortiatur.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 40.

¹³⁵ Provavelmente, a *Crônica* começou a ser escrita após Regino ser deposto, em 899, e se exilar em Trier. Durante este exílio, Regino também produziu as outras obras já citadas.

¹³⁶ Há uma ampla bibliografia sobre a escrita da História no período. Ver SPIEGEL, Gabrielle M. Forging the Past: the language of historical truth in the Middle Ages. *The History Teacher*, 17, 1984, pp. 267-288; Id. *The Past as Text: the Theory and Practice of Medieval Historiography*. Baltimore: Johns Hopkins University Press,

de que a escrita ou aprendizagem teria diminuído desde os tempos passados era comum nos textos da Alta Idade Média e constituiu um topos retórico. O que importa aqui é que Regino buscou reforçar a necessidade de se preocupar com o *tempo*, mais especificamente com um passado próximo e com o presente. O tempo presente também seria, assim como o passado remoto dos grandes povos, palco de importantes personagens, ações e acontecimentos. Por isso, o prefácio e o posfácio devem ser lidos conjuntamente, pois ambos os trechos se encaixam perfeitamente: neles, encontra-se a preocupação com os feitos dos governantes, as datas, os locais onde eles ocorreram, mas também a apresentação do triunfo dos santos, dos mártires, etc. Tais passagens parecem evidenciar que o autor estava entendendo a História, pelo menos desde a Encarnação, como os acontecimentos que envolvem essas duas esferas: uma “secular” e outra cristã, por isso, esse passado próximo e o presente eram importantes para o desenrolar dessas histórias e mereciam ser registrados, gravados, recordados.¹³⁷

O livro I é muito significativo nesse ponto. À primeira vista, esse livro não se relaciona ao livro II, por conta de suas longas listas de mártires que parecem não fazer sentido dentro da narrativa. Além disso, o livro I está repleto de cópias de outras fontes, com breves entradas no formato de anais. Porém, Regino não pareceu apenas copiar registros ou organizá-los por eles mesmos; além de narrador, ele se sentiu responsável - quase em uma obrigação moral - por recordar os eventos, como é possível ler no prefácio: “eu não sofri os tempos dos nossos pais e os nossos para passar completamente intocado, mas tomei o problema de recordar um pouco de muitas coisas”. Sua obra foi concebida, assim, dentro de um espaço responsável pela preservação da memória de um passado glorioso da dinastia e da própria memória cristã e de alimentação da esperança, por meio das orações, de um futuro igualmente esplendoroso.

A transferência de relíquias adquiriu aqui uma conotação importante, especialmente, no caso das relíquias dos mártires Crisanto e Dária, vindas de Roma para Prüm. Os triunfos dos santos mártires e confessores eram tanto assuntos de História quanto os tempos e feitos dos governantes, ou seja, mistura-se a entrada dessas relíquias e das menções aos mártires à

1997; MCKITTERICK, Rosamond. *History and memory in the Carolingian world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Id. *The Carolingians and the Written Word*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

¹³⁷ A junção entre história “profana” e “da santidade” já aparece em obras anteriores, como a *História dos Francos*, de Gregório de Tours: “A posição de Gregório é totalmente determinada pelo desejo de realizar essa união da Igreja de Cristo com o Estado terrestre”. HEINZELMANN, Martin. *Histoires de Frances, Historiens de France*. Société de l’histoire de France, Actes du Colloque International, Reims, 14-15 mai 1993, p. 43 *apud* DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 220.

História contemporânea do monastério, evidenciando a importância delas para uma história geral da salvação, essencialmente cristã. Como discutiu a historiadora Régine Le Jan, os monastérios são espaços de poder, por conta, entre tantas coisas, do controle dessas relíquias e pelo uso deste local para enterramento de fundadores e fundadoras, assim como de membros da família (no caso de Prüm, a família carolíngia), que sacramentaram o poder familiar.¹³⁸ Ainda sobre a questão dos mártires, essa parecia ser uma demanda especial no monastério, já que Vandalberto, monge de Prüm, produziu sua *Martirologia* ali em 848, tendo enviado uma cópia para o imperador Lotário I, o mesmo que sete anos depois se tornará monge. Nessa *Martirologia*, o monge usou Beda, fonte também importante para Regino, e incluiu a data da morte de Carlos Magno dentro do texto. Uma martirologia de Prüm (*martyrologium hieronymianum e codice Trevirensi*) também continha os nomes de Pepino e Lotário I (imperador e monge), cujas datas estavam marcadas no ciclo de comemorações litúrgicas da abadia.¹³⁹ Mais uma vez, é possível perceber a intersecção entre essas esferas religiosas e políticas e o quanto Prüm estava associada aos governantes, à comemoração de suas mortes, etc.

Essa união de esferas estava profundamente ligada à provável audiência da *Crônica*. Como observado no prefácio, Regino dedicou sua obra a Adalbero, bispo de Augsburg, pedindo que ele a examinasse criticamente. Não se trata de mera dedicatória. Ele também dedicou suas outras obras compostas durante o exílio em Trier para altas figuras eclesiásticas: a *De harmonica institutione* foi endereçada ao seu patrono, Arcebispo Ratbod de Trier, e a *De synodalibus causis* para o arcebispo Hatto de Mainz. Todos esses personagens estavam envolvidos nas políticas eclesiásticas e reais do período. Como afirmou Stuart Airlie, Luís a Criança teria feito uma doação para Ratbod, a pedido de Hatto e Adalbero, em 908. Esses dois últimos foram responsáveis pelo batismo e educação de Luís (Adalbero seria o *nutritor*, algo como *padrinho*, de Luís). Desta forma, segundo Airlie, ao mandar uma cópia da *Crônica* para Adalbero, Regino talvez buscasse fornecer tanto um material de edificação, de instrução, para o jovem governante, a cargo de Adalbero, quanto um documento para alimentar e fornecer

¹³⁸ LE JAN, Régine. Convents, violence, and competition for power in seventh-century Francia. In: THEUWS, Frans; JONG, Mayke B. de; VAN RHIJN, Carine (eds.). *Topographies of Power in the Early Middle Ages*. Leiden; Boston; Köln: Brill, 2001, pp. 143-169. Também existe a versão francesa do mesmo artigo: LE JAN, Régine. "Monastères de femmes, violence et compétition pour le pouvoir dans la Francie du VIIe siècle". In: _____. *Femmes, pouvoir et société dans le Haut Moyen Âge*. Paris: Picard, 2001, pp. 89-107.

¹³⁹ MACLEAN, Simon. *op. cit.*, pp. 13-14.

dados para os clamores da hereditariedade como base do poder real,¹⁴⁰ Além disso, o abade poderia utilizar seu trabalho como um meio de fazer parte do seletivo grupo próximo à realeza, mesmo após a sua deposição e exílio.

2.4. O gênero da obra

Usualmente, a *Crônica* foi classificada como “crônica universal” ou “mundial”. As crônicas universais, como aquelas de Eusébio-Jerônimo e Beda, foram caracterizadas pela amplitude cronológica e geográfica e pela tentativa de sintetizar as histórias de vários povos. Eram trabalhos profundamente cristãos, orientados por preocupações escatológicas, como a idade do mundo e seu respectivo fim, e com o desejo de alinhar eventos terrenos com o tempo sagrado e planos divinos, até mesmo em uma tentativa de reivindicar o espaço especial de um povo particular no Plano divino, como foi o caso dos ingleses na *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, de Beda, e dos francos na crônica anônima de 741. De acordo com o cronista irlandês Mariano Escoto, escrevendo no século XI, a “história universal” tentava englobar “todos os tempos, assim como os lugares, e inclui todas as pessoas importantes tanto para a salvação quanto para a história do mundo”.¹⁴¹

Entretanto, a noção de “crônica universal” deve ser utilizada com muita cautela quando se trata da obra de Regino, pois a mesma possui atributos que fogem à uma única caracterização. Existem algumas particularidades que precisam ser consideradas. A *Crônica* carrega características híbridas, ou seja, uma narrativa histórica organizada nos moldes dos anais contemporâneos, tendo como base os *Annales Regni Francorum*, além, é claro, de um grande interesse pela história recente.

¹⁴⁰ AIRLIE, Stuart. ‘Sad stories of the deaths of kings’..., pp. 105-131. Ao escrever a sua história como manual de instrução, Regino se alinhou a uma tradição de autores carolíngios, como Freculfo de Lisieux, que esperava que seu segundo livro das *Histórias* fosse usado na educação de Carlos, o Calvo, então com seis anos de idade. MACLEAN, Simon. *Insinuation, Censorship...*, p. 5.

¹⁴¹ VON DEN BRINCKEN, A.-D. *Marianus Scottus als Universalhistoriker ‘iuxta veritatem Evangelii*. In: LÖWE, H. (ed.). *Die Iren und Europa im früheren Mittelalter*. Vol. I. Stuttgart, 1982, 970-1009 *apud* CLASZEN, David. *Chronicon Moissiacense Maius. A Carolingian world chronicle from Creation until the first years of Louis the Pious. On the basis of the manuscript of the late Ir. J.M.J.G Kats*. Vol. 1. MPhil Thesis. Leiden: Department of History, Leiden University, 2012, p. 85. A *Chronicon* de Eusébio de Cesaréia lançou as bases para a constituição do gênero, que foi disseminado por meio da tradução dos *Kanones* (segunda parte da *Chronicon* de Eusébio), feita por Jerônimo, no século IV, e por obras de outros cronistas durante a Alta Idade Média, como Beda. CLASZEN, David. *op. cit.*, p. 86. Entretanto, segundo Simon MacLean, a Crônica de Eusébio não estava entre as obras lidas por Regino de Prüm. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 11.

Ao contrário de outros autores, como Vandalberto e Ado, Regino de Prüm não utilizou os dois marcos temporais escatológicos encontrados em outras crônicas universais: os quatro impérios ou seis eras, suprimindo, assim, o esquema histórico de Santo Agostinho, que foi transmitido por Isidoro de Sevilha¹⁴² e Beda¹⁴³. Como apontou Maclean, esses modelos forneceram aos historiadores meios de idealização e organização do tempo sagrado, para que os mesmos pudessem relacionar os eventos terrenos ao plano criador de Deus, carregados por uma visão teleológica que culmina com a vinda do Anticristo e o Julgamento Final. A decisão de Regino em separar sua obra em dois livros, sendo que o segundo se preocupa com os feitos dos reis, e em iniciar sua *Crônica* com a Encarnação de Cristo (ao contrário da criação do mundo, como na maioria das crônicas), e indicar apenas a passagem “Jesus Cristo, o filho de Deus, nasceu” – enquanto que Beda escreveu “Jesus Cristo, o filho de Deus, santificou a sexta era do mundo com a sua chegada”¹⁴⁴ – poderia evidenciar uma utilização secundária do esquema histórico de Agostinho, que teria se tornado “virtualmente obrigatório” no período carolíngio.¹⁴⁵

Todos os eventos do texto foram demarcados a partir da Encarnação de Cristo. Essa questão do início na Encarnação e de toda a datação “*anno Domini*” coloca uma série de questões. Stuart Airlie argumentou que isso se daria como um contraponto entre o fato imutável da Encarnação e o restante do conteúdo da *Crônica*, que poderia ser lida em termos agostinianos, como “a mutabilidade dos assuntos humanos” (*mutabilitas rerum humanarum*).¹⁴⁶ Mas esse ponto de vista é suficiente? De acordo com MacLean, os *Annales Regni Francorum*, muito usados no livro II, serviram como base para o livro I, ou seja, o livro

¹⁴² BARNEY, S. *et al.* *The Etymologies of Isidore of Seville*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

¹⁴³ BEDA. *De Temporum Ratione*. JONES, C. W. (ed.). *Beda opera didascalica 2. Corpus Christianorum Continuatio Medievalis 123B*. Turnhout: Brepols, 1977.

¹⁴⁴ BEDA, *De Temporum Ratione*, c. 66, 494-495. In. WALLIS, F. (trad.). *Bede: the Reckoning of Time*. Liverpool: Liverpool University Press, 2004, p. 194-195.

¹⁴⁵ ALLEN, Michael I. Universal History, 300-1000: Origins and Western Developments. In. DELIYANNIS, Deborah M. (ed.). *Historiography in the Middle Ages*. Leiden; Boston; Köln: Brill, 2003, pp. 17-42.

¹⁴⁶ AIRLIE, Stuart. ‘Sad stories of the deaths of kings’ ..., p. 109. Segundo o autor, a preocupação de Regino em relatar a transitoriedade dos impérios estaria influenciada pelas lições de Agostinho, que afirmava que a história humana era uma “descrição de calamidades” (*series calamitatum*). MARKUS, Robert. *Saeculum: History and Society in the Age of St. Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, pp. 10-11 *apud ibidem*, p. 117. Além de Agostinho, Isidoro de Sevilha, em suas *Etimologias* (texto possivelmente conhecido por Regino), apontou que o fato da sucessão era uma das lições mais marcantes da história: “muitas coisas podem ser examinadas por meio da sucessão de cônsules e reis” (*per consulum regumque successum multa necessaria perscrutantur*). ISIDORO, *Etymologiarum sive Originum Libri XX*. Ed. por W. M. Lindsay, 2 vols. Oxford: Clarendon Press, 1911, I, xliii; xli *apud* AIRLIE, Stuart. *op. cit.*, p. 117.

I se baseia no *anno Domini* porque os *Annales* foram assim organizados. Dessa forma, esse livro estaria no centro do trabalho de Regino, funcionando como um pivô que organizaria toda a obra. Mas por que os *Annales Regni Francorum*? No final do século IX, essa fonte teria adquirido considerável autoridade no cânone historiográfico franco, então a tentativa de Regino em estruturar a *Crônica* com base nas datas “após Cristo” seria mais política que escatológica: organizar a história dos reis francos da mesma forma que uma fonte conhecida, também interessada na ascensão ao poder desses reis, e ao mesmo tempo alinhar essa história dinástica com o reino de Cristo.¹⁴⁷

Isso não significa, entretanto, que a obra possa ser lida a partir de uma concepção completamente secular de História. Regino utilizou a linguagem da *Fortuna* (ou sorte), influenciada, principalmente, pela obra *Epitome historiarum Philippicarum Trogi Pompeii*, de Marco Justino (séc. II d.C). A Fortuna seria, desde a Antiguidade, uma força fora do alcance que dá sentido e coerência ao conjunto da História, um poder retribuidor de castigos e recompensas.¹⁴⁸ O abade, entretanto, não pareceu ter utilizado a Fortuna apenas sob influência clássica, mas em um viés cristão, como uma expressão da Providência de Deus, tal qual no discurso que o líder bretão Wrhwant (ou Vurfando) teria proferido antes de uma batalha em 874, narrada pelo religioso: “Deixe-nos testar as forças da fortuna com o inimigo, nossa salvação não repousa em números, mas em Deus”.¹⁴⁹ Um exemplo expressivo também se encontra na passagem decisiva da obra de Regino, dedicada à perda da saúde de Carlos III (ou Carlos, o Gordo), que foi seguida por deposição, em 887, e morte, em 888:

Pois assim como antes, tudo era mais abundante do que ele poderia imaginar, uma fortuna favorável deu a ele tantos e tão bons reinos do Império sem o suor do trabalho duro ou do conflito de guerras, de modo que em majestade, poder e riquezas, ele parecia ser insuperável dentre os reis francos deste o grande Carlos [Carlos Magno], pois agora uma fortuna adversa, como se ressaltasse a fragilidade humana, destruiu tudo que ele acumulou e vergonhosamente tirou dele tudo que, sorrindo sobre seu sucesso afortunado, uma vez foi dado a ele gloriosamente [...] Foi um espetáculo

¹⁴⁷ Entretanto, a questão da datação na obra de Regino é peculiar, especialmente para os reinados. Regino, aparentemente, calculou os reinos dos governantes a partir do ano seguinte à morte dos predecessores e não no mesmo ano, como seria o usualmente correto. Logo, ele não foi fiel à cronologia das fontes com as quais trabalhou e copiou. Além disso, tal método parece indicar que o objetivo de Regino, ao invés de relacionar a história romana com as datas d.C corretas, era criar uma cronologia relativa que se encaixasse na lacuna entre a Encarnação de Cristo e 741, data da morte de Carlos Martel. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 68.

¹⁴⁸ DOSSE, François. *op. cit.*, p. 214.

¹⁴⁹ REGINO, a. 874. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 171. “Fortunae vires cum hostibus experiamur; neque enim salus est in multitudine, sed potius in Deo”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 107.

miserável ver o mais opulento imperador não apenas abandonado pelas armadilhas da fortuna, mas também necessitado de ajuda dos homens.¹⁵⁰

Em direção ao fim da sua vida, ele foi despido de honra e desprovido de todos os seus bens, assim, acreditamos, se tratar de uma provação que se destinava não apenas a purificá-lo, mas também, e mais importante, testá-lo.¹⁵¹

Percebe-se que a ideia de Fortuna é vista de uma perspectiva profundamente cristã e moral. Desta forma, nota-se que a *Crônica* apresenta uma dualidade de escrita proveniente da herança clássica e cristã, que nem sempre se enquadra nas características que os historiadores definem para “crônicas universais” ou mesmo para a História secular, clássica, já que a presença da fortuna foi vista como prova dessa concepção de História em Regino. Evidentemente, a narrativa de Regino, com base nas suas preocupações, passa-se no plano terreno, afinal, seu principal objetivo é “fazer conhecido especialmente o triunfo dos santos, mártires e confessores, e onde e sob quais reis eles receberam a coroa da glória”, mas não é possível caracterizar a obra apenas sob um único aspecto.

Diante dessas polêmicas, é preciso levar em consideração como o próprio cronista definiu a seu trabalho e, neste caso, Regino foi muito claro sobre a estrutura da obra em vários trechos. Ele foi o único, segundo Bernard Guenée,¹⁵² a anunciar que iria escrever uma crônica

¹⁵⁰ REGINO, a. 887. In. MACLEAN, S. *op. cit.*, pp. 195-196. “Nam sicut ante secunda fortuna rebus ultra, quam arbitrari posset, affluentibus tot tantaque imperii regna sine laborura sudoribus, sine bellorum certaminibus adtraxerat, ita ut post magnum Carolum maiestate, potestate, divitiis nulli regum Francorum videretur esse postponendus, ita nunc adversa velut in ostentatione fragilitatis humanae destruens, quae cumulaverat, cuncta inhoneste in momento abstulit, quae prospero arridens successu quondam gloriose adtulerat (...) Miseranda rerum facies, videre imperatorem opulentissimum non solum fortunae ornamentis destitutum, verum etiam humanae opis egentem.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 128. Tal passagem é quase idêntica aos comentários de Justino sobre os problemas de Xerxes. JUSTINO, 2.13.10-12; 8.5.8; 23.2.12. In. YARDLEY, J. (trad.). *Epitome of the Philippic History of Pompeius Trogus*. Atlanta: Scholars Press, 1994, p. 42; 84; 182.

¹⁵¹ REGINO, a. 888. In. *Ibidem*, p. 198. “Quod autem circa finem vitae dignitatibus nudatus bonisque omnibus spoliatus est, temptatio fuit, ut credimus, non solum ad purgationem, sed, quod maius est, ad probationem (...)”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 129.

¹⁵² GUENÉE, Bernard. Histoire et Chronique. Nouvelles réflexions sur les genres historiques au Moyen Âge. In. POIRION, Daniel (ed.). *La Chronique et l'Histoire au Moyen Age*. Colloque des 24 et 25 mai 1982. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1984, pp. 3-12. Como afirmou Karl Ferdinand Werner, o período medieval foi visto como uma época menos capaz que a Antiguidade e os tempos modernos para se pensar e escrever a História de uma forma adequada ou mesmo inteligível. Assim, a Idade Média seria limitada à escrita de gêneros mais rústicos, como as crônicas e os anais, dominados por um esquema rigorosamente cronológico, sem domínio do sujeito ou debates elevados. As únicas exceções seriam as chamadas “crônicas universais”, nas quais o plano divino do destino da humanidade, da criação do mundo ao Julgamento Final, teria encontrado expressão elevada mais próxima da Teologia e da Filosofia do que da História propriamente dita. WERNER, Karl Ferdinand. Dieu, les rois et l'Histoire. In. DELORT, Robert (dir.). *La France de l'An Mil*. Paris: Éditions du Seuil, 1990, pp. 264-265. Na verdade, a ideia de uma História num plano secundário é reforçada por François Dosse, que afirma que no período medieval, a História é apenas um gênero menor, ciência auxiliar a serviço de

antes de 1110, e sua escrita não parece uma mera continuação da *Crônica* de Eusébio-Jerônimo, até porque possivelmente essa obra nem foi lida por Regino. Assim, nem sempre as categorias que nós apresentamos são suficientes para dar conta da riqueza do documento em questão. A *Crônica* de Regino tem características de uma escrita ora universal, ora local, sagrada, secular, antiga, contemporânea, narrativa de exaltação e de lamento.

Essa riqueza da *Crônica* também se relaciona ao uso que Regino fez de suas fontes. Uma das grandes críticas feitas ao trabalho do cronista, especialmente ao livro I, afirma que Regino fez um plágio por meio da seleção e da cópia do material de outras fontes, levando a um uso “promíscuo” de tais documentos.¹⁵³ Mas uma leitura mais atenta e menos preconceituosa mostra que Regino tinha clara consciência do que ele estava fazendo, qual estrutura e quais fontes ele estava usando. Primeiro, esse livro se baseou em seis grandes obras cristãs e seculares: a Bíblia; *De Temporum Ratione*, de Beda; *Historia Langobardorum*, de Paulo Diácono, *Liber Historiae Francorum*; *Gesta Dagoberti* (biografia do rei Dagoberto I); e os *Annales Sancti Amandi*. Regino fez recortes e mudou a cronologia, ao alterar as datas *Anno Mundi* (anos desde a Criação) em Beda, em *Anno Domini* (anos desde a Encarnação). Regino não fez uma cronologia absoluta; o interesse aqui é uma cronologia relativa e lógica: começar com 1 a.C, ou o 42º ano do governo de Otaviano Augusto, segundo Beda, e terminar em 741, com a morte de Carlos Martel (primeira entrada dos *Annales Regni Francorum*), buscando ordenar os fatos dentro desse espaço cronológico.

No livro II, já percebemos uma mudança nas fontes: há uma cópia completa dos *Annales Regni Francorum* entre 741 e 813, período da vida e governo de Carlos Magno, o grande herói da história franca. Aparentemente, Regino não viu necessidade alguma de interferir significativamente nesse relato, como se ela fosse suficiente e correta. Além dos famosos *Annales Regni Francorum*, Regino se utilizou da *Revelatio Stephani Papae* (visão do Papa Estevão); os *Anais Antigos de Priim*, um texto que se perdeu, o já citado *Epitome*

disciplinas fundamentais, principalmente, da Teologia. DOSSE, François. *op. cit.*, p. 217. Além desse espaço marginal da História na Idade Média, o julgamento de Deus manifestado na História seria suficiente e definitivo na historiografia medieval, engessando a variedade das fontes escritas no período. WARD, John O. ‘Chronicle’ and ‘History’: The Medieval Origins of Postmodern Historiographical Practice? *Parergon*, vol. 14, n. 2, Jan., 1997, pp. 106-107.

¹⁵³ MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 8. Por estar preocupado com o problema da hereditariedade, Regino fez uso da obra *Epitome* que, segundo Airlie, tratou dos problemas na sucessão de Alexandre, o Grande, e da própria designação de “herdeiro”. AIRLIE, Stuart. Les élites em 888..., p. 435. É importante lembrar que Regino era herdeiro de uma rica cultura da época carolíngia, que incluía a escrita e reescrita da História. Além das histórias clássicas e bíblicas, as elites da época compuseram diversas obras históricas contemporâneas, anais, biografias de governantes, crônicas, e assim por diante. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 2.

historiarum Philippicarum Trogi Pompeii, de Marco Justino, que a escreveu provavelmente no século II; *Historia*, de Paulo Diacono; dossiê de cartas sobre o divórcio de Lotário II; além de traços de antigos autores antigos, como Virgílio e Quintus Curtius Rufus Curtius, que escreveu as *Histórias de Alexandre, o Grande*. Além dessas fontes, é importante atentar para uma novidade. Vejamos o pequeno prefácio na entrada de 813, onde verdadeiramente começa o livro II:

Descobri as coisas que foram definidas acima em um certo folheto composto na língua dos plebeus e rústicos. Eu o corriji em partes para o latim regular e também adicionei algumas coisas que ouvi de histórias dos anciãos [*seniores*]. As outras coisas que seguem foram registradas pelo meu humilde esforço de acordo com o que eu encontrei escrito em livros de crônicas [*chronicorum libri*] ou do que fui capaz de aprender escutando os relatos dos pais [*patres*]. Além disso, a respeito dos tempos do imperador Luís [o Piedoso], eu incluí muito pouco, pois não encontrei texto escritos, nem ouvi dos anciãos [*seniores*] nada que era digno de confiar à memória. Porém, eu tenho muito a dizer sobre os feitos do imperador Lotário e seus irmãos, os reis dos Francos. E de onde vem até os nossos tempos, fiz minha narrativa mais ampla: “as coisas que vimos”, como diz Jerônimo, “são contadas de uma maneira, e aquelas que nós ouvimos, de outra: aquelas coisas que nós conhecemos melhor, nós também explicamos melhor”.¹⁵⁴

Assim como no livro I, Regino afirmou que vai se utilizar de fontes escritas, sendo esse livreto uma possível referência ao Anais de Prüm ou a algum outro documento que se perdeu, e acrescentou que iria trabalhar com um tipo de fonte que não apareceu no primeiro livro, os relatos orais: “adicionei algumas coisas que ouvi de histórias dos anciãos [*seniores*] (...) fui capaz de aprender escutando os relatos dos pais [*patres*]”. Provavelmente, esses *seniores* seriam religiosos de Prüm e de Trier, o último sendo o local onde se exilou e produziu as três obras. Outro ponto: aparentemente, o abade não estava fazendo uma hierarquia de fontes, mas uma qualificação das informações e o modo como elas seriam narradas, uma vez que “o que sabemos melhor, explicamos melhor”. Um sênior que vivenciou algum fato poderia saber tanto quanto um outro personagem que deixou um relato escrito. O que difere aqui é a forma como essa narrativa é transmitida. Também não podemos ignorar,

¹⁵⁴ REGINO, a. 813. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 129. “Haec quae supra expressa sunt, in quodam libello repperi plebeio et rusticano sermone composita; quae ex parte ad latinam regulam correxi, quaedam etiam addidi, quae ex narratione seniorum audivi. Cetera, quae secuntur, meae parvitatis studio descripta sunt, prout in chronicorum libris adnotata inveni aut ex relatione partum auditu percipere potui. Et de Ludowici quidem imperatoris temporibus perpauca litteris comprehendendi, quia nec scripta repperi nec a senioribus, quae digna essent memoriae commendanda, audivi; de Hlotharii vero imperatoris et fratrum eius regum Francorum gestis plura descripsi. Ubi vero ad nostra tempora ventum est, latius narrationis sermonem protraxi: 'aliter enim', ut Ieronimus ait, 'narrantur visa, aliter audita; quae melius scimus, melius et proferimus'”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 128.

novamente, o fato do local onde ele estava escrevendo, já que Prüm era um importante monastério e centro de comunicação com outras abadias e com o Império. Portanto, Regino poderia ter acesso a muitas histórias relacionadas à memória da abadia, especialmente no que diz respeito aos diversos relatos de figuras da elite carolíngia que se tornaram monges ou estiveram no monastério por outros motivos, sendo este um dos temas especiais para o abade.¹⁵⁵ Destaca-se também o modo diferente que ele usou as fontes: enquanto no livro I, ele fez uma cópia mais exata das fontes, que carregariam uma autoridade sobre o registro desse passado mais distante, que não poderia ser alterado, o presente seria passível de mudança, então, ele, Regino, poderia interferir no relato, realmente ter uma atitude autoral, até por conta da “falta de escritos sobre os nossos tempos”.

2.5. A “crise” na *Crônica*

As palavras que podem indicar o sentido de crise, provenientes do Grego clássico e que passaram para o latim, *judicium* (ou *iudicium*) e *discrimen*, aparecem poucas vezes na *Crônica*. As primeiras referências ao termo *judicium* e suas declinações apareceram na reprodução da carta do Papa Nicolau I para Carlos, o Calvo, informando que o rei Lotário II planejava levar Teuberga a um “exame e julgamento pessoais”, por conta do seu suposto crime de adultério.¹⁵⁶ A palavra também foi usada em outra carta escrita pelo Papa Hadrian,

¹⁵⁵ Cf. entradas para os anos 746, 855, 868, 870, 885.

¹⁵⁶ REGINO, a. 866. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 145-146. “Excellentiam vestram nolumus ignorare, adeo Lotharium regem Thietbirgam coniugem suam diversis afflictionibus subdidisse ei innumeris pressuris contra prestita iuramenta subegisse, ut nobis coacta nunc scriberet, regia se velle exui dignitate seu copula et sola privata vita fore contentam. Cui nos scripsimus, non hoc aliter fieri posse, nisi eandem vitam coniux eius Lotharius elegeret. Verum, sicut multorum relatu didicimus, ipse Lotharius conventum celebrare disponit et eandem Thietbirgam examini proprio et iudicio subicere meditatur. Et siquidem eam prestigiis falsitatis suae vel argumentosis ambagibus potuerit exhibere, quae non fuerit legitima sua uxor, vult eam penitus a se sequestrare. Sin autem, vult eam tamquam propriam quidem uxorem admittere, sed deinde, quasi mechata fuerit, insimulare atque pro hoc hominem suum et hominem Thietbirgae ad monomachiam impellere; et si homo ipsius reginae ceciderit, disponit hanc sine dilatione perimere. Quae quantum sint omnia divinae legi contraria, magnitudinis prudentiae vestrae, credimus, iam advertiti. Sed et nos hinc aliquid strictim volumus demonstrare, prius asseverantes, quod de retroacta controversia Thietbirga non debet ulterius ad iteratam responsionem provocari, quoniam, quod bene semel definitum est et interpositis iuramentis deliberatum, nulla debet iteratione, nisi fortassis, ubi fuerit maior auctoritas, retractari; deinde, quod ecclesiae refugium quaerens, ecclesiasticum iudicium semper expetens, submitti non debet seculari iudicio. Post haec vero, cum nos ex utraque parte, id est tam a Lothario quam a Thietbirgae, fuerimus provocati iudices nosque arborum controversiam executi simus, ad nullos alios convenit super hoc negotio iudices convolare, cum secundum sacros canones a iudicibus, quos communis consensus elegerit, non liceat provocare et, ubi concessa est provocatio. Non nisi, ubi maior est auctoritas, liceat provocare. Itaque, cum non sit apostolicae sedis auctoritate, quae amborum negotium executum est, usquam maior auctoritas, nescimus, si alicui liceat de eius iudicio iudicare vel eius retractare sententiam.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, pp. 86-87.

sucessor de Nicolau I, para Lotário II,¹⁵⁷ sendo que este também fez uso da ideia ao repetir uma frase bíblica, “Porque o que come e bebe indignamente, come e bebe para sua própria condenação, não discernindo o corpo do Senhor”,¹⁵⁸ no momento em que toma a comunhão. A expressão *Dei iudicio* também foi encontrada algumas vezes no relato, especialmente, após o período referente à querela de Lotário.¹⁵⁹ A palavra *discrimen* é ainda mais rara. Regino a usou sempre no contexto das batalhas, para designar um momento crítico¹⁶⁰, lutas perigosas,¹⁶¹ ou situações de risco.¹⁶²

A considerável limitação do campo semântico que poderia indicar “crise”, apesar de lançar alguns desafios para o estudo do problema na citada fonte, não impediu a observação do sentido que o abade buscou ao usar tais palavras. A questão do julgamento, no caso, foi essencial ao longo de toda a narrativa, atingindo maior importância em momentos cruciais no livro II. Portanto, tornou-se necessário atentar para os temas ou categorias recorrentes na *Crônica*. Contrariando a leitura fragmentada da obra e a separação dos dois livros, percebemos que o livro I já lançou alguns temas fundamentais ao livro II e à narrativa total de Regino: na entrada de 498-509, o autor condenou o comportamento errante do rei Chariberto,

¹⁵⁷ Regino, a. 869. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 159. “[...] si autem tua conscientia te accusat et loetali vuhiere sauciatus proclamat, aut iterum redire mente disponis in mechieae volutabro, nequaquam sumere presumas, ne forte ad iudicium et condempnationem tibi eveniat, quod fidelibus ad remedium preparavit divina providentia”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 97.

¹⁵⁸ 1 Coríntios 11:29. “Qui enim manducat et bibit indigne, iudicium sihi manducat et bibit”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 97.

¹⁵⁹ Cf. Regino, a. 498-509; a. 755, a. 871; a. 887; a. 869 (*divino iudicio*).

¹⁶⁰ Regino, a. 889. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 205. “Comminus enim in acie preliari aut obsessas expugnare urbes nesciunt. Pugnant aut procurrentibus equis aut terga dantibus, saepe etiam fugam simulant. Nec pugnare diu possunt: ceterum intolerandi forent, si, quantus est impetus, vis tanta et perseverantia esset. Plerumque in ipso ardore certaminis prelia deserunt ac paulo post pugnam ex fuga repetunt, ut, cum maxime vicisse te putes, tunc tibi discrimen subeundum sit”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 133.

¹⁶¹ REGINO, a. 898. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 223. “Dum haec in Francia geruntur, inter Ludowicum et Berengarium in Italia plurimae congressiones fiunt, multa certaminum discrimina vicissim sibi succedunt. Novissime Ludowicus Berengarium fugat, Romam ingreditur, ubi a summo pontifice coronatus imperator appellatur.” KURZE, p. 146. Ver também a entrada para 860, sobre a batalha entre francos e bretões, em que “discriminis” foi traduzida como “crise” por MacLean: “Franci, qui comminus strictis gladiis pugnare consueverant, attoniti stabant, novitate ante inexperti discriminis perculsi, nec ad insequendum idonei nec in unum conglobati tuti.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 79.

¹⁶² REGINO, a. 871. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 166. “Adalgisus sentiens, non siue discrimine hostia domus esse penetranda, ab introitu pedem retrahit palatiumque flammis iubet exuri”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 104; REGINO, a. 876. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 176. “Carolus videns suos fugere et ipse fuga vitam servavit, sero secum revolvens, quanti discriminis sit, aequitatis iura divinarum humanarumque legum institutionibus roborata immoderatae cupiditatis ambitione violari velle.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 112.

que cometeu adultério, e mostrou como este perdeu a vida e o seu reino por conta de suas atitudes, por meio de um *iusto Dei iudicio*:

Chariberto abandonou sua esposa legítima [*legitima uxor*], chamada Ingoberga, e se casou com as duas irmãs Marcovefa e Merofilda. Por conta desse ato abominável [*scelus*], ele foi excomungado por São Germano, bispo de Paris, e após ser derrubado por um justo julgamento de Deus, ele morreu e foi enterrado na igreja de São Romano.¹⁶³

Legitima uxor e *scelus* foram intervenções autorais de Regino na fonte original, os *Liber Historiae Francorum*, que lhe serviu de referência. Além disso, ele trouxe a ideia do nascimento legítimo como um pré-requisito para um reinado igualmente legítimo.¹⁶⁴ A recorrência de referências à adultérios, casamentos, nascimentos legítimos e ilegítimos, entre outros, sempre estiveram relacionados ao tema considerado principal do livro II, o declínio da dinastia carolíngia. Segundo Stuart Airle, o episódio de 888, com a morte sem herdeiros de Carlos, o Gordo, foi um ponto chave na narrativa. Regino seria o Edward Gibbon da escrita histórica, na qual a *Crônica* se constituiu como relato da ascensão, declínio e queda do Império Carolíngio.¹⁶⁵ Vejamos o trecho fatídico:

Após a sua morte, os reinos que haviam obedecido à sua autoridade, por conta da falta de um herdeiro legítimo, dissolveram-se em partes separadas e, sem esperar por um senhor natural, cada um decidiu criar um rei de sua própria entranha. Essa foi a causa de grandes guerras; não porque entre os líderes francos faltasse nobreza, coragem e sabedoria para governar os reinos, mas porque a igualdade de descendência, autoridade e poder aumentou a discórdia entre eles; nenhum ofuscou tanto os demais a ponto do resto se submeter a sua ordem. A *Francia* poderia ter produzido muitos líderes capazes de controlar o governo do reino, se a Fortuna não tivesse os provido para que pudessem destruir uns aos outros na competição pelo poder.¹⁶⁶

¹⁶³ REGINO, a. 498-509 (datas corretas 565-578). In. MACLEAN, S. *op. cit.*, p. 91. “Herechbertus derelicta legitima uxore, quae vocabatur Ingoberga, duas sorores Marcovefam et Merofilidam sibi in matrimonium iungit; ex quo scelere excommunicatus est a sancto Germano Parisiorum episcopo et iusto Dei iudicio percussus moritur et in basilica sancti Romani sepelitur.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 22. Cópia dos *Liber Historiae Francorum*, c. 30-1. In. KRUSCH, B. (ed.). *Monumenta Germaniae Historica. Scriptores rerum Merovingicarum* 2. Hanover: Impensis Bibliolii Hahniani, 1888, pp. 290-291, que também indica que as irmãs também foram feridas por Deus.

¹⁶⁴ Cf. entradas dos anos 510-516 e 538-545.

¹⁶⁵ AIRLIE, Stuart. ‘Sad stories of the deaths of kings’..., p. 126.

¹⁶⁶ REGINO, a. 888. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 199. “Post cuius mortem regna, que eius ditioni paruerant, veluti legitimo destituta herede, in partes a sua compage resolvuntur et iam non naturalem dominum prestolantur, sed unumquodque de suis visceribus regem sibi creari disponit. Quae causa magnos bellorum motus excitavit; non quia principes Francorum deessent, qui nobilitate, fortitudine et sapientia regnis imperare possent,

É evidente que os acontecimentos de 888 tiveram um importante impacto na continuidade da dinastia carolíngia. Entretanto, sem desmerecer o espaço desses eventos para a história desse período, não concordamos com a tese de Stuart Airlie de que a “crise” de 888 seria o ponto principal da *Crônica*. Tal passagem não pode ser lida isoladamente dentro da narrativa de Regino. Na nossa concepção, a morte de Carlos, o Gordo, seria uma das consequências, ou melhor, o desfecho do polêmico assunto que permeia o livro II e que tem indícios no livro I: o adultério e divórcio de Lotário. Assim, este assunto era o motor de toda a obra. Primeiro indício: Regino fez entradas breves em grande parte do relato, mas deu um destaque muito grande a todos os acontecimentos relacionados à querela. Ali, Regino narrou todo o processo do divórcio de Lotário II e Teuberga, por causa do relacionamento do rei com uma nobre chamada Waldrada. Lotário teria se utilizado de acusações contra a esposa, como incesto (com o irmão), sodomia e aborto.¹⁶⁷

Claramente, Regino não estava apenas narrando o episódio. O abade fez um julgamento moral, alinhando-se às ações do Papa Nicolau I, o grande oponente de Lotário II.¹⁶⁸ Por meio da autoridade papal,¹⁶⁹ reivindicou-se a legitimidade de Teuberga como esposa do rei, o que reforçou as entradas anteriores sobre a importância do casamento legítimo. Ela era a vítima aos olhos do Papa e de Regino, enquanto Lotário era o manipulador dos religiosos, o mentiroso, o adúltero, o causador desse momento de “crise”. Então, Regino se

sed quia inter ipsos aequalitas generositatis, dignitatis ac potentiae discordiam augebat, nemine tantum ceteros precellente, ut eius domínio reliqui se submittere dignarentur. Multos enim idoneos principes ad regini gubernacula moderanda Francia genuisset, nisi fortuna eos aemulatione virtutis in perniciem mutuam armasset”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 129.

¹⁶⁷ Sínodos de Aachen em janeiro e fevereiro de 860. Anais de Saint-Bertin, 860. In. NELSON, Janet (trad.). *The Annals of Saint-Bertin: Ninth-Century Histories*, vol. 1. Manchester: Manchester University Press, 1991, p. 92.

¹⁶⁸ Regino não foi o único a se posicionar sobre o divórcio de Lotário. Hincmar, arcebispo de Reims, envolveu-se já no decorrer do assunto, ao escrever uma obra defendendo a Rainha Teuberga: HINCMAR DE REIMS, *Opusculum de divortio Lotharii regis et Tetbergae reginae*. In. MIGNE, Jacques Paul (ed.). *Patrologiae Cursus Completus*. Series Latina, t. CXV. Paris: Garnier Fratres, 1852.

¹⁶⁹ Importante lembrar que um dos temas principais no Livro I é o avanço do cristianismo e predomínio da igreja, na verdade do Papado, na qual Roma aparece primeiramente como centro apostólico ao invés de centro de poder, e esse respeito aos preceitos cristãos e ao papa é frequentemente retomado no episódio do divórcio de Lotário II. Já no livro I, Regino manipulou as fontes com as quais trabalhou para colocar os feitos dos papas antes dos imperadores. O autor inverte a ordem da *Historia Langobardorum*, de Paulo, o Diácono (ed. de G. WAITZ, *Monumenta Germanica Historica, Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum separatim editi*. Hanover: : Impensis Bibliolii Hahniani, 1878), para colocar São Bento antes de Justiniano e também omite algumas celebrações do poder imperial deste, o que pode indicar uma relutância em descrever tais qualidades de um imperador ao invés dos feitos dos papas. REGINO, a. 459-509. In. MACLEAN, S. *op. cit.*, p. 88.

utilizou de suas fontes, especialmente, das *Epístolas* do Papa Nicolau I, para sair em defesa do legítimo casamento e da “saúde” do reino.¹⁷⁰

De fato, supomos que você não está satisfeito simplesmente em cometer adultério, mas também em lançar as almas dos homens nas armadilhas do perjúrio, mergulhando-os na ruína final. O quão surpreendente você obteve a destruição de algumas almas por meio do perjúrio, considerando que sua posição é tão elevada que pelo seu exemplo adúltero você poderia ter lançado tantos milhares de homens no caos da perdição?¹⁷¹

A crise que se instalou necessitava de uma decisão que iria afetar não só a vida de Lotário e sua família como os rumos do reino e de seus súditos. Como Lotário tomou uma decisão considerada inadequada para a situação e não se redimiou de seus pecados, o reino começou a sofrer com a profecia do Papa. Segundo MacLean, Regino omitiu uma linha da carta de Nicolau, com a seguinte frase: “Nam maiora facit crimine sublimitas dignitatum”, que poderia ser traduzida como “Pois a altura do personagem faz o crime maior”. A frase, segundo o Maclean, carregava a ideia de que a conduta moral do rei tem um impacto direto na sorte do seu povo e do seu reino.¹⁷² Ainda que o abade tenha omitido esse pequeno trecho, tal visão apareceu com destaque na *Crônica*, quando o mesmo anunciou que iria revelar “a natureza do resultado produzido pela calamidade desta doença pestilenta, que resistiu ao remédio de um antídoto apostólico, e a dimensão dos custos dessa infecção mortal para o reino”.¹⁷³

¹⁷⁰ Regino também parece ter usado a carta escrita pelos arcebispos Gunter da Colônia e Tietgaud de Trier, que defenderam o divórcio, e que foi enviada ao Papa, mas que se perdeu. MACLEAN, Simon. *op.cit.*, p. 142.

¹⁷¹ REGINO, a. 866. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, 149. “Didicimus enim te, qui prolixo tempore in scelere permanens ecclesiae Dei non modicum nocuisti, nocere adhuc et, qui in sordibus eras, sordescere adhuc; siquidem, ut opinamur, tibi non sufficit solum adulterium perpetrasse, nisi apponas, ut etiam animas hominum periurii laqueis irretitis in extremum demergas interitum. Sed quid mirum, si paucorum animabus per periurium exitium adquisisti, quando in tanta sublimitate positus per exemplum tuae moechiae tot hominum milia in perditionis chaos precipitaveris?” KURZE, F. *op. cit.*, p. 88. Cópia de Nicolau, *Epistolae*, n. 46, datada de 24/25 de janeiro de 867. In. PERELS, E. (ed.). *Monumenta Germaniae Historica. Epistolae* 6, Berlin, 1925, pp. 257-690.

¹⁷² MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 149.

¹⁷³ REGINO, a. 866. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.* p. 151. “Qualem vero exitum huius pestiferi morbi pernitentes attulerit apostolico rennuens mederi antidoto, quantaque regni dispendia ex hac mortifera contagione.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 89. Segundo MacLean, Regino, ao apontar a necessidade de revelar e repreender os pecados de Lotário, parece ecoar um trecho de Mateus 18: 15-17, que diz: “Se o seu irmão pecar contra você, vá e, a sós com ele, mostre-lhe o erro. Se ele o ouvir, você ganhou seu irmão. Mas, se ele não o ouvir, leve consigo mais um ou dois outros, de modo que 'qualquer acusação seja confirmada pelo depoimento de duas ou três testemunhas'. Se ele se recusar a ouvi-los, conte à igreja; e, se ele se recusar a ouvir também a igreja, trate-o como pagão ou publicano”. *Ibidem*, p. 151.

Toda essa narrativa carregada de linguagem médica parece remeter às origens gregas da noção de “crise”, na qual a ideia de julgamento/decisão tem um papel fundamental na evolução ou piora de determinada doença, neste caso, o julgamento de Regino como narrador e o julgamento de Deus diante dessa “doença pestilenta”, ou seja, das ações de Lotário II. O prosseguimento da história de Lotário, no relato do abade, passou a ser espaço de decisão, de resolução desse desvio. Sua conduta imoral e desobediente começou a ser punida ainda em vida, enquanto que as profecias de Nicolau I, deixadas em uma carta, concretizaram-se e afetaram todos os rumos do reino. O que temos a seguir é uma sucessão de acontecimentos em que o julgamento divino foi crucial nesse momento crítico. Vejamos a questão da guerra. Segundo a *Crônica*, Luís II - que apoiou seu irmão durante a querela do divórcio - teria sido atacado pelos Saracenos e teria pedido ajuda militar a Lotário II. Rapidamente, este ajudou o irmão e muitas batalhas foram ganhas “com a ajuda de Deus, não apenas pela força, mas também pela sorte (*feliciter*)”.¹⁷⁴ Entretanto, houve uma reviravolta na História: o exército de Lotário foi abatido por uma séria peste – no caso, diarreia – causada pelo calor e pelo clima, além de mordidas de aranha. Nas próprias palavras do cronista:

Estava se tornando claro que Deus se opôs não apenas contra Lotário, por causa do seu duro e impenitente coração, mas também contra todo o seu reino. Esse é o motivo pelo qual ele não retornou à *Francia* sem sérias perdas entre os seus homens.¹⁷⁵

O destaque negativo dado a Lotário não acabou com a sua morte prematura, em 869, aos 34 anos. Regino continuou atribuindo a existência de momentos conturbados e más consequências às ações do rei, pois:

Houve tantas vítimas entre os seguidores do rei que parecia como se uma espada inimiga, ao invés de uma praga, tivesse cortado a nobreza e dignidade de todo o reino, que eram tão ricas que enchiam as terras do império como campos de lavoura lotados ou como enxames.¹⁷⁶

¹⁷⁴ REGINO, a. 867. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.* p. 155. “Ubi plurima bela gesta sunt, non solum fortiter, sed etiam feliciter”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 93.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 155. “[...] ut iam tunc daretur intellegi, quod propter duriciam et cor inpoenitens Deus non solum Lothario verum etiam omni regno eius adversaretur. Revertitur itaque in Franciam non sine gravi, ut dictum est, dispendio suorum”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 94.

¹⁷⁶ REGINO, a. 869. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.* p. 160. “Tanta autem strages in prefati regis populo facta est, ut non peste perisse sed hostili gladio corruisse virtus ac nobilitas totius regni videretur, quae eo tempore tantae fecunditatis erat, ut in modum densarum segetum pullulans veluti quodam examine imperii fines repleverit”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 98. Imagética de Justino, *Epitome*, 25.2.7-9, p. 192.

A própria herança do reino de Lotário II acabou gerando disputas entre os seus tios, Carlos, o Calvo, e Luís, o Germânico, que só terminou em 870, com o Tratado de Meersen, no qual os dois dividiram o reino igualmente.¹⁷⁷ A ordem foi reestabelecida, mas dentro da narrativa, Regino não deixou de ser favorável a Luís, enquanto descreveu as desgraças que tomaram espaço na vida de Carlos, que perdeu um filho ainda jovem e mandou cegar outro, que havia se tornado apóstata.¹⁷⁸

A preferência de Regino por Luís parece ter se dado por causa da usurpação do reino de Lotário por Carlos, logo após a morte daquele, e do desrespeito ao direito hereditário. Luís, ao falecer em 875 (na *Crônica*, 876), foi descrito em termos positivos, como o maior líder cristão e devotado aos assuntos seculares e eclesiásticos. Regino foi enfático ao afirmar que ninguém poderia corromper o rei com presentes e dinheiro e que ele teve um abençoado casamento com Emma, que resultou no nascimento de três filhos de excelente caráter (Carlomano, Luís III, o Jovem, e Carlos, o Gordo).¹⁷⁹ Há aqui um claro contraponto à vida de Lotário II, que passou pela vergonha do adultério e do divórcio, além de ter corrompido bispos e ter mentido mesmo durante a missa ao tomar a comunhão.

Em 883, durante a rebelião de Hugo, filho bastardo de Lotário II com Waldrada, novamente encontramos os frutos dos feitos do rei:

Assim, Deus todo poderoso se irou contra o reino de Lotário e passou a atuar contra para destruir totalmente a força do reino aumentando os desastres, de modo que a profecia do santíssimo Papa Nicolau [I] e também a maldição que ele pronunciou sobre o reino foram cumpridas.¹⁸⁰

¹⁷⁷ REGINO, a. 870. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 162.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 163-164.

¹⁷⁹ Carlos, por outro lado, continuou se envolvendo em disputas. Em 873, o governante teve que enfrentar a “praga perniciosa que havia se instalado no coração do reino”, ou seja, os normandos, cujos relatos de Regino eram sempre acompanhados por invasões, pilhagem, fogo e destruição de igrejas e cidades, o que sugere a incorporação da imagética de Justino. REGINO, a. 853. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 133. Regino também fez uma referência a uma praga de gafanhotos que atacou a Gália na mesma época, um presságio que podia ter relação com os citados normandos. REGINO, a. 873. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, pp. 167-168. Referências dessa praga são encontradas em outras fontes, como *Anais de Fulda*, 873, p. 71; *Anais de Saint-Bertin*, 873, p. 184; *Anais Xantenses*, 873, p. 33; *Anais Vedastini*, 873, p. 40.

¹⁸⁰ REGINO, a. 883. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 189. “Sic Deus omnipotens iratus regno Lotharii adversabatur et talibus incrementorum cladibus vires eiusdem regni radicitus exterminabat, ut prophetia sanctissimi Nicholai papae simul et maledictum, quod super eundem regnum protulerat, adimpleretur”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 121. É importante ressaltar que Regino, em passagem anterior a esta, trata dos ataques violentos do filho de Lotário II, Hugo.

Eis como Regino elevou a importância do papa: ele fez profecias, Deus as cumpriu e isso teve uma interferência direta na história de uma dinastia. O trecho de 888 nada mais é que o desfecho dessas maldições lançadas, por meio da morte dos governantes e da esterilidade das esposas, que seria resultado mais do pecado do que da infertilidade, acontecimentos estes que iriam culminar na perda de “saúde” do reino e na quebra (ou morte) da linhagem dinástica carolíngia.¹⁸¹ Outros elementos entraram em jogo na narrativa. As disputas políticas entre líderes que “se esquecem dos laços de irmandade e de sangue” também enfraqueceram a força dos francos, e assim por diante. Na *Crônica*, um governante não deveria ser ambicioso, movido por vã glória, e usurpar as terras e o poder de outro. Para Regino, “a justiça, a caridade e a unidade devem reinar”, por isso retomava a todo o momento o discurso do respeito à linha de hereditariedade e aos juramentos feitos.

A desintegração desses laços gerou punições aos olhos do nosso autor e tal questão apareceu desde o livro I, com os relatos dos feitos dos reis e, especialmente, dos acontecimentos – muitas vezes conturbados – em torno da sucessão e partilha dos reinos. Já na primeira entrada da *Crônica*, referente ao período de 1 a 15 d.C., o autor narrou o começo da vida de Cristo e o episódio do Massacre dos Inocentes, dando especial atenção ao rei Herodes, que teria assassinado sua esposa Mariana e seus filhos.¹⁸² Tal atitude teria sido incitada pelo seu filho Antipater, “o instigador de todas essas coisas malignas”¹⁸³, que acabou sendo morto pelo próprio pai, que também não escapou ileso: padeceu de uma “miserável morte” (*miserabili morte*).¹⁸⁴

Na obra de Regino, foi Deus quem puniu um mau governo ou recompensou um bom comando. Enquanto Tibério Constantino (540-582) foi enaltecido por seus atos diários de caridade e recebeu como retribuição de Deus uma grande quantia de ouro,¹⁸⁵ Chiperico entrou em guerra contra seu irmão Sigiberto I, que teria sido envenenado pela esposa daquele,

¹⁸¹ Não é sem sentido que “*vires Francorum*” era uma das expressões favoritas de Regino na *Crônica*. O termo parece carregar o sentido de poder, vigor, energia, força.

¹⁸² REGINO, a. 1-15. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 63.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 63. “Novissime Antipatrum ex Doside natum, incentorem et insimulatorem omnium malorum gladio percutit”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 2. Trata-se de uma cópia de Beda, *De Temporum Ratione*, c. 66, 494. In. WALLIS, F. (trad.). *Bede: the Reckoning of Time*. Liverpool: Liverpool University Press, 2004, p. 194, que indica apenas que Antipater era filho de Herodes com Dosis, que ele abandonou antes de se casar com Mariana, a sobrinha-neta de seu predecessor. Regino, então, acrescenta más características ao comportamento do filho de Herodes.

¹⁸⁴ REGINO, a. 1-15. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 63.

¹⁸⁵ REGINO, a. 510-516 (datas corretas 578-582). In. MACLEAN, S. *op. cit.*, p. 93.

Fredegonda – pintada como uma esposa ardilosa e manipuladora –, e tomou decisões que colocaram o seu reino e sua linhagem em crise:

O rei Chilperico, agindo sob o conselho de Fredegonda, instituiu novos impostos em todos o reino. Cada proprietário deveria pagar ao rei uma ânfora de vinho por cada *arpenne* de sua própria terra e um *modium* [de grãos] para cada *ingerum* [de terra]. Por causa disso, o grande povo oprimido apelou em voz alta ao Senhor. O Senhor mandou uma praga à casa do rei; ele mesmo começou a ficar doente e dois de seus filhos morreram. O assustado rei queimou as listas de impostos e perdoou a imposição.¹⁸⁶

O trecho exposto trouxe uma comparação moral com a caridade de Tibério e seu reino “saudável”,¹⁸⁷ enquanto o reino de Chilperico foi condenado pela ira de Deus por suas más ações e por se deixar influenciar pela maldade de Fredegonda.¹⁸⁸ A crise apareceu em seu reino como um julgamento divino, na forma de doença, que tomou a saúde e os próprios filhos do rei, e só acabou após o arrependimento do governante. Na narrativa de Regino, após o fim da cobrança abusiva de impostos, Chilperico também reconheceu Fredegonda como esposa. Como recompensa por um casamento legítimo, ocorreu o nascimento de um filho legítimo, Clotário, “que foi mais tarde um grande rei e pai de Dagoberto”.¹⁸⁹ Dagoberto foi, posteriormente, retratado como um governante que abraçou o amor da prosperidade e justiça e que foi exaltado com a boa vontade de todas as pessoas que foram subjugadas por ele.¹⁹⁰ O

¹⁸⁶ REGINO, a. 510-516 (datas corretas 578-582). In. MACLEAN, S. *op. cit.*, p. 94. “Helpricus rex descriptiones novas per consilium Fredegundis in omni regno suo facit, ut unusquisque possessor de propria terra de uno arpenne unam amphoram vini ad partem regis reddat et de iugere modium unum. Unde populus valde oppressus vociferabatur ad Dominum. Inmisit autem Dominus plagam in domo regis, et ipse egrotare coepit et duo filii eius mortui sunt. Rex perterritus descriptiones combussit et tributum indulsit.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 24. Cópia dos *Liber Historiae Francorum*, c. 34, pp. 299-301. A presença de presságios na forma de pestes ou eventos astronômicos tem uma certa recorrência na obra de Regino. Um outro exemplo é encontrado após o autor relatar o caso da condenação da heresia do monotelismo no Terceiro Concílio de Constantinopla, em 680, que foi acompanhada por um eclipse solar, queda de teias de aranha, peste e o aparecimento de um anjo mau e outro bom. REGINO, a. 605-611 (datas corretas 668-685). In. MACLEAN, S. *op. cit.*, p. 106.

¹⁸⁷ Guntrão, tio de Chilperico, também é caracterizado por Regino como um rei generoso e pacífico, que teria transmitido seus bens para a Igreja e para os pobres após sua morte. REGINO, a. 517-537 (datas corretas 582-602). In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, pp. 97-98.

¹⁸⁸ A comparação entre os personagens será uma constante na *Crônica*. É possível perceber tal lógica quando Regino fez um contraponto entre Lotário II, marcado pelo adultério e divórcio, e o papado de Nicolau, falecido em 867, e caracterizado como gentil e humilde com os justos e devotados a Deus, mas severo e terrível com aqueles que estiveram longe do caminho certo (em uma referência às atitudes de Lotário). Ver REGINO, a. 868. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, pp. 155-156.

¹⁸⁹ REGINO, a. 510-516 (datas corretas 578-582). In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 94. “Hic fuit postea rex magnus, qui genuit Dagobertum”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 24. Cópia dos *Liber Historiae Francorum*, c. 34, p. 301.

¹⁹⁰ REGINO, a. 605-611 (datas corretas 668-685). In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 107.

autor, ao relatar a sua morte, afirmou que ele era “perspicaz em conselhos, ponderado no julgamento, vigoroso na arte da guerra, generoso em esmola, zeloso em manter a paz das Igrejas e especialmente devotado no enriquecimento dos monastérios dos santos”.¹⁹¹ Regino também informou como ocorreu a transição de poder após a morte do governante: seus filhos assumiram o reino de acordo com a divisão que Dagoberto havia estabelecido enquanto vivo. Logo, uma vida pacífica selada por uma morte e uma sucessão sem disputas,¹⁹² em uma clara oposição à futura narração da vida conturbada de Lotário II.

Entretanto, essa “recompensa” era temporária e a crise retornou por meio da morte por assassinato (Chilperico teria sido morto por traição de Fredegonda) e das disputas entre os primos Clotário, filho de Chilperico, e Teodeberto II, filho de Childeberto, que brigaram pela partilha do reino após a morte deste. Regino relatou a batalha como uma verdadeira carnificina de ambos os lados, a ponto do rio “correr como sangue coagulado ao invés de água”. E, mais uma vez, a imagem divina: um anjo teria sido visto com uma espada desembainhada sobre o povo.¹⁹³

As disputas pela hereditariedade continuaram entre os irmãos Teodeberto II, dito ser filho de uma concubina, e Teoderico II, filho de Brunilda, que teria incitado essa guerra entre eles. A história teve o mesmo desfecho trágico: Teoderico assassinou seu irmão e seus sobrinhos e depois foi envenenado a mando de sua própria mãe. Após estas mortes, o reino acabou sendo controlado por Clotário, que mandou matar Brunilda.¹⁹⁴ O mesmo pode ser dito de Cuniberto, rei dos lombardos, falecido em 700. Após um governo marcado por rebeliões, a sua morte abriu espaço para uma grande e violenta disputa entre as lideranças locais. Segundo Regino, muitos deles foram mortos e tantos outros cegos. Até mesmo as mulheres que se gabavam dizendo que poderiam ser rainhas eram desfiguradas ao terem arrancados narizes e

¹⁹¹ REGINO, a. 612-631 (datas corretas 685-695). In. MACLEAN, S. *op. cit.*, p. 110. “(...) fuit autem providus in consilio, cautuss in iudicio, strenuus in militari disciplinas, largus in elemosinis, studiosus in componenda pace ecclesiarum et precipue devotus in ditandis sanctorum coenobiis”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 33.

¹⁹² REGINO, a. 612-631 (datas corretas 685-695). In. MACLEAN, S. *op. cit.*, pp. 109-110.

¹⁹³ REGINO, a. 517-537 (datas corretas 582-603). In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, pp. 98-99. “Post haec bellum inter Clotharium et Theodericum oritur super fluvium Aroana tantaque cedet de utroque populo facta est, ut ipse alveus cadaveribus hominum repletus magis cruorem quam aquam fundere videretur. In predicto, ut aiunt, certamine visus est angelus Domini evaginatam gladium super populum tenens”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 26. Cópia dos *Liber Historiae Francorum*, c. 37, pp. 306-307.

¹⁹⁴ REGINO, a. 538-545 (datas corretas 603-610). In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, pp. 100-101. Cópia dos *Liber Historiae Francorum*, c.38-40, pp. 307-311.

orelhas.¹⁹⁵ É evidente, aqui, o contraste que Regino buscou fazer entre os governos e como as disputas assumem pesos e julgamentos morais diferentes de acordo com as características de seus líderes.

O problema da sucessão dinástica, causada pelas disputas entre irmãos, recebeu críticas de Regino sob outro viés: a crítica à “presença malévola” de algumas rainhas. Se no livro I, Fredegonda e Brunilda desempenharam esse papel e colocaram a paz do reino em perigo, no Livro II, a primeira personagem foi Judite, esposa de Luís, o Piedoso. De acordo com o cronista, descrevendo os eventos ocorridos entre 833 e 834, Luís teria sido deposto do *imperium* por seus próprios homens e colocado em custódia, enquanto o controle do reino (*regni monarchia*) foi dado ao seu filho Lotário por meio da eleição dos francos. Luís, então, foi resgatado por seu outro filho, Luís, o Germânico, e pelos francos, e reconduzido ao trono imperial. Regino conclui o relato apontando que a deposição ocorreu, principalmente, por conta das várias fornicções de sua esposa, Judite.¹⁹⁶ Avançando apenas três anos no relato, Regino indicou as disputas entre os irmãos Carlos II, o Calvo e Luís, o Germânico contra Lotário I, na batalha de Fontenoy, em 841. O cronista, em tom de crítica e possivelmente relacionando este evento aos atos de Judite, apontou as consequências dessas brigas familiares:

Nesta batalha, o poder dos francos [*Francorum vires*] diminuiu tanto e sua famosa virilidade [*virtus*] ficou tão enfraquecida, que após [a batalha] eles foram incapazes não apenas de expandir o reino, mas também de defender suas fronteiras. No final, Carlos e Luís ganharam, mas não sem sérias perdas entre seus próprios homens.¹⁹⁷

Como vimos, todas essas questões – desrespeito pela linhagem dinástica, disputas pelo poder entre familiares, casamentos e nascimentos legítimos e ilegítimos, influência de mulheres “más”, etc. – reapareceram no episódio envolvendo o relacionamento de Lotário II com Waldrada, desejada pelo rei “com um grande amor inflamado pelo diabo”, e nas punições advindas das atitudes do governante, que avançaram sobre todo o Império. A

¹⁹⁵ REGINO, a. 538-545 (datas corretas 603-610). In. MACLEAN, S. *op. cit.*, p. 110. Cópia da *Historia*, VI. 17-22, pp. 219-221.

¹⁹⁶ Regino, a. 838. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 131.

¹⁹⁷ Regino, a. 841. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 132. “In qua pugna ita Francorum vires adtenuatae sunt ac famosa virtus infirmata, ut non modo ad amplificandos regni terminos, verum etiam nec ad proprios tuendos in posterum sufficerent. Tandem non sine gravi dispendio suorum Carolus et Ludowicus vicerunt”. KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 75.

narrativa de Regino adquiriu, então, contornos mais sombrios, uma vez que não é possível ignorar a frequência com a qual o abade registou as mortes dos carolíngios. São ao todo 17 mortes em um espaço de 30 anos (869-899), ou seja, exaltou-se a presença dos carolíngios, mas são carolíngios mortos. Arnulfo da Caríntia, que assume a *Francia* Oriental após a deposição de seu tio de Carlos, o Gordo, já não era considerado um rei carolíngio como os outros.¹⁹⁸ Por isso, a *Crônica* aparenta carregar esse caráter memorialístico, onde se pensa em um passado glorioso de reis carolíngios que não existe mais e nem tem chance de acontecer.

Mas tais elementos são suficientes para identificar, na obra de Regino, uma crise dinástica que leva ao colapso do poder público? Não há indícios para fazer essa afirmação categórica. Regino pareceu colocar um ponto final à maldição iniciada com Lotário II e abriu espaço para a redenção, que incluiu a continuação de governantes (reis, duques, etc) e do exercício de suas atribuições. É significativo o fato do poder ser ocupado, anos depois, em 900, por uma criança de apenas seis anos, Luís IV, ou Luís, a Criança. Ele foi descrito na *Crônica* como fruto do casamento legítimo de Arnulfo da Caríntia e, durante os 11 anos de seu governo (900-911), foi responsável por convocar assembleias, por reconciliar partes litigiosas e por punir aqueles que estavam em pecado de violência, usurpação, e assim por diante. Ou seja, Luís IV continuou exercendo ativamente o poder público que se esperava de alguém neste cargo. Mesmo no trecho relativo a 888, não se observa um esfacelamento do poder por conta da incapacidade, fraqueza ou desinteresse dos “líderes francos”, mas um excesso de disputa pelo mais alto cargo público que já não incluía, para Regino, os descendentes carolíngios, mas uma variedade de famílias.

É plausível pensar que Regino escreveu essa parte da *Crônica* em certo tom de lamentação. Primeiramente, por apontar o fim da dinastia carolíngia e a mudança no modo como os governantes passaram a ser escolhidos, como se lê no trecho sobre 888: “sem esperar por um senhor natural, cada um decidiu criar um rei de sua própria entranha”.¹⁹⁹ Em segundo

¹⁹⁸ “A própria casa real, em parte por causa de mortes prematuras e em parte por causa da infertilidade de suas esposas, desapareceu até que um único homem [Arnulfo] dentre uma numerosa linha de reis pudesse ser considerado adequado para assumir o cetro do governo sobre os Francos [...]”. REGINO, a. 880. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 183. “Post cuius decessum variante fortuna rerum gloria, quae supra vota fluxerat, eodem, quo accesserat, modo cepit paulatim diffinere, clonec deficientibus non modo regnis, sed etiam ipsa regia stirpe partim inmatia aetate pereunte partim sterilitate coniugum marcescente hic solus de tam numerosa regum posteritate idoneus inveniretur, qui imperii Francorum sceptrum suscipere.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, pp. 116-117. Ainda que Regino enfatize a ressonância do nome de Arnulfo, compartilhado com o ancestral carolíngio Arnulfo de Metz, para MacLean isso não passava de uma ressalva especial dentro de uma narrativa marcada pela diminuição da dinastia. MACLEAN, Simon. *Insinuation, Censorship...*, p. 17.

¹⁹⁹ Em uma passagem referente ao ano de 749, ao fazer uma “cópia” dos *Annales Regni Francorum*, Regino pode ter dado um tímido indício do que ele entendia por poder régio: “E no ano 749 da Encarnação do Senhor, Burchardo, bispo da igreja de Würzburgo, e o capelão Fulrado (abade de Saint-Denis) foram enviados até o Papa

lugar, pelos acontecimentos posteriores ao ano de 888, que incluem a própria deposição de Regino da abadia de Prüm. Dessa forma, a *Crônica* adquiriu um tom pessoal em meio às intrigas e conflitos,²⁰⁰ marcada por estratégias retóricas, insinuações e ironia.

Como vimos acima, Regino escreveu sua obra voltado para uma audiência privilegiada, composta por clérigos e governantes. Mas o autor também parecia estar preocupado com uma audiência indesejada que estivesse envolvida direta ou indiretamente em sua deposição. Não se sabe muito sobre as circunstâncias e causas precisas do evento que levou à saída de Regino da abadia, mas ela certamente ocorreu em meio às tentativas de elevar Luís, a Criança, filho legítimo de Arnulfo da Caríntia, rei da *Francia* Oriental, no lugar de Zwentibald (ou Zuentiboldo), seu meio-irmão, filho bastardo de Arnulfo.²⁰¹ O pai de ambos, responsável pela elevação de Regino como abade, já não conseguia manter sua autoridade na Lotaríngia, uma vez que sua base de poder estava mais distante, na Bavaria e

Zacarias, em Roma, para perguntar sobre os reis na Francia se era bom ou não que naqueles tempos pessoas chamassem de reis aqueles que não tinham poder real. E o citado Papa disse a Pepino que lhe parecia melhor chamar de rei aquele que tinha poder real do que aquele que permanecia sem poder real. E assim a ordem cristã não poderia ser perturbada, ele ordenou pela autoridade apostólica que Pepino deveria se tornar rei e ungido pelo óleo sagrado”. REGINO, a. 749. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 125. “Anno dominicae incarnationis DCCXLVIII. Burchardus Wirziburgensis ecclesiae episcopus et Folradus capellanus missi sunt Romae ad Zachariam papam, ut interrogarent de regibus in Francia, qui illis temporibus non habentes regiis potestatem reges tamen vocabantur, si bene esset an non? Et prefatus papa mandavit Pippino, melius sibi videri, illum regem vocari. qui potestatemni haberet, quam illum, qui sine regali potestate manebat; et ne perturbaretur christianitatis ordo, per auctoritatem apostolicam iussit Pippinum regem creari et sanctae unctionis oleo inungi”. KURZE, F. *op. cit.*, p. 43. Os dois clérigos eram assessores de Pepino III, o Breve. Entretanto, mais uma vez, Regino interferiu na fonte copiada acrescentando algumas informações, como a palavra “Roma” e a referência à unção, que só vai aparecer nos *ARF* na entrada do ano 752. Segundo Simon MacLean, o autor procurou recuar a informação e enfatizar que ela foi feita com o consentimento do Papa ao invés de forma autônoma. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 125. Essa ênfase se repete poucos trechos depois, com base na *Revelatio* de St. Denis, indicando também que nenhum descendente que não fosse dessa família, que foi consagrada pela sagrada unção, poderia se tornar rei. REGINO, a. 753. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 128. É importante ressaltar que o que estava em questão neste momento era uma disputa pelo poder entre Childerico e Pepino III, que saiu vitorioso e coroado pelo Papa Estevão II, em 754. O Papa também coroou e ungiu seus dois filhos, Carlos Magno e Carlomano I, e declarou que apenas os descendentes de Pepino poderiam governar os francos de forma legítima. FRASSETTO, Michael. *The Early Medieval World: From the Fall of Rome to the Time of Charlemagne*. California: ABC-CLIO, 2013, p. 456.

²⁰⁰ MacLean destacou outros historiadores medievais que também tiveram suas narrativas marcadas pelo contexto político da época. O trabalho de Gregório de Tours, no século VI, teria sido afetado pela delicada situação política, especialmente, pelo seu medo do rei merovíngio Guntrão. HALSALL, Guy. Hero and Herod? The Death of Chilperic and Gregory of Tours’ Writing of History. In. MITCHELL, K; WOOD, I. N. (eds.). *The World of Gregory of Tours*. Leiden: Brill, 2002, pp. 337-350; Id. The Preface to Book V of Gregory of Tours’ Histories: Its Form, Content and Significance. *Ante*, CXXII, 2007, pp. 297-317. Janet Nelson mostrou que as narrativas das guerras civis compostas pelo franco Nitardo no século IX deveriam ser entendidas à luz da sua crescente insatisfação com os acordos de paz quebrados pelo rei Carlos, o Calvo. NELSON, Janet L. Public Histories and Private History in the Work of Nithard. *Speculum*, LX, 1985, pp. 251-293. Ver MACLEAN, Simon. *Insinuation, Censorship...*, p. 1.

²⁰¹ Sobre a assembleia de St-Goar, na qual, possivelmente, discutiu-se a deposição de Zwentibald e a sucessão de Luís, a Criança, ver MACLEAN, Simon. *Insinuation, Censorship...*, pp. 20-21.

Renânia. Como resultado, Arnulfo enfrentou diversas disputas com o rei da *Francia* Ocidental, Odo (888-898) e com o rival de Odo, Carlos, o Simples (898-923), lutas estas marcadas por diversos assassinatos, a maioria de condes.²⁰² Arnulfo e Zwentibald, diante da impossibilidade de manter o poder nos padrões carolíngios, jogaram os grupos aristocráticos uns contra os outros e buscaram governar por meio de aliados locais.²⁰³

Evidentemente, Regino se opôs à nova configuração e à figura de Zwentibald, que teria uma reputação de governante caprichoso e imprevisível: “Ele estava tratando dos assuntos do reino com mulheres e ignorantes (*ignobilioribus*), depondo todas as pessoas mais honráveis e nobres e privando-as de seus serviços e dignidades. Por esta razão, ele se tornou odiado por todos.”²⁰⁴ O abade deixou registrado seu descontentamento com as relações do rei com aqueles considerados “inferiores” aos seus olhos. Não houve uma oposição à nobreza, que já estabelecia laços com os governantes carolíngios, mas sim à retirada desses nobres de seus lugares de direito, lugares legítimos.²⁰⁵ Interessante notar que na *Crônica*, assim como em passagens anteriores, Regino fez um contraponto entre legitimidade e ilegitimidade: Luís, a Criança, era filho legítimo de Arnulfo e foi elevado como rei, em 900, por vias legítimas, após a eleição de líderes e magnatas (*proceres et optimates*) que estavam sob autoridade de Arnulfo, enquanto que Zwentibald, o bastardo, foi descrito como violento, vingativo, malicioso, arrogante e cruel. Não foi surpresa que ele tenha sido logo assassinado, também em 900, pelos condes Gerard, Stephen e Matfrid.²⁰⁶

Gerard e Matfrid, poderosos nobres da região do vale de Mosela, foram figuras importantes na narrativa e vida de Regino. Se por um lado, eles foram responsáveis pelo fim da vida de um mau governante, eles também foram os instigadores imediatos da queda do abade, já que colocaram seu irmão Richar no lugar de Regino. Fica claro que Regino estava

²⁰² *Ibidem*, p. 7.

²⁰³ *Ibidem*, p. 8. Ver também INNES, Matthew. *State and Society in the Early Middle Ages: the Middle Rhine Valley, 400 – 1000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 222-41; Id. *People, Places and Power in the Carolingian World: a Microcosm*. In: DE JONG, M.; THEUWS, F. (ed.). *Topographies of Power in the Early Middle Ages*. Leiden; Boston; Colônia: Brill, 2001, pp. 397 – 437.

²⁰⁴ REGINO, a. 900. In: MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 225. “Cum mulieribus et ignobilioribus regni negotia disponens honestiores et nobiliores quosque deiciebat et honoribus et dignitatibus expoliabat. Pro huiusmodi itaque causa omnibus odiosus efficitur.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 148.

²⁰⁵ Tal trecho pode ter chamado a atenção dos estudiosos do feudalismo como “prova” das transformações políticas e sociais no período.

²⁰⁶ *Ibidem*, pp. 225-226.

inserido no contexto conturbado de relações entre os poderes locais e os novos governantes. Mas o seu relato sobre os acontecimentos foi deliberadamente evasivo:

Ao menos tempo, Faraberto, abade da comunidade de Prüm, deixou de lado seu cargo pastoral voluntariamente e com a permissão do rei; e eu, embora indigno, o sucedi pela eleição dos irmãos, como estipulado pela autoridade da Ordem. Porém, eu não permaneci nessa posição por muito tempo, pois por instigação dos meus rivais, eu tive que aturar Richar, irmão de Gerard e Matfrid, que se tornou o detestável sucessor do meu trabalho.²⁰⁷ Eu rogo que o leitor não ache penoso se eu voltar ao início do assunto e expor em uma linguagem clara como esse tema foi levado até a sua conclusão. Parece absurdo que eu, que me propus a explicar as ações dos outros e a causa dos eventos, devesse passar em silêncio um assunto que se refere a mim...

[trecho perdido]

em particular eu peço de joelhos pelo perdão do leitor uma vez que eu fui mais prolixo sobre esse assunto que o apropriado. Por necessidade que eu coloquei em ordem não apenas o que foi dito mas também o que foi feito, por causa da denúncia caluniosa daqueles que me invejaram e se opuseram a mim.²⁰⁸

Parte dessa falta de informações se deu por conta da seção (que segue o primeiro trecho aqui exposto) ter sido banida de todas as versões existentes. Muitas hipóteses foram levantadas sobre o autor dessa “censura”. Adalberto de Magdeburgo, que escreveu a continuação da *Crônica* por volta de 968 e que fez algumas adições e alterações na versão original, foi apontado como responsável, mas todas as versões sofreram esse corte, até mesmo as que não teriam passado pelas mãos do bispo. É provável que a fonte tenha sido mutilada antes dela receber a continuação em meados do século X. Adalbero de Augsburgo, a quem o abade pediu sua opinião no prefácio da *Crônica*, e os inimigos políticos de Regino também foram indicados como possíveis candidatos, mas não há muita lógica nessa argumentação. Por

²⁰⁷ REGINO, a. 892. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 213. “Per idem tempus Farabertus abba Prumiensis cenobii curam pastorem sua sponte per concessum regis deposuit et ego, quamvis indignus, secundum regularem auctoritatem per electionem fratrum in regimine successi in quo tamen non diutius immoratus aemulis agentibus Richarium fratrem Gerhardi et Mahtfridi invidiosum mei negotii successorem sustinui.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, pp. 138-139. Esse trecho está presente no grupo de manuscritos A, que teria sido editado por Adalberto de Magdeburgo.

²⁰⁸ REGINO, a. 892. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 213. “Obsecro autem, ne lectori honorosum videatur, si rem ab origine repetam et, qualiter huiusmodi negotium ad effectum perductum fuerit, simplici sermone pandam. Absurdum enim videtur, ut, qui aliorum actiones et rerum gestarum causas explanare proposui, negotium, quod ad me pertinet, silentio pretermittam, — — presertim poplitibus veniam posco lectori, eo quod verbosus in hac relatione ultra, quam decuit, extiti. Necessitas enim compulit, ut non solum facta, sed etiam dicta in ordine ponerem propter invidentium et adversantium calumniosam querelam.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 139. Esta parte do parágrafo aparece apenas no grupo de manuscritos B, que não teria sido editada por Adalberto.

que Adalbero iria alterar uma única seção e distribuir a obra cortada ou por que os inimigos do abade iriam deixar rastros de injúria na *Crônica*, que nem havia sido escrita em 899? É provável que o grande responsável por essa remoção tenha sido o próprio Regino, que em passagens posteriores, evidenciou uma mudança de postura diante do modo de relatar o episódio (no começo, o anseio de explicar o fato em seus detalhes e depois uma auto-censura motivada pelo desejo de não entediar a sua audiência ou exagerar as causas de sua perseguição). Vejamos as entradas para os anos de 892 e 899, respectivamente:

Basta que eu tenha registrado apenas algumas coisas das várias que se relacionam ao caso anterior e ao passar do tempo. Nós decidimos nos calar sobre a presente época porque se nós escrevermos claramente a verdade sobre o que aconteceu, então nós, sem dúvidas, iremos incorrer no ódio e desgosto de certas pessoas que ainda estão vivas. Se, por outro lado, nós voltarmos atrás na verdade e escrevermos sobre o caso outra coisa que não o modo como isso ocorreu, nós iremos ter uma reputação de adutores e mentirosos, uma vez que o assunto é conhecido por quase todos. Portanto, nós deixamos [o assunto] à posteridade para ser explicado. Mas, para não sermos acusados de deixá-lo completamente intocado, nós vamos nos ocupar do registro de apenas alguns dos eventos e em resumo.²⁰⁹

No mesmo ano, Richar se tornou abade do monastério de Prüm. Entretanto, eu evitei registrar aqui a forma como isso foi feito contra mim, para evitar que eu pareça, talvez exasperado pelas injustiças além dos limites permitidos pela paciência cristã, ter exagerado as causas da minha perseguição; e para que um relato prolixo, que é intrincado e complexo, não inspire desprezo em meu público.²¹⁰

MacLean explicou essas alterações feitas pelas mãos de Regino por conta de forças mais poderosas que envolveram a sua deposição e que foram além da atuação dos irmãos Gerard, Matfrid e Richar (por isso mesmo, o nome de Richar foi mantido no relato).²¹¹ Regino, desde o prefácio, afirmou que “restringiu a pena para não ofender certas pessoas que

²⁰⁹ REGINO, a. 892. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, pp. 213-214. “Haec de retroactis causis transcurisque temporibus ex multis pauca commemorasse sufficiat. Nam de modernis temporibus idcirco reticere disposuimus, quia, si veritatem rerum gestarum ad liquidum stilo executi fuerimus, proculdubio odium et offensam quorundam, qui adhuc superstites sunt, incurremus; si autem a veritate recedentes aliter, quam causa se habeat, scripserimus, nihilominus adulationis et mendatii notam incurremus, quia omnibus pene res cognita est. Posteris ergo hoc latius explanandum relinquimus; sed ne haec per omnia inacta preterisse culpemur, res tantum gestas ex parte summatim adnotare curabimus.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 139.

²¹⁰ REGINO, a. 899. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 224. “Eodem anno Richarius abba monasterii Prumiensis constituitur. Qualiter autem erga me actum sit, idcirco hoc in loco notare distuli, ne forte iniuriis provocatus ultra, quam christiana patientia permittit, persecutionis meae causas exaggerasse viderer et ne prolixae rationis oratio, quae multiplex atque perplexa est, fastidium inferret audientibus.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 147.

²¹¹ MACLEAN, Simon. *Insinuation, censorship...*, p. 12.

ainda viviam”, deixando as questões aos cuidados da posteridade. O mesmo recurso apareceu nas entradas dos anos 892 e 899, expostas acima, o que pode indicar que Regino estava se justificando pela ausência de nomes e pelo – provável – receio de ofender determinadas figuras. E é nesse ponto que a insinuação e justaposição adquirem um papel fundamental no restante da *Crônica*. A frase final do trecho de 892, escrita no tempo verbal futuro, “Mas, para não sermos acusados de deixá-lo completamente intocado, nós vamos nos ocupar do registro de apenas alguns dos eventos e em resumo”, parece indicar que, após essa data, a obra não deveria ser lida apenas como relato da época presente, mas uma parte constituinte do “que foi feito”, ou seja, daquilo que envolveu sua perseguição, o assunto/caso intocado.

Dessa forma, as passagens seguintes se utilizaram de sutis insinuações sobre os acontecimentos e os possíveis inimigos de Regino, como na entrada de 898: “Zwentibald, eu nada sei sobre a causa, afastou-se do *dux* Reginar, que era seu mais fiel e único conselheiro, e após o proibir de seus serviços e posses hereditárias que ele possuía no reino, ordenou que Reginar deixasse o reino em quatorze dias.”²¹² Entretanto, Reginar era neto do Imperador Lotário I e adquiriu espaço na corte de Zwentibald graças a Ratbod de Trier, patrono de Regino,²¹³ logo, essa “ignorância” do abade não é muito convincente. Na verdade, o abade estava novamente fazendo uma crítica às ações injustas do rei contra a aristocracia lotaríngia.

Tal insinuação também apareceu na descrição das qualidades de Odo (ou Eudes), rei da *Francia* Ocidental até 898. Para Regino, ele era “um homem vigoroso que excedia os outros em beleza de forma, estatura do corpo e grandeza de poder e sabedoria”,²¹⁴ sendo “os outros” uma referência aos reis pós-888.²¹⁵ Os elogios à vida de Odo se prolongaram na *Crônica*, por meio da menção à heroica morte de seu pai, Roberto, o Forte, na batalha de

²¹² REGINO, a. 898. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 222. “Eodem anno Zuendibolch Reginarium ducem sibi fi dissimum et unicum consiliarium, nescio cuius instinctu, a se repulit et honoribus, hereditatibus, quas in suo regno habebat, interdictis eum extra regnum infra XIII dies secedere iubet.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 145.

²¹³ MACLEAN, Simon. *Insinuation, censorship...*, p. 14.

²¹⁴ REGINO, a. 888. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 200. “pre ceteris formae pulchritude et proceritas corporis et virium sapientiaeque magnitudine inerat.” KURZE, Friedrich. *op. cit.*, p. 130.

²¹⁵ Os atributos usados por Regino aparentemente foram retirados de uma das principais obras que serviram de base para a sua escrita, a *Epitome historiarum Philippicarum*, de Justino. A alusão aos atributos de Alexandre, o Grande era recorrente na história carolíngia e nos comentários políticos no século IX. CONTRENI, J. ‘By lions, bishops are meant; by wolves, priests’: History, Exegesis and the Carolingian Church in Haimo of Auxerre’s Commentary on Ezechiel. *Francia*, xxix, 2002, pp. 29-56. Alexandre seria um dos heróis pintados nos muros do palácio de Luís, o Piedoso, em Ingelheim, e alguns dos mitos de origem relacionam os francos como os seus descendentes. HUMMER, H. *Politics and Power in Early Medieval Europe. Alsace and the Frankish Realm, 600-1000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 153. Ver MACLEAN, Simon. *Insinuation, censorship...*, p. 15.

Brissarthe (866)²¹⁶ e à condenação à morte de Waltgar, seu *nepos* (algo como “sobrinho”), em um julgamento público.²¹⁷ E é esse ponto nos interessa particularmente: Odo era um rei que possuiria características louvadas no passado carolíngio, mas que estava atuando nesse contexto pós-imperial, que não excluiu as atribuições públicas do governante. É significativo o fato de que o relato sobre Odo apareceu na mesma entrada destinada à morte de Carlos, o Gordo, e que seria a marca do esfacelamento do sistema político dos carolíngios. O que parece estar em jogo aqui é uma crítica à ausência de uma intervenção real justa na Lotaríngia, uma vez que as atitudes de Zwentibald seriam arbitrárias e motivariam a repulsa de Regino.

Zwentibald acabou sendo, assim, a grande figura na narrativa pós-888, ao redor do qual os assuntos irão orbitar. Para MacLean, a mudança no tom da escrita de Regino sobre a sua deposição estava diretamente ligada à própria deposição de Zwentibald, orquestrada na assembleia de St.-Goar, em 899. Dessa forma, poderia haver uma insinuação narrativa de que um evento levou ao outro. Ambos os eventos envolveram a ascensão dos Matfridinger, que buscavam negociar terras pertencentes ao monastério de Fulda e estabeleceram laços estreitos com os chamados Conradinos.²¹⁸ Entretanto, tais relações estreitas ocorreram na época da saída de Regino de Prüm; em 906, as famílias de Conrado e Matfrid estavam em lados opostos e estes últimos acabaram derrotados por Conrado, por meio de agressões e julgamentos legais. Nessa parte final da *Crônica*, vemos uma restauração do poder real, marcada pela glorificação da família conradina, até mesmo em termos heroicos, enquanto Luís, a Criança foi representado no restante do livro como um portador nato das virtudes reais, agindo como um legítimo rei carolíngio. Mais do que isso: Luís foi o responsável por efetivamente condenar Matfrid e Gerard como bandidos e confiscar suas propriedades em uma assembleia pública.²¹⁹ Assim, a retirada do trecho sobre sua deposição seria uma ação consciente de Regino para apagar qualquer vestígio de uma possível relação entre os irmãos responsáveis por sua saída e os Conradinos, que agora estavam no poder e eram inimigos dos inimigos do abade. Tal atitude também poderia indicar uma tentativa de retomar o lugar que

²¹⁶ REGINO, a. 867. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 153-155.

²¹⁷ Waltgar teria se rebelado contra o rei e capturado a fortaleza de Laon. REGINO, a. 892. Ver MACLEAN, Simon. *Insinuation, Censorship...*, pp. 15-16.

²¹⁸ Sobre esse ponto, ver *ibidem*, pp. 21-23.

²¹⁹ “Após colocar em ordem as questões na Francia Oriental, o rei [Luís, a Criança] foi até Metz e em uma assembleia pública, condenou Gerard e Matfrid por meio do confisco [de propriedades].” REGINO, a. 906. In. MACLEAN, Simon. *op. cit.*, p. 231.

foi ocupado por Richar, após a queda de Matfrid e aliados, por isso a importância de culpar exclusivamente estes personagens.²²⁰

Assim, a *Crônica* precisa ser reavaliada como uma “prova” do esfacelamento do poder público, pois não há indícios profundos de uma total reorganização social que teria lançado as bases para a mutação feudal décadas mais tarde. A obra, na verdade, parece apresentar um testemunho em grande parte pessoal do autor, que buscou criticar os envolvidos em sua deposição. O relato parece ser muito mais incisivo: a preocupação do autor em pontuar as disputas na Lotaríngia que frustraram sua carreira e, que em certa medida, só aconteceram por conta da falta de pureza e de disposição de alguns reis em se submeterem à vontade de Deus,²²¹ que, por sua vez, julgou os governantes. Como vimos, Lotário II seria o principal responsável por essa punição. Mas mesmo essa narrativa, que apresentou um declínio da dinastia carolíngia por conta dos pecados de seus governantes, não tirou de seu horizonte o papel dos novos líderes e de suas atribuições públicas. Como citado acima, Odo, Conrado, Luís, a Criança foram governantes que em nada deviam aos reis carolíngios e foram vistos com otimismo pelo autor. É desse círculo de poder que Regino se ressentia por ter sido “injustamente” retirado em 899 e no qual tentou se reinserir em 906/908, usando especialmente a *Crônica*.

²²⁰ MACLEAN, Simon. *Insinuation, Censorship...*, p. 25. Tal argumentação ajudaria a entender a disparidade entre o término do relato em 906 e a sua dedicatória em 908. Segundo MacLean, os processos envolvendo o confisco e redistribuição das propriedades de Matfrid e Gerard só foram concluídos em 908 (e Regino poderia ter esperado para ter certeza sobre a conclusão do assunto). Além disso, Regino teria optado por não estender sua obra no ano de 907, marcado pela Batalha de Bratislava, responsável por significativas perdas entre os nobres do reino contra os Húngaros. Por fim, 908 coincidiria com a data de aniversário de 15 anos de Luís, a Criança e essa seria a melhor época para presentear o jovem governante. *Ibidem*, pp. 25-27.

²²¹ *Ibidem*, p. 18.

Capítulo 3

Raul Glaber e os *Cinco Livros de Histórias*

Neste capítulo, iremos discutir a segunda fonte dessa pesquisa, os *Cinco Livros de Histórias*, buscando atentar para algumas informações já levantadas sobre a *Crônica*: atenção historiográfica dada à obra, biografia do autor e contexto de produção da obra. Posteriormente, também elencaremos as principais categorias que podem nos ajudar a pensar o problema da “crise” do poder público a partir do documento.

3.1. Os *Cinco Livros de Histórias*

Escritos um século após a *Crônica* de Regino de Prum, os *Cinco Livros de Histórias* (*Historiarum libri quinque*) estão entre as principais fontes que compõem o dossiê sobre o Ano Mil. Escrita pelo monge Raul Glaber, a obra carregaria em si as provas das turbulências ocorridas durante o Milênio do Nascimento e Paixão de Cristo e das novas configurações políticas, sociais e religiosas que marcaram a “Primeira Idade Feudal”.²²² Glaber, dessa forma, não seria apenas um historiador na Idade Média, mas o historiador do Milênio.²²³ Mathieu Arnoux, responsável por uma das mais recentes traduções da obra, afirmou que se a “mutação do Ano Mil” era concebível, foi graças a Glaber, já que a certeza de uma mudança em curso em todo o Ocidente, nas primeiras décadas do segundo milênio, era a justificativa de seu livro, as *Histórias*.²²⁴

As *Histórias* foram usadas como fonte histórica, em especial, desde o século XIX. Jules Michelet é um dos que historiadores que mais utilizou a obra para relatar os acontecimentos que caracterizariam o Ano Mil: suas heresias, a Paz de Deus, as grandes peregrinações, e assim por diante.²²⁵ No século XX, podemos citar Georges Duby como um

²²² Termo usado por BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

²²³ GEBHARDT, E. L'état d'âme d'un moine de l'an 1000. *Revue des deux mondes*, CVII, 1891, pp. 600-628 *apud* FRANCE, John. Introduction. In. FRANCE, John (ed. e trad.); BULST, Neithard (ed.); REYNOLDS, Paul (trad.). *Rodulfus Glaber. Opera*. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. XXIII.

²²⁴ ARNOUX, Mathieu (ed. e trad.). *Raoul Glaber. Histoires*. Turnhout: Brepols, 1996, p. 28.

²²⁵ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Depuis les origines jusqu'à la fin du XV^e siècle. Tomo III. Bruxelas: Meline, Cans et Compagnie, 1840.

dos medievalistas que mais propagou as *Histórias* por meio de alguns de seus livros, como *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*, de 1978, e *L'An Mil*, de 1980. Entretanto, ainda que tenha sido utilizada por importantes nomes da historiografia sobre o período, a obra foi alvo de profundas críticas. A antipatia é antiga. Em 1748, os estudiosos beneditinos responsáveis pela *Histoire littéraire de la France* assim caracterizaram autor e obra:

Não há capricho, nem escolha, nem ordem na maior parte dos fatos, nem julgamento significativo. É uma mistura confusa de História civil e História eclesiástica, na qual o autor traz visões e aparições noturnas, com outras minúcias que nem deveriam aparecer em uma obra séria.²²⁶

Mesmo Duby, nas obras citadas, afirmou que Raul era considerado falador, crédulo, desajeitado, comum, com um latim prolixo, sendo, finalmente, autor de um livro “irritante”.²²⁷ A qualificação do trabalho de Glaber como anedótico levou à indiferença de muitos estudiosos, que apontaram diversas falhas, como a falta de erudição (incluindo o pouco uso de autores e estilos clássicos), ausência de linearidade da narrativa e do rigor cronológico e o “milénarismo”, que fizeram impossível crer na “realidade histórica de suas descrições”.²²⁸ Grande parte desse “preconceito” veio acompanhado das caracterizações sobre o próprio monge, apontado como irresponsável, fofoqueiro, giróvago, cujos relatos milénaristas refletiriam suas próprias tendências psicóticas.²²⁹

Durante a Idade Média, a circulação da obra foi limitada, sendo conhecidos apenas quatro manuscritos das *Histórias* e apenas algumas citações do trabalho de Glaber na *Chronicon Viridunense seu Flaviniacense*, de Hugo de Flavigny, nas *Gesta Consulum Andegavorum*, nas *Gesta episcoporum Autissiodorensium*, nas *Gesta abbatum Sancti Germani Autissiodorensis*, na *Vita Heriuei Sancti Martini Archiclaui*, na *Chronicon Sancti Benigni Divionensis*, e nos *Annales Besuenses*. Muitas dessas fontes são dos séculos XI e XII, produzidas por autores da Borgonha e do vale do Loire, regiões em que Glaber viveu e

²²⁶ *Histoire littéraire de la France*, t. 7, Paris: Chez Osmont, 1746, p. 402.

²²⁷ DUBY, Georges. *L'An mil*. Paris: Gallimard, 1980, p. 21; Id. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Paris: Gallimard, 1978, p. 235.

²²⁸ ARNOUX, Mathieu. *op. cit.*, pp. 5-7.

²²⁹ LANDES, Richard. The Fear of an Apocalyptic Year 1000: Augustinian Historiography, Medieval and Modern. *Speculum*, v. 75, n. 1, jan., 2000, p. 137; BAUTIER, R.-H. L'herésie d'Orléans et le mouvement intellectuel au début du XIe siècle: documents et hypothèses. *Bulletin Philologique et Historique du Comité des travaux historiques et scientifiques*, 1975, p. 67 *apud* ARNOUX, Mathieu. *op. cit.*, p. 7.

conheceu bem.²³⁰ Apesar de todas essas ressalvas, as *Histórias* receberam mais edições e traduções, se compararmos à trajetória da *Crônica*. A primeira edição impressa da obra de Glaber foi produzida por Pierre Pithou, em 1596.²³¹ Andre Duchesne publicou outra versão, em 1641,²³² que foi reimpressa em 1853.²³³ Ainda no século XIX, G. Waitz lançou nos *Monumenta Germanica Historica* o Livro 1 na íntegra e trechos dos outros livros referentes à Alemanha.²³⁴ Uma seleção da edição de Duchesne também foi usada por M. Bouquet.²³⁵ Finalmente, em 1886, Maurice Prou publicou uma das mais famosas edições das *Histórias*, sob o título “*Raoul Glaber: Les cinq livres de ses histoires*”.²³⁶ Prou foi responsável por dividir os capítulos em parágrafos, divisão esta que nem sempre aparece nos manuscritos, mas, pela facilidade para referências, o trabalho do autor foi mantido nas edições posteriores.²³⁷ As *Histórias* também receberam um número significativo de traduções para línguas modernas. Há três edições em francês. Em 1824, François Guizot publicou a tradução no tomo VI de sua *Collection des mémoires relatifs à l’histoire de France*.²³⁸ A segunda tradução foi publicada em 1946, por Edmond Pognon, na coletânea *L’an mille*.²³⁹ No final do século XX, Mathieu Arnoux editou e traduziu a fonte, publicando-a juntamente com o texto latino.²⁴⁰ Vale destacar que Duby, em *L’An Mil*, citou grandes trechos das *Histórias*, também em francês. A tradução para o italiano foi feita por Giovanni Orlandi e Guglielmo Cavallo e

²³⁰ FRANCE, John. *op. cit.*, pp. XCVII-CVI; ARNOUX, Mathieu. *op. cit.*, p. 7. Sobre a complexa tradição manuscrita das *Histórias*, ver FRANCE, John. *op. cit.*, pp. LXXXII-XCIII; GARAND, Marie-Cécile. Un manuscrit d’auteur de Raoul Glaber? *Scriptorium*, XXXVII, 1983, pp. 5-28.

²³¹ PITHOU, Pierre (ed.). *Historiae Francorum Scriptores*. Frankfurt: Andreas Wechel, 1596, pp. 1-59.

²³² DUCHESNE, Andre. *Historiae Francorum scriptores coetanei*. V. 4. Paris: Lutetiae Paris, 1641, pp. 1-58.

²³³ MIGNE, Jacques Paul. *Patrologiae Cursus Completus*. Series Latina, t. CXLII. Paris: Garnier Fratres, 1853, pp. 611-698.

²³⁴ WAITZ, Georg (ed.). *Monumenta Germaniae historica*, Scriptores VII. Hanover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1846, pp. 48-72.

²³⁵ BOUQUET, M. (ed.); DELISLE, M. L. (dir.). *Recueil des historiens des Gaules et de la France*. Tome 8. Paris: V. Palmé, 1871, pp. 238-240. A obra completa foi impressa na mesma coleção, no tomo 10, em 1874.

²³⁶ PROU, Maurice (ed.). *Raoul Glaber: Les cinq livres de ses histoires (900-1044)*. Paris: Picard, 1886.

²³⁷ FRANCE, John. *op. cit.*, p. XCIII.

²³⁸ GUIZOT, François. *Collection des mémoires relatifs à l’histoire de France*. T. VI. Paris: J. L. Brière, 1824.

²³⁹ POGNON, Edmond (ed. e trad.). *L’an mille. Oeuvres de Liutprand, Raoul Glaber, Adémar de Chabannes, Adalberon [et] Helgaud. Mémoires du passé pour servir au temps présent*. Paris: Gallimard, 1947.

²⁴⁰ ARNOUX, Mathieu (ed. e trad.). *Raoul Glaber. Histoires*. Turnhout: Brepols, 1996.

publicada em 1989.²⁴¹ No mesmo ano, as *Histórias* e a *Vida de São Guilherme* (de Volpiano) foram editadas e traduzidas para o inglês por John France, Neithard Bulst, and Paul Reynolds.²⁴²

3.2. A vida de Raul Glaber

Se as informações sobre a vida de Regino de Prüm eram escassas e sua obra, enquanto fonte de dados autobiográficos, era evasiva, os indícios sobre Raul Glaber são um pouco mais animadores. Glaber teria nascido por volta de 980 e falecido, provavelmente, em 1046, na Borgonha, sendo um grande conhecedor desta região, centro da renovação monástica nos séculos X e XI. Desta forma, viveu depois do fim do Império Carolíngio, durante e sob o estabelecimento da dinastia capetíngia após a eleição de Hugo Capeto, em 987.

A origem de sua família é incerta. No Livro 5, Glaber deu indícios de ser fruto de um nascimento ilegítimo, supostamente sendo filho de clérigo.²⁴³ Passou por constantes mudanças de mosteiro ao longo de sua vida, o que contribuiu para a sua fama de conduta irregular. Glaber contou, no relato, que foi colocado no monastério por seu tio, também monge, aos 12 anos, e foi expulso do local.²⁴⁴ Provavelmente, ele se referia à Saint-Germain d'Auxerre, controlada pelo abade Helderico (989-1010), uma vez que o monge mostrou estar bem informado sobre a guerra na Borgonha promovida por Roberto II da França e Ricardo da Normandia, por volta de 1003, o que abre a possibilidade dele ter sido uma testemunha dos eventos.²⁴⁵ O monge viveu em, pelo menos, outras duas importantes casas, Saint-Bénigne de

²⁴¹ CAVALLLO, Guglielmo; ORLANDI, Giovanni (eds.). *Rodolfo il Glabro, Cronache dell'anno Mille: Storie*. Milão: Mondadori, 1989.

²⁴² FRANCE, John (ed. e trad.); BULST, Neithard (ed.); REYNOLDS, Paul (trad.). *Rodulfus Glaber. Opera*. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1989. Usaremos essa edição como guia para a tradução e referência de páginas.

²⁴³ A introdução do Livro 5 - livro este inserido nas *Histórias* nos últimos meses da vida de Glaber - é a principal fonte de informações autobiográficas. GLABER, Raul, 5, 1, 1-14. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 216-237. É nele também que aparecem as famosas visitas do Diabo, o que pode indicar a constante presença do Mal por conta da sua própria origem pecaminosa e da sua trajetória monástica errática. Ver ARNOUX, Mathieu. *op. cit.*, p. 8.

²⁴⁴ GLABER, Raul, 5, I, 3. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 218-221.

²⁴⁵ RAUL GLABER, 2, VIII, 15-16. Arnoux apontou que seu primeiro monastério seria Saint-Léger-de-Champeaux ARNOUX, Mathieu. *op. cit.*, p. 5, mas France argumentou que esse local, com apenas oito monges, não seria suficiente para prover a educação do jovem, nem seria a abadia com monges de todas as idades, apontada por Glaber. FRANCE, John. *op. cit.*, p. XXVI. Ver também PETIT, E. Raoul Glaber. *Revue historique*, XLVIII, 1892, 1-17.

Dijon e Cluny, e teve contato com ilustres personalidades eclesiásticas reformadoras, como Guilherme de Volpiano, abade de Saint-Bénigne de Dijon e pupilo de Maiolo de Cluny, e Odilo, abade de Cluny, a quem Glaber dedica as *Histórias*.²⁴⁶

Diante dessas informações, ainda que a obra possa ter tido uma circulação limitada, observamos a pertinência do escrito dentro de um ambiente privilegiado e junto a um público composto por figuras importantes na Igreja, que permitiram a Glaber a reflexão e elaboração das *Histórias*. Foi durante as constantes trocas de monastérios e diante dos beneditinos reformados por Cluny que os cinco livros foram apresentados.²⁴⁷ É plausível pensar que as *Histórias* foram produzidas e lidas graças à forte conexão entre Glaber e Guilherme de Volpiano. Essa ligação teve impacto na vocação de Glaber como historiador, já que ele também foi responsável pela hagiografia do abade, único documento usado em seu processo de canonização.²⁴⁸ Não se sabe quando e sob quais termos se deu o início da sua relação com Guilherme de Volpiano, mas provavelmente ela se fortaleceu na década de 1020. O abade era uma figura internacional, com atividades reformadoras na Itália, Alemanha ocidental e Normandia, e tinha ligações de alto nível com a elite.²⁴⁹ É possível que Glaber o acompanhasse em muitas dessas viagens pela Itália e estivesse bem informado por causa dos laços sociais do abade e das histórias repassadas por este.²⁵⁰

²⁴⁶ De um modo geral, a cronologia que segue é a seguinte: do começo de 990 até uma data desconhecida depois de 1010, Glaber se estabeleceu em Saint-Germain-d'Auxerre, com períodos de residência em Moutiers-Saint-Jean e Saint-Leger-de-Champeaux; de 1024 (ou 1016) até 1030, em Saint-Bénigne de Dijon; de 1030 até 1034 ou 1035, em Cluny; de 1034 a 1035, em Bèze; de 1036-1037 até a 1046 (morte), em Saint-Germain-d'Auxerre, com período de residência em Moutiers-Sainte-Marie. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. XXXII-XXXIII.

²⁴⁷ Importante ressaltar que se usa, aqui, a expressão “beneditinos reformados por Cluny” e não simplesmente “cluniacenses”, pois Raul nunca fez parte da comunidade cluniacense, embora tenha circulado durante toda sua vida entre casas reformadas por Cluny. Tais casas adotavam os costumes de Cluny sem terem se submetido juridicamente a seu abade. ALMEIDA, Néri de Barros. Raul Glaber: um historiador na Idade Média (980/985-1047). *Revista Signum*, v. 11, n. 2, 2010, p. 93. Para evitar maiores confusões, muitos especialistas preferem utilizar *ecclesia cluniacensis*, que teria muitas partes ou membros (*membra*) no século XI, a *congregatio cluniacensis* no século XII e *ordo cluniacensis*, que se aplicaria para toda a instituição no século XIII. CONSTABLE, Giles. Cluniac Reform in the Eleventh Century. In: _____. *The Abbey of Cluny: A Collection of Essays to Mark the Eleven-hundredth Anniversary of Its Foundation*. Münster: LIT Verlag Münster, 2010, p. 87. Ver também IOGNA-PRAT, Dominique. *Ordonner et exclure: Cluny et la société chrétienne face à l'hérésie, au judaïsme et à l'islam, 1000-1150*. Paris: Flammarion, 2004.

²⁴⁸ *Vita domni Willelmi abbatis*, escrita entre 1031 e 1036. Ver ARNOUX, Mathieu. *op. cit.*, pp. 9-10.

²⁴⁹ FRANCE, John. *op. cit.*, p. XXVIII. Guilherme de Volpiano foi abade ou tutor de vários monastérios disseminados entre Piêmont (Fruttuaria), Borgonha (Dijon, Bèze), Normandia (Fécamp, Bernay, Mont-Saint-Michel) e Lorraine (Saint-Arnoul de Metz e Saint-Èvre de Toul). ARNOUX, Mathieu. *op. cit.*, p. 9.

²⁵⁰ FRANCE, John. *op. cit.*, p. XXVIII. Ver RAUL GLABER, 4, III, 7. In: FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 182-185.

A ligação entre um abade da estirpe de Volpiano e um monge como Glaber, considerado instável e antissocial, pode parecer estranha. Mas algumas passagens das *Histórias* apresentam uma outra faceta de Glaber. Ele seria um monge respeitado, solicitado de um monastério a outro por conta de suas competências. No Livro 4, desmascara a procedência duvidosa das relíquias de Saint-Just na inauguração do monastério em Susa, fundado pelo marquês Manfred.²⁵¹ Por fim, no Livro 5, o monge se orgulha da sua habilidade literária, especialmente, ao ser empregado para reescrever as inscrições da abadia de Saint-Germain-d'Auxerre.²⁵²

3.3. A escrita das *Histórias*

As *Histórias*, escritas entre 1016 e 1046, foram organizadas em cinco livros não intitulados.²⁵³ Grandes personagens, como os reis capetíngios da França, entre eles Roberto, o Piedoso (972 - 1031), os duques da Normandia, os condes de Anjou, de Blois e de Chartres, além do imperador Henrique II (973 - 1024), ocuparam o centro de sua obra e fundamentaram sua cronologia.

No prólogo das *Histórias*, Raul se propôs a relatar os acontecimentos ocorridos na Igreja e entre os povos – os reinos da Francia Oriental, ou *regnum Saxorum*, e Francia Ocidental, que ele chama de *regnum Francorum*²⁵⁴ – e, mais do que isso, narrar as histórias dos grandes personagens que viveram desde o ano 900 da Encarnação da Palavra, todos os homens do mundo romano, os protetores da justiça e da fé católica.²⁵⁵

A Odilo, abade do mosteiro de Cluny e o mais ilustre dos homens eminentes, Raul Glaber. [...] Por outro lado, depois de quase duzentos anos, quer dizer, depois que Beda padre na Inglaterra, e Paulo na Itália, contaram a história de sua nação e de sua pátria, não se encontrou pessoa para transmitir à

²⁵¹ RAUL GLABER, 4, III, 7-8. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 183-186.

²⁵² RAUL GLABER, 5, I, 8. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 224-229.

²⁵³ Admite-se que os livros foram escritos na seguinte ordem: Livros 1 (original), 2, 3 (sessões I-II), escritos em Saint-Bénigne de Dijon, antes de 1030; Interrupção para a escrita da Vida de Guilherme de Volpiano, em Cluny, de 1031 a 1036; Livros 3 (sessões III-IX), 4, 1 (revisado), em Saint-Germain-d'Auxerre, de 1036 a 1041; Livro 5, em Saint-Germain-d'Auxerre, de 1045 a 1046. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. XXXIV-XLV.

²⁵⁴ Sobre os termos geográficos, ver ARNOUX, Mathieu. *op. cit.*, pp. 19-20.

²⁵⁵ RAUL GLABER, 1, I, 4. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 8-9.

posteridade um trabalho de história, enquanto que é evidente, tanto no mundo romano quanto nas regiões de além-mar ou nas províncias bárbaras, que fatos aconteceram que seriam extremamente úteis aos homens conservar na memória, para que sua meditação inspire a cada um precauções salutares. [...] Farei primeiramente ver (pois podemos afirmar com certeza, ainda que o cômputo dos anos decorridos desde a criação do mundo feito pelas histórias dos hebreus difira daquele da tradução dos Setenta) que o segundo ano que seguiu o milênio do Verbo encarnado foi também o primeiro ano do reino de Henrique, rei dos Saxões, e que o milésimo ano de nosso Senhor foi também o décimo terceiro do reino de Roberto, rei dos francos. Deste lado do mar, todos os dois eram considerados como os mais cristãos e os maiores reis; o primeiro, Henrique chegou em seguida ao Império Romano. Também colocamos a lembrança dele na origem de nossa cronologia. [...] A partir do ano 900 do Verbo encarnado, que cria e dá vida a todas as coisas, até nós, contaremos que os homens mais eminentes no mundo romano foram os protetores da justiça e da fé católica, como o recolhemos em fontes certas ou conforme vimos nós mesmos²⁵⁶.

Existem algumas semelhanças com o prefácio da obra de Regino de Prüm: a falta de pessoas capazes de relatar o passado mais recente e o presente, uma junção da história da Igreja e história dos povos e, finalmente, a presença de duas importantes figuras políticas, neste caso, o Imperador Henrique e o Rei Roberto, o Piedoso, que guiaram a cronologia da obra de Glaber e, mais do que isso, foram considerados pelo autor como “os mais cristãos e maiores reis”. Voltaremos a esse ponto adiante.

Ao contrário da *Crônica*, que buscou relatar os eventos desde a Encarnação de Cristo, as *Histórias* trataram dos eventos contemporâneos, a partir do século X, sendo o coração da narrativa o período de 1010-1040. Seu objetivo seria apresentar uma continuação da história da Revelação do trabalho de Deus neste mundo, alinhando-se a Beda, o Venerável,

²⁵⁶ “Clarorum uirorum illustrissimo Odilone, Cluniensis coenobii patri, Glaber Rodulfus. [...] et quoniam in spatio fere ducentorum annorum nemo ista appetens extitit, id est post Bedam, Britannie presbiterum, seu Italie Paulum, qui historialiter quippiam posteris scriptum misisset; quorum uterque historiam propriae gentis uel patriae condidit, dum uidelicet constet tam in orbe Romano quam in transmarinis seu barbaris prouinciis perplura deuenisse que, si memorie commendarentur, proficua nimium hominibus forent atque ad commodandum quibusque cautele studium potissimum iuuarent. [...] primitus dumtaxat ostensurus [quamquam series annorum a mundi origine pernotata secundum Hebreorum istorias a Septuaginta Interpretum translatione discrepet, illud tamen certissime commendamus] quod annus incarnati Verbi millesimus secundus ipse sit regni Heinrici Saxonum regis primus, isdem quoque annus Domini millesimus fuit regni Rotberti Francorum regis tertius decimus. Isti igitur duo in nostro citramarino orbe tunc christianissimi atque premaximi habebantur, quorum primus, uidelicet Henricus, Romanum postmodum sumpsit imperium. Idcirco uero illorum memoriale seriei temporum stabilivimus. [...] Dicturi igitur ab anno DCCCCmo incarnati creatis ac uiuificantis omnia Verbi ad nos usque qui claruere uiri in Romano uidelicet orbe insignes catholice fidei cultores et iustitie, prout certa relatione comperimus uel uisuri superuimus, seu etiam qui rerum euentus que perplura contigerunt memoranda tam in sacris ecclesiis quam in utroque populo, primitus ad illud totius quondam orbis imperium principale, scilicet Romanum, conuertimus stilum.” RAUL GLABER, 1, 1. In. FRANCE, John. *op. cit.*, p. 2; 4; 8; 10.

e Paulo Diácono.²⁵⁷ Ela também foi considerada uma “história universal”,²⁵⁸ uma vez que Glaber apontou no prefácio o desejo de relatar os acontecimentos importantes que aconteceram no Império Romano e em “províncias bárbaras distantes”. Porém, assim como na *Crônica*, a aplicação desse termo precisa ser abandonada ou usada com cuidado. Raul Glaber ouviu histórias e rumores vindos de outras partes da Europa e justapôs, nem sempre de forma linear, essas informações a materiais locais. A sua trajetória pelos monastérios pode ter contribuído para a discrepância dentro de sua narrativa. Como citado anteriormente, Glaber passou por importantes monastérios, como Dijon e Cluny, que eram centros de comunicação com o restante da cristandade ocidental, mas grande parte das *Histórias* foi escrita nos anos de 1030, na abadia de Saint-Germain-d’Auxerre, considerada periférica.²⁵⁹

Essa junção de informações e a preocupação com o mundo contemporâneo se evidenciam nas *Histórias* por meio de alguns temas recorrentes. Ao lado dos relatos frequentes de heresias, presságios, etc., encontramos a entrada dos Normandos na sociedade ocidental, seja por meio de invasões violentas, seja por meio de conversões e casamentos.²⁶⁰ Além disso, a crítica à simonia e ao nicolaísmo foi uma preocupação constante de Raul Glaber. Nas duas abordagens, a influência de Guilherme de Volpiano se fez evidente. O abade esteve em Fécamp, foi reformador do monacato normando e esteve particularmente bem informado sobre o que acontecia no reinado de Ricardo II da Normandia. É plausível pensar que Volpiano repassasse para Glaber alguns relatos.²⁶¹ As posições do abade e dos cluniacenses também foram decisivas no tratamento que Glaber deu aos assuntos da Igreja e às críticas feitas aos religiosos, em especial ao papado.²⁶²

Entre as características peculiares das *Histórias*, está o longo texto sobre a Divina Quaternidade, que Glaber descreveu já no início do prefácio, e que pode indicar como o autor construiu a obra e organizou os eventos ao longo do tempo.²⁶³ Nesse esquema, a História do

²⁵⁷ RAUL GLABER, 1, V, 26. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 45-47.

²⁵⁸ Termo usado por Arnoux e France, nas respectivas apresentações da obra de Glaber.

²⁵⁹ FRANCE, John. *op. cit.*, p. XXI.

²⁶⁰ RAUL GLABER, 2, II, 3. In. FRANCE, John. *op. cit.*, p. 54-57.

²⁶¹ ARNOUX, Mathieu. *op. cit.*, pp. 17-18.

²⁶² RAUL GLABER, 1, 12-13 e 23; 3, 1; 5, 25-26.

²⁶³ A discussão sobre a Divina Quaternidade é derivada do *De Paradiso*, de Santo Ambrósio e da obra *Ambígua*, de Máximo, o Confessor, proveniente da tradução de João Escoto Erígena. Tais textos certamente estavam

mundo estaria dividida em quatro eras, afirmação que levou a se acreditar que as *Histórias* teriam um livro para cada era, sendo o quinto livro incluso por um “capricho” de Glaber, já idoso.²⁶⁴ Ao explicar que os quatro Evangelhos formavam o nosso conhecimento dos Céus, enquanto que o mesmo número de Elementos compunham a Terra, o autor afirmou que quatro Virtudes governavam todos os outros e nos moldavam pela sua íntima relação com o restante. Deus seria a origem dessa cadeia, na qual os elementos constantemente voltavam à origem para retornar à paz. Segundo Glaber, ao fazer a distinção das eras com base nas Virtudes, o período da Encarnação até os dias da escrita das *Histórias* seria a época da Justiça que, para o autor, “alimenta, governa e envolve todo o mundo, do início ao fim de todas as coisas, como a Verdade teria dito a João Batista: ‘porque assim nos convém cumprir toda a justiça’”.²⁶⁵ Não entraremos na discussão filosófica sobre a Divina Quaternidade, mas como vimos no capítulo 2, a questão da justiça (ou do julgamento) está intimamente ligada à noção de crise na *Crônica*. Buscaremos ver se o mesmo se aplica às *Histórias*.

3.4. A “crise” nas *Histórias*: a presença dos reis

Para o estudo da crise do poder público nas *Histórias*, adotamos, assim como no capítulo anterior, um levantamento prévio do campo semântico da crise na fonte. E o resultado é ainda mais desafiador. Há apenas uma referência à *discriminis*, usada no sentido de ruína,²⁶⁶ e pouca utilização da palavra *iudicium*, sendo que duas vezes ela aparece

disponíveis a Glaber na biblioteca de Cluny. FRANCE, John. The Divine Quaternity of Rodulfus Glaber. *Studia Monastica*, n. 18, 2, 1975, pp. 283-294.

²⁶⁴ Sobre o processo de escrita e organização das *Histórias*, ver FRANCE, John. *op. cit.*, pp. XXXIV-XLV.

²⁶⁵ Mt. 3:15. A terra na esfera mais baixa seria a imagem da Justiça na esfera mais elevada, uma regra fixa e nunca vacilante que governa a divisão equitativa. Uma conexão espiritual similar ocorreria entre Terra, Justiça e o Evangelho de Mateus, que teria a imagem mística das duas primeiras e mostraria mais claramente que os outros Evangelhos a substância da carne em Cristo feito homem. Os quatro rios que nasceriam no Éden também teriam correspondência com as Virtudes e os Evangelhos. Nesse caso, o Rio Eufrates, cujo nome significaria “abundância”, claramente significaria Justiça, que “alimenta e refresca cada alma que sinceramente a adora”. A relação completa entre Evangelhos, Elementos, Virtudes e Rios do Éden que Glaber faz seria a seguinte: Evangelho de João/Éter/Prudência/Pison; Evangelho de Lucas/Ar/Força/Gihon; Evangelho de Marcos/Água/Temperança/Tigre; Evangelho de Mateus/Terra/Justiça/Eufrates. RAUL GLABER, 1, I, 2-3. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 5-9.

²⁶⁶ “[...] tandem obsessi meliore usi consilio inuenerunt uiam euadendia discriminis”. RAUL GLABER, 3, I, 4. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 102-103.

acompanhada por *Dei*.²⁶⁷ Mas, assim como na *Crônica*, o debate sobre a existência ou não de uma crise, em particular, uma crise do poder público, precisa levar em consideração a organização de toda a obra. Para isso, dividimos a reflexão sobre o problema da crise a partir de duas perspectivas: a caracterização da realeza e a Paz de Deus. Como vimos no capítulo 1, a realeza teria perdido o seu poderio e a Paz de Deus seria, então, uma resposta da Igreja diante da decadência do poder público, da ausência de um rei forte. Ambas as abordagens foram feitas pela historiografia a partir de trechos isolados das *Histórias*.

Georges Duby, em seu livro *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*, afirmou categoricamente que no Ano Mil houve um grave e irremediável enfraquecimento e recuo da autoridade monárquica:

Todo o sul do Reino passa agora sem rei; alguns anos atrás, o conde de Barcelona, assustado com o avanço dos Muçulmanos, tinha pedido ajuda ao rei de Orleães e de Paris; quem pensaria em fazer o mesmo ao sul de Angers, da Sologne? O sul da França torna-se, durante um século e meio, um reino sem soberano, um país de príncipes, independentes no seu próprio “reino”, conforme dizem. [...] Por este lado, tudo está perdido. O resto ameaça também escapar-se. Como travar o conde de Angers, sobretudo este, o mais indócil, que possui simultaneamente Blois e a Champagne?²⁶⁸

Precisamos verificar se esse enfraquecimento aparece nas *Histórias*. Já no Prefácio, Glaber afirmou que iria relatar os acontecimentos a partir do ano 900 da Encarnação de Cristo. A justificativa seria de que ele apenas contaria os eventos em que esteve presente ou dos quais recebeu algum relato.²⁶⁹ Dessa forma, as *Histórias* não recuaram profundamente no passado dinástico. Glaber passou rápida e superficialmente sobre a história merovíngia e carolíngia, apresentando apenas uma visão positiva de Carlos Magno e Luís, o Piedoso, como reis cristãos, sábios e fortes. Também relatou brevemente o fim da dinastia carolíngia, ao

²⁶⁷ “Preterea ut beati Maioli sanctitas claresceret, is qui eius uolumen pede calcauerat eodem die pro quauis occasione, reuera iudicio Dei, ceteri furiose irruentes in eum eundem ei truncauerunt pedem”. RAUL GLABER, 1, IV, 9. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 22-23. “Preterea in successibus predictorum temporum, exigentibus culpis peccantium hominum, orta est discordia duorum regum, Francorum uidelicet ac Saxonum, que scilicet diutius exardescens occulto Dei iudicio, rursus terribile flagellum ingruit populis Galliarum. *Ibidem*, 1, V, 22. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 38-39. *Iudicii* aparece, aqui, em uma referência ao Juiz Celestial, em uma cópia da carta de Guilherme de Volpiano enviada à Roma em 1024: “Willelmus crucis Christi seruus, sedem iudicii cum apostolis et regni coronam.” *Ibidem*, 4, I, 3. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 174-175. “Cum enim in ceteris mendacissimus, etiam christiane fidei insidiosus habebatur detractor, atque ideo pauperum iudicia absque ulla promulgabat pietate, penitus humanitate remota.” *Ibidem*, 3, VI, 20. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 128-129.

²⁶⁸ DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, pp. 149-150.

²⁶⁹ RAUL GLABER, 1, I, 4. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 8-9.

afirmar que a primeira quebra da linhagem real teria ocorrido com Carlos III da França ou Carlos, o Simples, que reinou de 893 a 922.²⁷⁰ Dessa forma, Glaber não se alinhou à afirmação geral, que aparece mesmo em Regino de Prüm, de que a crise e o colapso da dinastia carolíngia teriam se dado anos antes, em 888.

Indo além dessa questão das datas, o fato é que o relato de Glaber sobre o fim desta linhagem real não parece carregar qualquer tom catastrófico ou de lamento. Pelo contrário, ele enobreceu os governantes posteriores, como fez Regino com os personagens pós-888. Vejamos o caso de Raul, rei da Francia Ocidental de 923 a 936, sucessor logo após o episódio de Carlos, o Simples.²⁷¹ Segundo o monge, ele era “ágil de corpo e rápido de mente” (*aptus uidelicet corpore et intellectu idoneus*) e estabeleceu um bom casamento com Emma da França.²⁷² Além disso, após a morte de Raul, ocorreu a eleição de Luís IV da França, filho de Carlos, o Simples. Glaber relatou que houve uma reunião entre os magnatas de todo o império, que o ungiram para governá-los pelo *direito hereditário*.²⁷³

Luís também teve um filho chamado Lotário, fruto de seu casamento com Gerberga (irmã de Odo I da Germânia e viúva de Gilberto, duque de Lorraine). A qualificação de Glaber foi ainda mais positiva: ele seria ativo e forte em corpo e possuía sã inteligência. Portador dessas qualidades, o monge mostrou como o novo rei buscou restaurar as posses territoriais do seu reino, incluindo a Lotaríngia que estava sob o poder de Oto II (ou Otão II), rei e imperador dos Saxões. O relato prosseguiu com a narração da disputa que se deu entre os dois governantes. Apesar de Lotário não conseguir atingir seu objetivo, é interessante notar que ele teria organizado um exército poderoso a partir da França e da Borgonha. Por fim,

²⁷⁰ Para Glaber, tanto na Itália quanto na Gália, os reis e imperadores eram escolhidos dentro da família (no caso, franca), assim, Carlos seria um descendente direto dos carolíngios. Segundo o monge, ele teria sido deposto por uma trapaça de Herberto II de Vermandois, que manteve o encarcerado no Château-Thierry, em 923 até sua morte, em 929. RAUL GLABER, 1, I, 5. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 10-13. Herberto teria sido punido pela traição por meio de uma longa e terrível doença.

²⁷¹ Raul (c. 890 – 14 de janeiro de 936) era filho de Ricardo, duque da Borgonha (também chamado de Ricardo, o Justicheiro) com sua esposa Adelaide de Auxerre, e herdou o ducado da Borgonha de seu pai em 921. Ele se casou com Emma da França, filha do rei Roberto I e irmã por parte de pai de Hugo, o Grande, o pai de Hugo Capeto.

²⁷² RAUL GLABER, 1, II, 6. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 14-15.

²⁷³ “Interea totius regni primates elegerunt Ludowicum, filium uidelicet predicti regis Caroli, ungentes cum super se re gem hereditário iure regnaturum”. RAUL GLABER, 1, III, 7. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 14-15.

Glaber também afirmou que com Lotário e seu filho Luís, “esta família de imperadores e reis deixou de governar”, mas não fica claro se ele ainda se refere aos carolíngios.²⁷⁴

Mesmo após o fim dessa linhagem real, os reis e imperadores permaneceram: imediatamente, o relato prosseguiu com a passagem do comando para o rei dos Saxões, Oto, filho de Henrique.²⁷⁵ Para Glaber, “Oto não era menos glorioso e poderoso em seu governo do que seus antecessores, e ele foi maravilhosamente generoso para com as igrejas e na caridade”.²⁷⁶ Toda a dinastia dos Otos carregaria bons atributos. Oto II teria falecido após realizar muitos feitos nobres e conduzido bem os assuntos públicos. Seu filho, Oto III, apesar de jovem, era bravo e talentoso e também recebeu o Império por direito hereditário.²⁷⁷ Mais do que isso, Glaber mostrou como Oto III se envolveu na nomeação de um novo Papa, em 996, ao indicar Bruno da Caríntia (como Gregório V). Segundo o monge, o que o rei ordenou foi imediatamente feito, mas a nomeação gerou disputas com Crescêncio, um nobre de Roma, que depôs Gregório V e elevou João Philagatos (como João XVI). Evidentemente, Crescêncio recebeu duras críticas de Glaber, favorável ao rei, que o chamou de avarento e arrogante. O monge também se deteve sobre o longo relato do cerco bem-sucedido de Oto contra Crescêncio, que sofreu uma morte cruel e pública. Sem a presença de Crescêncio em seu caminho, Oto conseguiu, finalmente, elevar Gerberto, arcebispo de Ravena, Papa Silvestre II (999-1003).²⁷⁸

O importante é notar que todas essas breves passagens, já no Livro 1, são capazes de nos mostrar que não havia um poder real extremamente fraco, quase inexistente. O poder

²⁷⁴ “In his igitur duobus regale seu imperiale illorum genus regnandi finem accepit”. *Ibidem*. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 16-19.

²⁷⁵ No Livro 2, Glaber mostrou que após a morte de Lotário e Luís, o poder também passou para Hugo Capeto, duque de Paris e filho de Hugo, o Grande, e irmão de Henrique I, duque da Borgonha. Essa família, conhecida como a dos Robertinos (que depois se torna a dos Capetíngios), tinha laços de sangue com a família otoniana, já que a mãe de Oto I era irmã de Hugo, o Grande e, portanto, tia de Hugo Capeto. RAUL GLABER, 2, II, 2. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 50-51. Sobre a ascensão dos Robertinos e Capetíngios, ver MENANT, François; MARTIN, Hervé; MERDRIGNAC, Bernard; CHAUVIN, Monique. *Les Capétiens. Histoire et Dictionnaire. 987-1328*. Paris: Robert Laffont, 1999; BARTHÉLEMY, Dominique. *La France des Capétiens. 987-1214*. Paris: Points, 2015.

²⁷⁶ “Is denique Otto in gloria et uigore imperii non dispar illorum qui ante se imperium rexerant, necnon et in ecclesiarum atque elemosine expensis ualde liberalis extitit.” RAUL GLABER, 1, IV, 8. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 18-19.

²⁷⁷ “Sequenti quoque post multa nobiliter gesta remque publicam decenter dispositam tempore, obiit Otto relinquens filium, Ottonem uidelicet tertium, adolescentem tamen fere duodecim annorum. Qui, ut erat iuuenculus, acer tamen uiribus et ingenio, suscepit iure paterno regimen imperii.” RAUL GLABER, 1, IV, 11. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 24-25.

²⁷⁸ RAUL GLABER, 1, IV, 12-13. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 24-29.

continuava sendo exercido de forma legítima (pela eleição e pelo respeito ao direito hereditário). Como afirmou Barthélemy, a eleição real era um rito ambivalente, que demandava negociação entre as partes envolvidas e que, de alguma forma, valorizava o rei para assegurar a aliança estabelecida com os grandes que o elegeram.²⁷⁹ O poder também passaria pelas qualidades dos governantes, que não deviam em nada a seus antepassados, principalmente, no que se referia à possibilidade do exercício real desse poder.

Glaber, entretanto, não deixou de ser crítico quanto às modificações ocorridas após o fim da dinastia carolíngia. Para ele, as divisões internas do mundo romano (*orbis Romanus*) levaram às guerras, que diminuiriam cada vez mais as suas partes, pois o poder do governo teria repousado na tirania ao invés de ser exercido pela brandura suave e do direito hereditário. Por isso, os estrangeiros buscaram governar tais regiões e seria apropriado que os governantes teimosos e seus súditos sofressem os golpes de repetidas invasões.²⁸⁰ Esse trecho é interessante e pode levantar algumas hipóteses: ele é colocado imediatamente antes dos relatos de ataques de sarracenos e normandos. Talvez a passagem seja uma justificativa para a importante entrada desses personagens nas *Histórias*. Os “invasores” teriam quase uma função educativa, seriam golpes contra os maus governantes. Não há, porém, a conotação de que o poder real fosse fraco, mas sim que ele era exercido de forma injusta aos olhos do monge e, portanto, poderia ser punido por Deus.²⁸¹

É notório o fato de que após a narrativa de invasões, Glaber mostrou como se atingiu a paz por meio de conversões e casamentos. Os estrangeiros, em especial os normandos, foram retratados como generosos com a Igreja e com os peregrinos.²⁸² Assim, a presença

²⁷⁹ BARTHÉLEMY, Dominique. *L'an mil et la paix de Dieu...*, p. 223. Ver também SOT, Michel. *Hérédité royale et pouvoir sacré avant 987. Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 43, n. 3, 1988, pp. 705-733.

²⁸⁰ “Sed interim libet ex parte commemorare quibus uicissim cladibus prescriptorum regum temporibus tarn externis quam intestinis consequenter sit flagellatus orbis Romanus. Constat igitur ab anterioribus illud principale totius orbis imperium fuisse diuisum, scilicet ut quemadmodum uniuersae Latinitatis Roma gerere deberet principatum, ita Constantinopolis tam Grecorum speciale caput in transmarinis orientis partibus quam ceterorum. Sed dum semel in sese nouit dispertiri, postmodum paulatim pars utraque usitatus didicit minui, uidelicet donec contingeret illud admodum coartari preliis, ut foret breuius, et istud appeteret moderari extraneus. Et quoniam magis contingebat tyrannide imperari quam uelliberali pietate uel originali propagine, idcirco par erat talium contumaciam cum sibi subditis crebris infestationum plagis atterere.” RAUL GLABER, 1, IV, 16. *In. FRANCE, John. op. cit.*, pp. 30-31.

²⁸¹ Glaber pareceu se referir negativamente às ambições de Luís IV contra Oto I no período de 938-942, na Lorena. As disputas entre os dois permitiram as invasões dos Húngaros, que devastaram principalmente a região da Borgonha. Glaber provavelmente estava bem informado sobre o assunto, uma vez que o monastério de Bèze, no qual ele residiu, foi destruído em 937. Ver FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 38-39, nota 2.

²⁸² RAUL GLABER, 5, 17-21. *In. FRANCE, John. op. cit.*, pp. 32-37.

deles nessa nova configuração social e política não enfraqueceria nem os reinos nem a Igreja.²⁸³

A ideia de uma narrativa pedagógica parece ser reforçada por um trecho seguinte, no qual Glaber deixou claro como deve ocorrer a indicação ao poder real e quem poderia ser escolhido:

É uma prática adequada, justa e essencial para a manutenção da paz que nenhum príncipe deve audaciosamente aspirar a empunhar o cetro do Império Romano ou tentar chamar a si mesmo ou ser Imperador, exceto aquele a quem o Papa de Roma pode escolher como adequado para a realização do bem público em razão do decoro moral de sua vida, e sobre quem o Papa pode impor a insígnia imperial. Pois em tempos passados, os tiranos em todos os lugares corajosamente se anteciparam e foram criados imperadores; eles foram os menos dignos para governar a república, na qual seus poderes estiveram, sem dúvida, fundados sobre a tirania em vez autoridade santificada.²⁸⁴

Após essa exortação, é significativo que o trecho continue com o relato da cerimônia de coroação de Henrique II, o mesmo descrito logo no prefácio. Segundo Glaber, Henrique, após receber as insígnias reais das mãos do Papa Bento VIII, em 1014, doou os objetos para o monastério de Cluny.²⁸⁵ Eis o modelo ideal e digno de recebimento do poder, segundo o monge. Essa passagem também vai funcionar como um contraponto a outro trecho, no qual o monge critica Conan, duque da Borgonha, que se coroou rei e se tornou um vilão, agindo com

²⁸³ As *Histórias* destacaram as alianças de governantes do continente com os normandos, como no caso de Roberto, o Piedoso, que se uniu aos normandos, liderados por Ricardo, conde de Rouen, para garantir a sucessão na Borgonha, após a morte do seu tio, o duque Henrique I, em 1002. RAUL GLABER, 2, VIII, 15. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 78-79. Glaber também mostrou que a conversão dos Húngaros, que agora viviam na região do Danúbio, abriu caminho para a peregrinação à Terra Santa. Além da conversão, o casamento de Estevão I da Hungria com Gisela, irmã de Henrique II, em 966, contribuiu para as boas relações. RAUL GLABER, 3, I, 2. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 96-97.

²⁸⁴ “Illud nihilominus nimium condecens ac perhonestum uidetur atque ad pacis tutelam optimum decretum, scilicet ut ne quisquam audacter Romani imperii sceptrum preproperus gestare princeps appetat, seu imperator dici aut esse ualeat, nisi quem papa sedis Romane morum probitate delegerit aptum rei publice, eique commiserit insigne imperiale, cum olim uidelicet ubique terrarum quilibet tyranni sese procaciter impellentes sepissime sint imperatores creati, atque eo minus apti rei publice quo constat eos tyrannide quam pietatis auctoritate processisse.” RAUL GLABER, 1, V, 23. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 38-39.

²⁸⁵ *Ibidem*, pp. 40-41. Ademar de Chabannes, na sua *Crônica*, III, XXXVII, afirmou que Henrique deu ao monastério de Cluny seu cetro, o orbe, sua vestimenta imperial de ouro, sua coroa de ouro e sua cruz, e nos disse que, juntos, eles totalizaram uma centena de libras de ouro. Sobre a benevolência de Henrique com a Igreja, ver RAUL GLABER, 3, 1. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 94-97.

grande insolência.²⁸⁶ Como é comum na obra de Glaber, todos os acontecimentos trabalham em justaposição, como veremos na conclusão.

As *Histórias* também apresentam o segundo personagem importante para a realeza no período: Roberto II, também conhecido como Roberto, o Piedoso. Filho de Hugo Capeto e Adelaide da Aquitânia, Roberto teria sido coroado ainda jovem, em 987, mas já era sábio e aprendeu e se destacou pela doce eloquência e pela piedade. Para Glaber:

Foi por Sua Divina Providência que o Senhor de tudo destinou um homem como este para governar o povo católico, especialmente nesta época. Graves catástrofes, anunciadas por meio de signos entre os elementos, caíram sobre a Igreja de Deus em seu tempo, e se o rei não tivesse se levantado contra elas com a ajuda de Deus, elas teriam estendido seus estragos por toda a parte.²⁸⁷

É provável que Raul Glaber estivesse se referindo às descobertas de heresias, às igrejas misteriosamente destruídas pelo fogo e, principalmente, os constantes casos de simonia dentro do clero. É muito interessante notar que Glaber nomeou um rei como o guia do povo católico em tempos de catástrofes e não um outro religioso. Como afirmar, a partir desse trecho, que o poder do rei estava enfraquecido ou que ele seria apenas uma figura “decorativa”?

O monge também buscou apontar como Roberto promoveu a paz no âmbito externo, em especial, com Henrique II, ao relatar o encontro amistoso entre ambos no Rio Meuse, provavelmente, em 1023. Como vimos no capítulo 1, para Duby, mesmo diante do relato feito por Glaber do encontro entre os dois governantes, tudo seria apenas uma encenação, uma vez que as estruturas estatais já haviam decaído.²⁸⁸ Porém, é preciso cautela, pois, ainda que o motivo do encontro não fique claro nas *Histórias*, percebe-se que havia um reconhecimento e

²⁸⁶ RAUL GLABER, 2, III, 4. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 58-59. Conan teria ganhado espaço político a partir de 970 e sua coroação provocou grandes disputas com Fulco III, conde de Anjou, nos primeiros anos do século XI. Numa passagem posterior, já no Livro 4, Glaber afirmou que após a morte de Henrique II, em 1024, muitos dos magnatas buscaram se proclamar herdeiros do trono, seduzidos mais pelo “brilho da coroa” do que movidos pelo desejo de promover o bem público e governar com justiça. Entre esses indignos, estaria Conrado da Francônia (1024-39). RAUL GLABER, 4, 1. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 170-171. Mais uma vez, Glaber deixa claro quem seria digno de ocupar o cargo.

²⁸⁷ “Erat namque Rotbertus rex tunc iuuenis, ut diximus, prudens atque eruditus, dulcisque eloquio ac pictate insignis. Sed diuina prouidente dementia, huiusmodi uirum ad catholice plebis regimen omnium Dominus illo precipue in tempore dignatus est destinare. Nam diebus regni ipsius, elementorum etiam signis preeuntibus, non modice clades incubuere Christi ecclesie, quibus nisi isdem rex sapienter, Deo se iuuante, restitisset seuiundo multipliciter in longinquum processissent.” RAUL GLABER, 2, I, 1. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 50-51.

²⁸⁸ *Ibidem*, pp. 149-150.

respeito pela autoridade de ambos os lados.²⁸⁹ Glaber foi mais longe e afirmou que Roberto manteve boas relações com outros reis, como Ethelred (ou Etereldo), rei da Inglaterra, Raul, rei da Austrásia e Sancho, rei de Navarra, que mandavam presentes para Roberto e solicitavam sua ajuda.²⁹⁰

É necessário lembrar, por outro lado, que Glaber expôs os desafios para os governantes. Henrique e Roberto, por exemplo, enfrentaram problemas internos para a consolidação do seu poder, como no caso da disputa de Henrique com os Lombardos (que proclamaram Arduin como rei em seu lugar),²⁹¹ e a famosa guerra de Roberto na Borgonha.²⁹² Entretanto, ao final dessas querelas, os dois saíram vitoriosos e com o poder reconhecido. Dessa forma, torna-se interessante atentar, ainda que rapidamente, para a caracterização que Raul Glaber fez da aristocracia que orbitava em torno desses personagens, principalmente, de Roberto, o Piedoso. No Livro 3, o monge afirmou que o rei sofreu com injúrias e abusos dos seus próprios homens, que foram elevados à altas posições por ele, pelo seu pai Hugo Capeto e pelo seu avó, Hugo, o Grande, mesmo que muitos deles tenham vindo de categorias inferiores.²⁹³ Entre essas figuras, estaria Odo I (ou Eudes I), conde de Blois e Chartres, descrito como rebelde ao lado de outros homens, que deveriam ser humildes (e submissos) pelos cargos que ocupavam, e Odo II. Essa poderia ser uma informação que atestaria o predomínio da aristocracia sobre o poder real, mas no mesmo trecho, Glaber destacou outros nomes de condes que estariam ao lado do rei, como Hugo, conde de Châlon e bispo de Auxerre.²⁹⁴ Assim, o monge equilibrou, no mesmo relato, a oposição ao governo de Roberto,

²⁸⁹ RAUL GLABER, 3, II, 8. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 108-109. John France afirmou que a possível causa do encontro tenha sido o descontentamento com as ambições de Odo II de Blois, que após a morte de Estevão de Troyes e Meaux, em 1019, tomou suas terras e demonstrou interesse na região da Borgonha e Lorena. *Ibidem*, pp. 108-109, nota 1.

²⁹⁰ *Ibidem*, pp. 110-111.

²⁹¹ RAUL GLABER, 3, 1. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 94-95.

²⁹² Interessante notar que essa disputa, ocorrida na Borgonha, foi causa de punição para Roberto, o Piedoso, no futuro, uma vez que ele não ouviu os conselhos de Odilo de Cluny para controlar sua ferocidade e proteger os monastérios locais. Glaber narrou a morte de seu filho, Hugo, que seria tão grande quanto o pai, e depois as brigas familiares entre sua esposa e os outros filhos do rei. O monge, então, utilizou-se do possível conselho que Roberto teria recebido de Guilherme de Volpiano. Para ele, o rei deveria aguentar as injúrias de seus filhos assim como os pais dele aguentaram os seus insultos, sendo este um justo julgamento de Deus. Ao final, todas as partes firmaram a paz. RAUL GLABER, 3, IX, 32-35. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 150-157. Sobre a sucessão após a morte de Roberto, em 1031, ver RAUL GLABER, 3, IX, 36-40. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 158-169.

²⁹³ É interessante ressaltar que, enquanto para Glaber, não seria motivo de escândalo reis da estirpe de Hugo Capeto nomearem pessoas de categorias (ou famílias) menos nobres, Regino de Prüm viu nisso uma fonte de crítica para o governo de Zwentibald, uma verdadeira denúncia a favor dos antigos nobres.

²⁹⁴ RAUL GLABER, 3, II, 5. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 104-107.

tentando, na medida do possível, menosprezar a ação de seus oponentes e favorecê-lo. Isso fica evidente no trecho em que Glaber “justificou” o ódio despertado por Roberto, o Piedoso.

Ele era um rei muito sábio e sempre fiel adorador a Deus, que amou os humildes e (tanto quanto podia) odiava os soberbos. Se algum bispado no seu reino perdia seu titular, ele tomava muito cuidado para preenchê-lo, preferindo um pastor de baixo nascimento a um nobre mergulhado nas vaidades deste mundo. Devido a isso, incorreu na hostilidade dos magnatas do reino, que desprezavam os homens humildes e preferiam os orgulhosos como eles mesmos.²⁹⁵

Essa passagem, além de explicar parte da atuação de Roberto, permite uma reavaliação de outra posição de Duby, que afirmou que a decomposição da autoridade real permitiu aos senhores o controle cada vez maior dos santuários e o poder de escolha dos altos dignitários da Igreja. Para o autor, Glaber evidenciou as consequências dessa mudança, ou seja, a ira divina, ao criticar a simonia.²⁹⁶ Claramente, o monge fez uma extensa crítica à corrupção na Igreja, mas ela foi feita quase que diretamente aos religiosos. Em muitas passagens da narrativa, o que vemos são os personagens da realeza atuando na nomeação de dirigentes religiosos ou, então, envolvendo-se nas querelas que envolvem a Igreja.²⁹⁷ Um exemplo é Henrique II, solicitado pelo Papa Bento VIII para intervir numa disputa que envolveu os gregos comandados pelo Imperador Basil e o Conde Raul da Normandia. Sua participação, que permitiu finalmente a vitória, garantiria a proteção do bem comum (*rem publicam*).²⁹⁸ Roberto, o Piedoso também se envolveu numa querela contra Rainardo II, conde de Sens, que segundo Glaber, “comandava os assuntos da cidade muito mal” e “despojava energeticamente a glória da Igreja”.²⁹⁹ Para solucionar o problema:

²⁹⁵ “Hic itaque rex ut sapientissimus Dei cultor semper fuit, humilium amator, superbiorumque ut ualuit osor. Si qua enim pontificalis sedes in suo regno proprio uiduaretur presule, cura erat ei maxima ut utilis pastor, licet genere infimus, restitueretur ecclesie potius quam nobilitatis eligeretur persona secularis pompe. Qua de causa etiam primates regni sensit plurimum contumaces, qui, despectis humilibus, sui similes eligebant superbos.” RAUL GLABER, 3, II, 7. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp.108-109. Glaber se utilizou da mesma argumentação para falar de Guilherme de Volpiano: ele seria piedoso e religioso, mas odiado e criticado por aqueles que eram enganadores e ímpios. Essa seria uma possível referência às acusações de conspirações políticas, nas quais Guilherme estaria relacionado a Oto-Guilherme, conde de Mâcon, que contestaram a reivindicação de Roberto, o Piedoso pelo ducado da Borgonha, e talvez a Arduino de Ivrea, que lutou com Henrique II pela coroa da Itália. RAUL GLABER, 3, V, 16. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 120-123 (em especial, p. 122, nota 1.).

²⁹⁶ DUBY, Georges. *L'An Mil*, pp. 118-119.

²⁹⁷ Ver acima a briga entre Oto e Crescêncio. Glaber também citou Conrado II, que teria restaurado Bento IX após a primeira expulsão em 1033. RAUL GLABER, 4, IX, 24. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 210-211.

²⁹⁸ RAUL GLABER, 3, I, 3. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 97-103.

²⁹⁹ RAUL GLABER, 3, VI, 20. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp.128-129.

[...] foi sugerido ao rei, que já tinha frequentemente o repreendido por seu comportamento selvagem, que tal grande cidade deveria ser colocada sob o controle real, para impedir qualquer aumento do escândalo para a santa fé. Por este motivo, o rei enviou um exército para expulsar Rainardo e ocupar a cidade em seu nome. A expedição real tomou a cidade e infligiu duras penas, destruindo uma parte muito grande dela pelo fogo. E assim foi que o desastre do fogo sombreou os antigos prazeres como uma punição adequada para o pecado.³⁰⁰

Ainda sobre a atuação dos governantes na proteção da fé católica, Glaber nos apresentou o longo relato da heresia de Orléans, em 1022. A descoberta de práticas heréticas era um tema caro ao monge ao longo da narrativa. Nesse caso, as *Histórias* mostraram como Roberto, o Piedoso, teve um papel fundamental na repressão dessa “grave catástrofe que caiu sobre a Igreja de Deus”:

O conde [Ricardo II da Normandia, conde de Rouen] informou imediatamente o rei que uma praga secreta estava afligindo o rebanho de Cristo dentro do seu reino. Assim que ele ouviu isso, Roberto, um rei muito instruído e cristão, foi atingido pela dor e tristeza, temendo a ruína de seu reino e a destruição das almas. Rapidamente, em Orléans, ele convocou um grande número de bispos e abades, e todos os leigos devotos, e começou ativamente a procurar os autores desta doutrina perversa e todos aqueles que já estavam corrompidos por juntar-se a ela. Quando um questionamento foi feito entre o clero da cidade para ver o que cada um sentia e acreditava sobre as verdades que a fé católica, por preceito apostólico, imutavelmente observa e prega, Licio e Herberto não negaram suas crenças divergentes, mas revelaram tudo que tinham, anteriormente, mantido escondido. Em seguida, muitos outros se professavam adeptos desta seita e declararam que nada poderia jamais separá-los de seus companheiros.³⁰¹

³⁰⁰ “[...] quin potius insaniente, suasum est regi, qui uidelicet ilium frequenter ob suam improbitatem redarguerat, ut scilicet tantae ciuitatis principatum regio subiugaret dominio, ne siquidem diutius uires pessimi incrementi sumeret scandalum sacrae fidei. Qua ratione rex compulsus misit exercitum qui predictum Rainardum a ciuitate pellerent, sibique illam tuendam seruarent. Venientes uero qui missi fuerant a rege coeperunt urbem cum nimia depopulatione [m], partem etiam eius non modicam incendio cremauere. Supcrauit siquidem magnitudinem prioris gaudii promerentibus flagiciis enormitas calamitatis.” RAUL GLABER, 3, VI, 23. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 132-133.

³⁰¹ “Quibus compertis, presbiter sollicitate perrexit ad christianissimum comitem eiusdem ciuitatis Richardum: exposuit ei omnem rei ut compererat ordinem. Qui uidelicet comes protinus misit celeriter ad regem, palam ei faciens clamdestinam in regno proprio Christi ouium pestem. Ut autem cognouit rex, scilicet Robertus, ut erat doctissimus ac christianissimus, tristes ac merens nimium effectus, quoniam et ruinam patrie reuera et animarum metuebat interitum. Idcirco quantotius Aurelianis properans, conuocatis plurimis episcopis et abbatibus ac religiosis quibusque laicis, acerrime cepit perscrutari qui essent autores huius peruersi dogmatis, uel qui parti illorum iam decepti consentirent. Facta igitur perscrutatione inter clericos quomodo unusquisque sentiret et crederet ea que fides catholica per doctrinam apostolicam incommutabiliter seruat et predicat, illi duo, uidelicet Lisioius et Heribertus, statim se, aliter sentire non negantes, quales diu latuerant manifestauerunt. Deinde uero plures post illos se parti istorum profitebantur herere, nec ulla ratione se posse affirmabant ab illorum segregare consortio.” RAUL GLABER, 3, VIII, 26. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 138-141.

A destruição da heresia se deu por meio da ordem do rei para se queimar os heréticos, em uma fogueira não muito distante da cidade, uma vez que as chamas deveriam servir de lição e causar medo para os demais adeptos dessa doutrina. Glaber mostrou que onde os heréticos eram descobertos, eles eram destruídos com a mesma punição, o que permitiu que a fé católica florescesse mais brilhante em toda a Terra.³⁰² É muito pertinente observar, então, a forte união de Roberto com os religiosos, que autorizou o combate a essa “ameaça”. Roberto, mais uma vez, foi solicitado a ajudar, um pedido feito pelo próprio conde da cidade. A partir dessas passagens sobre Roberto, não é possível afirmar categoricamente que a sua figura era “fraca” ou que seu poder era ineficaz; o que vemos é um rei agindo positivamente em prol da ordem, da saúde do reino e da Igreja, ao exterminar as doutrinas divergentes, ou como chamou Glaber, a praga secreta no meio do rebanho.

3.5. A “crise” nas *Histórias*: a Paz de Deus

As *Histórias* apresentaram personagens importantes, como Henrique II e Roberto, o Piedoso, liderando seus reinos e suas igrejas, o que permite colocar em questão a existência de uma “crise” do poder público. Entretanto, precisamos também observar outro aspecto do problema: a Paz de Deus. Duby, novamente, foi um dos historiadores que corroborou a ideia de que os movimentos de Paz de Deus se intensificaram nos locais onde havia uma autoridade pública ineficaz e incapaz de manter a ordem e a justiça. Isso levou a Igreja, a mais próxima do divino na Terra, a assumir o controle da condução da paz, visando conter a agressividade de uma das três ordens da sociedade, a cavalaria.³⁰³ E justamente Glaber seria um dos maiores entusiastas dos movimentos que teriam eclodido no Ano Mil. Por isso, precisamos retomar as *Histórias* e buscar entender como a Paz de Deus é descrita e se o relato sustenta a ideia de crise do poder público.

Primeiramente, temos que observar como os movimentos são inseridos numa narrativa mais ampla. Nesse sentido, observa-se que Glaber tratou, primeiro, da grande fome de 1031-1033, um dos trechos mais famosos de sua obra. Tal fome teria sido precedida pela morte de personagens ilustres e caros a Glaber, que já citamos anteriormente, como o Rei

³⁰² RAUL GLABER, 3, VIII, 31. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 150-151.

³⁰³ DUBY, Georges. *L'An mil*, pp. 168-173; Id. *As três ordens...*, pp. 157-158

Roberto, o Piedoso, e Guilherme de Volpiano.³⁰⁴ A descrição da crise famélica adquiriu contornos intensos e macabros, especialmente, ao tratar do canibalismo de sobrevivência:

Em seguida, a fome começou a reprimir toda a terra, ameaçando com a morte todos os homens. O tempo, de fato, encontrou-se perturbado ao ponto que jamais era encontrado um momento para o plantio, nem para a colheita, em particular, por causa das inundações. Parecia que os elementos, opostos entre eles, se envolveram em uma batalha, enquanto, sem dúvida, castigavam a insolência dos homens. As chuvas encharcaram o solo a tal ponto que durante três anos foi impossível traçar o caminho para semear. Nos tempos de colheita, as ervas daninhas e o joio infeliz cobriam a superfície dos campos. No melhor dos casos, um barril de grãos semeados rendia um *setier* [*sextarius*] na colheita, do qual dificilmente era possível tirar um pouco mais de um punhado de grãos. Essa fome vingativa começou no oriente: devastou a Grécia, passou pela Itália, difundiu-se, em seguida, pela Gália, e se alastrou para todas as populações inglesas. A falta de comida oprimiu todos os povos: ricos e menos ricos estavam magros, como os pobres, porque a violência dos grandes também sucumbiu diante da miséria universal. Se havia comida à venda, o vendedor podia, segundo sua boa vontade, aumentar preço praticado, com a certeza de recebê-lo sem contradição. Encontramos em diversos locais o barril de grãos à sessenta sólidos, em outros casos, o setier era vendido à quinze sólidos. Após ter que comer o gado e as aves, os homens passaram, possuídos por uma fome atroz [*fame acerrima*], a comer carniça ou outras comidas imundas. Alguns chegaram ao ponto de comer algas dos rios para escapar da morte, mas em vão: não havia outro meio de escapar da fúria divina do que se voltar para si próprio. Dizer os excessos que trouxeram a corrupção do gênero humano provoca horror: ah, como é doloroso! O que raramente tínhamos visto no passado, os homens, enfurecidos pela fome, comendo a carne de outros homens. Os viajantes, assaltados por homens mais vigorosos que eles, eram desmembrados, cozidos no fogo e comidos. Muitos outros, que fugiram da fome de região em região, foram abatidos por seus anfitriões e serviram de comida para aqueles que os receberam. Muitas vezes, mostravam uma fruta ou um ovo para uma criança e a levavam para um lugar isolado para matá-la e comê-la. Em muitos lugares, os cadáveres foram exumados e serviram de alívio para a fome. Chegou-se a tal ponto de demência que um gado abandonado corria menor risco de ser surpreendido que os homens. Como comer a carne humana se tornou uma prática comum, vimos alguém trazer carne humana cozida ao mercado de Tournus, como se ela fosse carne de qualquer outro animal. Abordado, ele não negou seu crime, foi amarrado à

³⁰⁴ “Na aproximação do ano de 1033 do Cristo incarnado, que é o milésimo da paixão do Cristo Salvador, em todo o mundo romano morreram homens célebres, modelos de santidade e de fé: Benôit, papa universal, o rei Roberto, como já dissemos, e Fulberto, bispo de Chartres, homem de imensa sabedoria, e o não menos admirável abade e fundador de mosteiros, Guilherme [de Volpiano], já mencionado, de quem poderíamos dizer muitas coisas que não são inúteis, mas sabemos que elas têm sido há muito tempo recolhido no livro que escreveu sobre a história de sua vida e virtudes [...]” “Imminente igitur anno incarnati Christi millesimo tricesimo tertio, qui est a passione ejusdem Salvatoris millesimus, obiere viri in orbe Romano famosissimi, sacraeque religionis signiferi, Benedictus videlicet papa universalis, ac rex Francorum, ut jam diximus, Robertus. Fulbertus quoque Carnoti praesulum incomparabilis, vir sapientissimus, nec non praenominatus pater monachorum, fundatorque coenobiorum eximius Willelmus, de quo etiam perplura forent dicenda utilia, nisi quod in libello, quem de vita et virtutibus illius edidimus, prolata dudum fuisse noscuntur [...]” RAUL GLABER, 4, IV, 9. *In*. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 184-187.

estaca e queimado. A carne foi enterrada. Alguém veio à noite, exumou-a e a comeu. Ele também foi pego e queimado.³⁰⁵

Em razão dos pecados dos homens, essa terrível calamidade durou três anos em todo o mundo. Para aliviar os miseráveis, foram utilizados os ornamentos e os tesouros das igrejas, cujos decretos dos Pais da Igreja indicavam que eles foram originalmente criados com este objetivo. Porém, em quase todos os lugares, a multidão dos pobres, proporcional ao justo castigo da cólera divina, excedeu em muito os tesouros das igrejas. Afligidos pelas privações, os famintos que conseguiam se alimentar viam seus corpos incharem e logo morriam. Vimos outros sentirem os alimentos em suas mãos, tentarem levá-los até a boca, abaixarem as cabeças e desfalecerem, incapazes de saciar seus desejos. Quanta dor, quantas lágrimas e soluços vieram de todos aqueles que viram esse espetáculo, especialmente das pessoas religiosas, bispos, abades, monges ou freiras, e em geral, em todos aqueles, de cada sexo ou ordem, que creem no Senhor, o que eles poderiam escrever? Pensava-se que a ordem soberana das estações e dos elementos, que governava o mundo desde a origem dos tempos, degenerou-se em um caos perpétuo, levando o gênero humano ao fim. Coisa estupenda e extraordinária, diante de uma catástrofe também imprevisível, sinal de uma punição divina, poucas pessoas que inclinaram o coração contrito, como era apropriado, e elevaram o coração e as mãos ao Senhor para pedir a Sua ajuda. Então, se realiza o versículo de Isaías [9, 13], que diz: “Todavia, o povo não se voltou para aquele que o feria”. Havia uma espécie de dureza no coração dos homens e de cegueira em seus espíritos, pois aquele que é juiz soberano e autor de todo bem sabe nos dar o desejo de orar, também sabe quando deve ter compaixão de nós.³⁰⁶

³⁰⁵ “Sequenti itaque tempore coepit in universo orbe terrarum fames convalescere, ac interitus pene universi humani generis imminere. Nam temperies aeris sic intempestiva est effecta, ut nullius sationis proveniret tempus congruum, nec messioni praecipue ob inundantiam aquarum foret opportunum. Videbantur enim inter seipsa elementa pugnam discordiae agere, cum procul dubio vindictam exercerent humanae insolentiae. Assiduus enim imbris ita compluta erat universa tellus, ut in spatio trium annorum nulli reperirentur sulci utiles seminibus. Tempore quoque messis herbae agrestes, atque infelix lolium, totam operuerant superficiem agrorum. Modius quoque sementis ubi magis proficiebat, reddebat in messe sextarium, ipseque sextarius vix referebat pugillum. Coeperat enim primitus haec sterilitas ultionis in partibus Orientis; depopulando Graeciam, devenit in Italiam. Dehinc infusa per Gallias, transiit ad universos Anglorum populos. Tunc vero constricta tota gens indigentia victus, majores ac mediocres fame pallebant cum pauperibus. Cessit enim raptus potentum universali inopiae. Si quid ergo victus venundatus reperiebatur, arbitrio vendentis pro libitu erat excedere, seu accipere pretium. Nam in plerisque locis fuit modii pretium sexaginta solidorum, alias quoque sextarius solidorum quindecim. Interea post esum bestiarum et volucrum, urgente fame acerrima, coepere homines praeripere in cibum morticina quaeque ac dictu horrenda. Quidam vero fecere confugium evadendae mortis ad radices silvarum herbasque fluviorum, sed nequidquam; non ergo aufugium irae ultionis Dei, nisi ad semetipsum. Horret denique referre quae tunc generi humano corruptiones acciderunt. Heu! pro dolor! quod olim raro audiri contigerit, tunc rabida inedia compulsi vorari ab hominibus humanas carnes. Arripiebantur autem viantes a se praevalentibus, membratimque dividebantur igneque decocti vorabantur. Multi quoque de loco ad locum famem fugiendo pergentes hospitibus recepti, nocturneque jugulati, quibus suscepti sunt, in cibum fuerunt. Plerique vero pomo ostenso vel ovo pueris, ad remota circumventos trucidosque devoraverunt. Corpora defunctorum in locis plurimis ab humo evulsa, nihilominus fami subvenerunt. Quae denique rabiei insanies in tantum excrevit, ut tutius moraretur solidarium absque raptore genus pecudum quam hominum. Nam veluti jam in usum devenire deberet carnes humanas comedi, quidam decoctas detulit venundandas in forum Trenorchii, ac si fuissent alicujus pecudis. Qui deprehensus, crimen flagitii non negavit; deinde arctatus loris, igne crematus est. Carnem autem illam humo absconsam alter effodiens, noctu comedit. Pari modo et ille igne combustus est.” RAUL GLABER, 4, IV, 10. *In. FRANCE, John. op. cit.*, pp. 186-189.

³⁰⁶ “Desaevit enim in orbe terrarum, peccatis hominum exigentibus, praedictae pestilentiae clades in spatium trium annorum. Tunc in expensis egenorum distracta sunt ecclesiarum ornamenta, dispersitque thesauri, qui ob hoc in decretis Patrum inveniuntur ibidem primitus fuisse repositi. Sed quantum supererat vindictae justae

Estamos diante do relato do horror que, para os adeptos da tese do Ano Mil, comprovaria a crise e a desestruturação características do período pós-carolíngio. Ao lado dos prodígios do céu, das heresias, da destruição de templo, a fome simbolizaria o momento de perda da capacidade da atuação de líderes públicos – no caso, os religiosos, já que os reis nem aparecem no relato³⁰⁷ –, perda dos laços entre os homens por meio do canibalismo, desestruturação da sociedade, e assim por diante. Esse trecho foi muito utilizado dentro do dossiê feudal pelos historiadores que buscaram uma prova desse período de desolação.³⁰⁸ Mas parece que esses mesmos estudiosos ignoraram o próximo trecho, ainda relacionado à fome de 1033, cujo título é “A paz e abundância no milésimo ano após a paixão do Senhor” (*De pace et habundantia anni millesimi a Passione Domini*):

No ano que se seguiu à terrível calamidade, que foi o do milésimo ano da paixão do Senhor, as nuvens e tempestades diminuíram em homenagem à bondade e à misericórdia divinas, a face do céu começou a brilhar, exalando ventos benéficos e mostrando em sua serenidade a magnificência do criador, enquanto que a superfície verde do solo carregava o fruto em abundância, espantando a fome [...]. No mesmo ano, a colheita trouxe uma abundância de trigo, vinho e outros frutos, que não poderia ser esperada pelos próximos cinco anos. A comida dos homens, até as carnes e alimentos mais requintados, era vendida por nada. Tudo se passava como no antigo grande Jubileu [referência ao livro de Levítico 25, 10]. No ano seguinte, depois no terceiro e no quarto, a colheita não foi menor.³⁰⁹

ultionis, excessit nimietas egenorum in plerisque locis thesauros ecclesiarum. Nam et ipsi famelici nimia affecti inedia, si contigisset eos repleti cibo, distenti inflatione protinus moriebantur. Alii autem cibos manibus contrectantes, ori tentantes imponere, sed conquiniscendo deficiebant, non valentes explere quod cupiebant. Quantus enim dolor tunc, quanta moestitia, qui singultus, qui plactus, quae lacrymae a talia cernentibus datae sunt; praecipue a viris ecclesiasticae religionis, episcopis videlicet atque abbatibus, monachis et sanctimonialibus, simulque omnibus in commune utriusque sexus et ordinis Deum metuentibus, non valet stylus quispiam explicare characteribus. Aestimabatur enim ordo temporum et clementorum praeterita ab initio moderans saecula in chaos decidisse perpetuum, atque humani generis interitum. Illud praeterea stupore nimio permirabillimum, quoniam in tam clandestina divinae ultionis calamitate rarissime reperiebantur, qui pro talibus contrito corde et humiliato corpore, ut expediebat, levarent corda cum manibus ad Dominum, sibique subveniendum interpellarent. Tunc nempe Isaianum illud elogium nostrum impletum est tempore quod dixit: Populus non est conversus ad percutientem se. Erat enim in hominibus quaedam duritia cordis cum hebetudine mentis, et quoniam ille summus Judex et auctor totius bonitatis dat velle rogare se, qui novit quando debeat misereri.” RAUL GLABER, 4, IV, 13. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 190-193.

³⁰⁷ Entretanto, Glaber narrou o episódio de canibalismo na floresta de Châtenet, em Mâcon, no qual o Conde Oto e outros cidadãos prenderam e queimaram o homem responsável pelos ataques. RAUL GLABER, 4, IV, 11. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 188-189. Ainda que não apareça uma figura real no relato, vemos a atuação de uma liderança local resolvendo a questão assim que solicitado.

³⁰⁸ DUBY, Georges. *L'An mil*, pp. 112-116.

³⁰⁹ “Anno a passione Domini millesimo memoratae cladis penurias subsequente, sedatis nimborum imbribus respectu divinae bonitatis et misericordiae, coepit laeta facies coeli clarescere, congruisque aethereis flare placidaque serenitate magnanimitatem Conditoris ostendere; telluris quoque tota superficies amicabiliter virens frugum abundantiam funditus inopiam expellendo portendere [...]. Eodem denique anno tanta copia abundantiae frumenti et vini, caeterarumque frugum exstitit, quanta in subsequente quinquennio contigisse sperari non potuit.

Como tantos outros trechos da obra de Glaber, uma situação completamente caótica chega a uma resolução favorável. No caso da fome de 1033, o que permitiu essa reviravolta da vontade divina, que antes estava punindo os homens? A assembleia da Paz de Deus, na Aquitânia, em 1033, descrita exatamente no meio do trecho anterior:

[...] Foi então que os bispos, abades e outros homens piedosos da Aquitânia reuniram todo o povo em um grande concílio, para o qual foram levados os corpos de muitos santos e inúmeras caixas de relíquias sagradas. O movimento se espalhou para as províncias de Arles e Lyon, em seguida, para toda a Borgonha e regiões mais distantes do reino da França. Nas dioceses, foi decretado que em certos lugares, os bispos e magnatas de todo o país deveriam convocar conselhos para reestabelecer a paz e consolidar a santa fé. Quando o povo ouviu isso se regozijou, grandes, médios e mais pobres, todos prontos para obedecer os comandos do clero, como se eles tivessem sido dados por uma voz celestial falando com os homens na Terra. Todos, de fato, estavam intimidados pela carnificina recente e temiam não alcançar a abundância da colheita seguinte. Um rolo, dividido em capítulos, foi elaborado, contendo uma lista de tudo que era proibido, além do registro dos homens que tinham, por compromisso jurado, decidido oferecer ao Deus Todo-Poderoso. A parte mais importante do registro se referia à paz, que deveria ser preservada inviolável para que todos os homens, religiosos ou laicos, seja quais forem as ameaças que tinha pendurado sobre eles anteriormente, pudessem agora fazer seus trabalhos sem medo e desarmados. O ladrão ou usurpador do bem de outro sofreria todo o rigor das leis, seja condenado à penas severas, multas ou punições corporais. Os lugares sagrados de todas as igrejas deveriam ser objeto de tal honra e reverência, que se alguém culpado de qualquer crime ali se refugiasse, permaneceria ileso, a menos que ele houvesse violado o juramento de paz; neste caso, ele poderia ser capturado perante o altar e sofrer a penalidade estabelecida. Todos os clérigos, monges e freiras, assim como quem viajassem com eles pelo país, não poderiam sofrer violência de outras pessoas. Seria longo enumerar as muitas decisões tomadas nesses conselhos. Lembramos, porém, que todos concordaram, em edital perpétuo, que os homens, exceto quando gravemente doente ou em festas solenes, deveriam se abster de vinho no sexto dia da semana e de carne no sétimo dia. Se, por alguma razão, um homem relaxasse nessa proibição por um tempo, ele deveria alimentar três homens pobres. Muitas pessoas doentes eram curadas nesses encontros de homens santos. Para que não haja dúvidas, registramos que pernas e braços dobrados foram endireitados e retornaram ao seu estado normal, o sangue corria em abundância na pele rasgada e na carne dividida. Estes casos deram credibilidade para outros que podiam suscitar dúvidas. O entusiasmo era tal que os bispos levantaram seus cajados aos céus e estenderam as mãos a Deus. “Paz! Paz! Paz!”, todos clamaram, como para selar o acordo concluído sobre o assunto entre Deus e eles, prometendo que ao fim de cinco anos ele seria renovado para confirmar a paz, da mesma maneira admirável.³¹⁰

Aliquis enim victus humanus, praeter carnes seu deliciosa pulmentaria, nullius erat pretii. Erat autem instar illius antiqui Mosaici magni Jubilaei. Sequenti vero anno tertio et quarto non minus provenit.” RAUL GLABER, 4, V, 14-16: *In. FRANCE, John. op. cit.*, pp. 194-197.

³¹⁰ “[...] Tunc ergo primitus cepere in Aquitanie partibus ab episcopis et abbatibus ceterisque uiris sacre religionis deuotis ex uniuersa plebe coadunari conciliorum conuentus, ad quos etiam multa delata sunt corpora

Após a inclusão desse longo trecho, precisamos observar alguns pontos-chave. Glaber teria sido o autor que mais deu detalhes sobre um concílio de Paz de Deus, o que levou os historiadores a usarem as *Histórias* como grande fonte sobre o assunto e a admitirem que todas seguiam o mesmo modelo ou tinham o mesmo objetivo. Porém, essa foi a primeira e única referência mais detalhada dos concílios da Paz de Deus na obra. Glaber não fez alusão às assembleias anteriores, como as de Charroux e Narbonne, em 989-990. A entrada da Paz de Deus na narrativa nos parece ser muito cuidadosa: as assembleias surgiram no contexto de calamidades causadas pela grande fome de 1031-1033, na região da Borgonha, e como resposta à ela. Após três anos de morte (muitas vezes violentas, como nos casos de canibalismo³¹¹) e escassez, sucedeu-se um período de renovação por meio da aliança dos homens com Deus. Abriu-se um período de paz, que se refletiu na abundância das colheitas. Tudo se deu como no trecho de Levítico, que carrega a ideia pacto, de libertação, comemoração e recomeço.³¹²

sanctorum atque innumerabiles sanctarum apoforete reliquiarum. Dehinc per Arelatensem prouintiam ac Lugdunensem, sicque per uniuersam Burgundiam usque in ultimas Francie partes per uniuersos episcopatus indictum est qualiter certis in locis a presulibus magnatisque totius patrie de reformanda pace et sacre fidei institutione celebrarentur concilia. Quod etiam tota multitudo uniuerse plebis audiens, letanter adiere maximi, mediocres ac minimi, parati cuncti obedire quicquid preceptum fuisset a pastoribus ecclesie, non minus uidelicet quam si uox emissa de celo hominibus in terra loqueretur. Terrebat enim uniuersos clades preteriti temporis, instabatque metus ne adipiscerentur opulentiam future ubertatis. Erat quippe descriptio capitatim digesta, qua continebantur tam ilia que fieri prohibebantur quam ea que deuota sponsione omnipotenti Domino offerre decreuerant. In quibus potissimum erat de inuiolabili pace conseruanda, ut scilicet uiri utriusque conditionis, cuiuscumque ante fuissent rei obnoxii, absque formidine procederent armis uacui. Predo namque aut inuasor alterius facultatis, legum distictione artatus, uel donis facultatum seu penis corporis acerrime mulctaretur. Locis nichilominus sacris omnium ecclesiarum honor et reuerentia talis exhiberetur ut, si quis ad ea cuiuscumque culpe obnoxius confugium faceret, inlesus euaderet, nisi solummodo ille qui pactum predictae pacis uiolasset, hic tamen captus ab altare prestatutam uindictam lueret. Clericis similiter omnibus, monachis et sanctimonialibus, ut, si quis cum eis per regionem pergeret, nullam uim ab aliquo pateretur. Plurima autem in eisdem conciliis constituta sunt que per longum duximus referre. Illud sane memorandum, quod omnibus in commune placuit qualiter omnibus ebdomadibus sanctione perpetua sexta die abstineretur a uino et a carnibus septima, nisi forte grauis infirmitas compelleret aut celeberrima sollempnitas interueniret; si uero effectio aliqua intercederet, ut hic tenor paululum laxaretur, tres proinde pauperes uictu sustentarentur. Tunc innumere sanitates patratae sunt infirmantium in eisdem conuentibus sanctorum. Sed et ne cui friuolum uideretur, in multis disrupta cútis discissaque caro crurium et brachiorum, nu per curuorum, erigendo in statum pristinum plurimus sanguis effundebatur. Quod utique in ceteris que dubitaria poterant fidem prestabat. Quibus uniuersi tanto ardore accensi, ut per manus episcoporum baculum ad celum eleuarent, ipsique palmis extensis ad Deum: 'Pax! pax! pax!' unanimiter clamarent, ut esset uidelicet signum perpetui pacti de hoc quod spoponderant inter se et Deum, in hac tamen ratione ut, euoluto quinquennio, confirmande pacis gratia, id ipsum ab uniuersis in orbe fieret mirum in modum. *Ibidem*.

³¹¹ BONNASSIE, Pierre. Consommation d'aliments immondes et cannibalisme de survie dans l'Occident du haut Moyen Âge. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 44, n. 5, 1989, pp. 1035-1056.

³¹² Lv. 25:10 "E santificareis o ano quinquagésimo, e apregoareis liberdade na terra a todos os seus moradores; ano de jubileu vos será, e tornareis, cada um à sua possessão, e cada um à sua família". Segundo Arnoux, o capítulo 25, apesar de ser um dos mais utópicos das Escrituras, é uma das referências essenciais do direito medieval dos contratos. ARNOUX, Mathieu. *op. cit.*, p. 27.

Mais importante: não há qualquer referência à uma violência endêmica, estrutural, causada pela ascensão de uma nova categoria social, a cavalaria, nem à opressão dos mais pobres. A tentativa de controlar as ações dos homens e da repreensão pela transgressão dos acordos estabelecidos pelas assembleias não seria causada por um medo descontrolado diante dessa violência desequilibrada. O medo, se é que ele existiu, foi causado pelos recentes acontecimentos que resultaram em miséria e degradação social localizada,³¹³ como vimos no trecho acima: “(...) Todos, de fato, estavam intimidados pela carnificina recente e temiam não alcançar a abundância da colheita seguinte”. O entusiasmo, que se segue, seria comum a todas as categorias sociais, os grandes, médios e mais pobres.³¹⁴

Nem é possível afirmar, por meio desse trecho, que a Igreja usurpou as atribuições do poder real. Como demonstrou Karl Ferdinand Werner, ao procurar promover a paz, a Igreja não se apropriava de funções reais, e sim se utilizava da autoridade pública dada aos bispos pela legislação carolíngia desde o século IX, que garantia não a pretensão de uma paz geral ou do controle extremo da violência, mas principalmente a defesa dos seus bens.³¹⁵ Desta forma, a Paz de Deus se constituiu como uma etapa do processo da independência da Igreja, que não excluiu, contudo, a atuação dos governantes. Essa interpretação parece funcionar se pensarmos que os concílios de Paz de Deus se inserem, na narrativa do monge, como uma tentativa de recuperação - ou manutenção - das suas posses, que foram destinadas aos pobres durante a crise famélica: “Para aliviar os miseráveis, foram utilizados os ornamentos e os tesouros das igrejas, cujos decretos dos Pais da Igreja indicavam que eles foram originalmente criados com este objetivo.” Mas mesmo esse ponto não parece ser tão excepcional para Glaber: os decretos dos Pais da Igreja já indicavam que os ornamentos das igrejas foram originalmente criados com este objetivo. A fome seria um dos acontecimentos que exigiria a ação dos religiosos na venda e distribuição dos bens da Igreja para auxílio dos pobres famintos, gestão esta que poderia ter um sentido moral, salvífico.

Assim, ao invés de limitar os concílios da Paz de Deus como provas da falência do poder público, sugerimos que eles sejam lidos do ponto de vista da lógica histórica que

³¹³ Mais uma vez, é necessário lembrar a recorrência dos relatos de canibalismo de sobrevivência que Glaber apresentou, cuja violência teria destruído os laços entre as famílias. Ver referência à fome anterior à 1031-1033: RAUL GLABER, 3, IX, 17. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 80-83.

³¹⁴ BARTHÉLEMY, Dominique. *L'an mil et la paix de Dieu...*, p. 27.

³¹⁵ WERNER, Karl Ferdinand. Le rôle des évêques dans les mouvements de paix au Xe et XIe. siècles. *Mediaevalia christiana*. Paris: De Boeck, s/d, p.155-195, *apud* ALMEIDA, Néri de Barros. A Idade Média entre o ‘poder público’ e a ‘centralização política’..., pp. 57-58.

impera na narrativa: a ideia de retorno ao pecado e do julgamento dos homens, principalmente dos grandes, por Deus. Nesse sentido, não podemos ignorar o trecho seguinte ao relato da Paz de Deus, no qual Glaber apontou que os homens voltaram ao pecado, assim como o cão retornou ao seu vômito. Mas a crítica se direcionou aos líderes da ordem clerical e temporal, que teriam retornado à avareza e aos roubos para satisfazer seus desejos.³¹⁶ Por isso, as *Histórias* retomaram os casos de simonia, relações consanguíneas ilegais, competições, etc.

A direção da Igreja parecia ser mais motivo de preocupação para Glaber do que a direção dos reinos. Os grandes religiosos – até mesmo os papas – eram os primeiros envolvidos em escândalos.³¹⁷ A avareza e a falta de justiça que se observam nas realidades nada mais seriam do que um reflexo da falta de orientação e de exemplos da Igreja:

Assim como uma frouxidão cresce entre o clero, o desejo pela devassidão e incontinência prevalece entre os laicos. A bobina do engano, da fraude e do assassinato arrasta quase todos os homens para a perdição. Por causa da culpa cega ter se movimentado entre os bispos que são os olhos da fé católica, seu povo, ignorante do caminho para salvação, caiu em perdição ruínosa. É, por conseguinte, não mais do que uma justa retribuição quando esses prelados são atacados por aqueles que deveriam se manter a eles subordinados, e sentem a desobediência daqueles que, pelo seus próprios exemplos, desviaram-se do caminho da justiça. Também não é de surpreender que, quando eles choram na sua adversidade, ninguém vem em socorro, pois por meio da avareza, eles têm fechado as portas da misericórdia para si mesmos. É bem conhecido que, em punição para tais pecados, muitas vezes as calamidades gerais ameaçam os povos e todas as coisas vivas, e até mesmo os frutos da terra são ameaçados pelo desastre vindo do ar destemperado. Aqueles que deveriam ter trazido ajuda redentora ao rebanho de Deus Todo-poderoso colocaram contra isso os obstáculos dos seus privilégios. Quando a piedade dos bispos diminui e a austeridade dos abades diminui, quando o rigor da disciplina monástica cresce frio e, pelo

³¹⁶ “Sed heu pro dolor! humana denique stirps, immemor beneficiorum Dei, ab initio prona ad malum veluti canis ad vomitum vel sus lota in coeni volutabrum, irritum in multis fecere propriae sponsionis pactum. Et sicut scriptum est: ‘Impinguatus et dilatatus recalcitravit’. Nam ipsi primates utriusque ordinis in avaritiam versi coeperunt exercere plurimas, ut olim fecerant vel etiam eo amplius, rapinas cupiditatis. Deinde mediocres ac minores exemplo majorum ad immania sunt flagitia devoluti. Quis enim unquam antea tantos incestus, tanta adulteria, tantas consanguinitatis illicitas permixtiones, tot concubinarum ludibria, tot malorum aemulationes audiverat? Insuper ad cumulum tanti mali, cum non essent in populo, vel rari qui caeteros corrigentes talia redarguerent, impletum est prophetae vaticinium, quod ait: ‘Et erit sicut populus, sic sacerdos’. Praesertim cum tunc in saeculari potestate, tum etiam in ecclesiastica religione, totius regiminis personae constiterant in puerili aetate. Propter peccata enim populi contigit tunc illud Salomonicum, quod ait: ‘Vae tibi, terra!’ Nam et ipse universalis papa Romanus, nepos scilicet duorum Benedicti atque Joannis, qui ei praecesserant, puer ferme decennis intercedente thesaurorum pecunia electus exstitit a Romanis. A quibus exinde frequenter ejectus ac inhoneste receptus nulla potestate vixit. Et, ut jam superius taxavimus, caeteros tunc temporis Ecclesiarum praelatos aurum potius vel argentum exaltabat quam meritum. Proh pudor! de his evidentissime Scriptura ait, imo os ipsius Dei: ‘Principes exstiterunt, et non cognovi’.” RAUL GLABER, 4, V, 17. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 196-199.

³¹⁷ BARTHÉLEMY, Dominique. *op. cit.*, p. 26.

seu exemplo, o resto do povo pecaminosamente quebra os mandamentos de Deus, não parece como se a toda a humanidade estivesse deslizando de volta de seu próprio livre arbítrio para o antigo abismo da perdição? [...] Pois, como é mostrado pela apostólica autoridade, é a caridade indiferente e o florescimento da iniquidade entre os homens que se amam mais do que é certo que fizeram os males que temos relatado e que, mais abundantemente que o habitual, afligiram todas as partes do mundo por volta do ano 1000 após o nascimento de Nosso Senhor.³¹⁸

Portanto, foram frequentes as críticas de Glaber à simonia, que seria causa de grandes catástrofes para todo o povo.³¹⁹ Para o monge, o amor pelo dinheiro colocou nos cargos eclesiásticos homens sem qualquer dignidade para o ofício divino, porque não chegaram a essa posição por meio do “portão do Mestre”.³²⁰ Por culpar a Igreja pela crescente corrupção, Glaber lançou suas queixas às esferas mais elevadas da hierarquia clerical. Vejamos alguns exemplos, como o episódio envolvendo os gregos da igreja de Constantinopla e o papa João XIX. Basil II enviou representantes ao papa, em busca de apoio às propostas gregas que incluíam a reafirmação do poder imperial no sul da Itália:

Eles [gregos] imediatamente enviaram embaixadores à Roma levando ricos e variados presentes para o papa e todos os outros a quem eles viram serem favoráveis à sua causa. Estes explicaram ao papa a razão da viagem. O que não é assaltado pelo amor ofuscante da riqueza? Há um provérbio: “Quebre um muro de ferro com um punhado de ouro”. Se é verdade dizer que em nosso tempo a ganância por riquezas é a rainha do mundo, deve-se admitir

³¹⁸ Referência a Mt. 24:12. “Sic etiam contigit ut, dum inreligiositas grassatur in clero, procatitatis et incontinentie appetitus succrescat in populo. Deinde uero mendaciorum circonuenientie, fraudes, atque homitidia uniuersos pene in interitum subripiendo pertrahunt. Et quoniam catolice fidei oculum, uidelicet ecclesie prelatos, pessime cecitatis caligo obrepsit, idcirco plebs illius, proprie salutis uiam ignorans, in sue perditionis ruinam decidit. lure etiam contigit ut ipsi scilicet prelati ab eisdem quos subiectos habere debuere affligantur, atque contumaces sentiant illos quos utique suo exemplo a iustitie itinere fecere deuos. Nec mirum pretere a si in aliquibus angustiis constituti minus dum clamant exaudiuntur, quoniam ipsi sibimet per auaritie cumulum clausere misericordie hostium, cum certissimum nichilominus habeatur pro huiusmodi uiscisitudine flagitii sepiissime iminere communem cladem populis et animantibus cunctis necnon etiam plurimam pestem frugibus uidelicet ex intemperie aeris. Sic quippe fieri contigit ut hi scilicet, qui omnipotentis Dei gregi sibi commisso ferre debuerant saluationis aminiculum, obponerent eidem consueti beneficii obstaculum. Quandocumque enim desiit religiositas pontificum ac marcessit districtio regularis abbatum, simulque monasterialis discipline uigor tepescit, ac per illorum exempla cetera plebs mandatorum Dei preuaricatrix existit, quid aliud quam totum simul humanum genus rursus in antiquum precipicii cahos sue perditionis spontanea uoluntate inlabitur? Ex huiusmodi rei proculdubio euentu dudum ille antiquus Leuiatan fidutiam conceperat quod inundatio Iordanis fluuii os inlaberetur illius, ut uidelicet baptizatorum multitudo per auaritif appetitum, uiam ueritatis deserens, demergeretur in interitum. Et quia, ut ex auctoritate apostolica completum dinoscitur, frigescente scilicet caritate ac supcrabundante iniquitate in hominibus utique semet plus iusto amantibus, solito crebrius ista que retulimus circa millesimuma post nati Saluatoris Domini annum in uniuersis mundi partibus contigerunt. RAUL GLABER, 2, VI, 12. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 73-75.

³¹⁹ Ver RAUL GLABER, 2, VI, 11; 4, V, 17.

³²⁰ Uma referência ao Evangelho de João 10:1-2.

que esse vício insaciável encontrou a sua casa entre os romanos. Logo, vendo a riqueza brilhante trazida pelos gregos, seus corações voltaram-se para os caminhos tortuosos da traição, considerando se eles poderiam talvez, secretamente, admitir o que foi pedido. Mas tudo isso não tinha propósito, pois Ele, que é a verdade última e não pode ser enganado, que prometeu: “As portas do inferno não prevalecerão contra ela”. Apesar dos intrigantes acreditarem que tinham resolvido o assunto com sussurros em conclaves secretos, o rumor se espalhou por toda a Itália. É impossível descrever a triste e violenta raiva que afligiu todos os que a ouviram.³²¹

Como é possível perceber no relato, o papa era favorável a essas causas, que, por sua vez, eram rejeitadas pelos reformadores do norte europeu e também pelo monge, que as viam como depreciativas do papado, pois ele estaria se submetendo às exigências dos gregos. Todo o episódio foi criticado pela possível compra de apoio feito às escondidas e motivado pela ganância de alguns integrantes da Santa Sé, incluindo o próprio papa. Esse episódio gerou a revolta de Guilherme de Volpiano. Nas *Histórias*, Raul Glaber fez questão de colocar na íntegra a carta enviada pelo abade ao papa:

Para o Papa João, pela graça de Deus e a reverência devida a São Pedro, Príncipe dos Apóstolos, que ocupa o mais eminente dos bispados, Guilherme, servo da cruz de Cristo, envia saudações e o desejo de que ele possa aspirar a um lugar com os Apóstolos ao lado do juiz celeste e procurar vestir uma coroa celestial. O Mestre das nações nos ordena a não reprovar nossos idosos³²², mas em outro lugar Ele diz: “Tornei-me insensato porque vós me obrigastes a isso”.³²³ Portanto, com cuidado filial, nós vos admoestamos, ó pai universal, a imitar o exemplo de nosso Senhor, que conhece os pensamentos dos homens e diz a cada um de seus seguidores, como Ele disse a Pedro: “O que os homens dizem de mim?”³²⁴ Se a resposta é verdadeira, preste atenção ao som da voz; se é clara, cuide para não ser obscurecida, mas se ela é obscura, reze para que a Luz do Mundo brilhe a ponto de dar luz a todos que andam no caminho dos mandamentos do

³²¹ “Qui statim miserunt qui deferrent multa ac diversa donorum exenia Romam, tam pontifici quam ceteris quos suae parti favere conspicerent. Ubi convenientes exposuerunt apud pontificem sue perfectionis querellam. Sed quid non pertentat cecus amor habendi? Estque proverbium: ‘Aureo pugillo murum frangere ferreum’. Ac licet pro tempore Filargiria mundi regina queat appellari, in Romanis tamen inexplabilis cubile locavit. Mox namque, ut videre Grecorum sibi deferri fulgidas opes, versum est cor illorum ad fraudulentie diverticula, pertemptantes an forte clanculo concedere quirent quod petebatur; sed nequicquam. Non enim potest falli summa veritas que spopondit: ‘Portae inferi non prevalebunt adversus eam’. Dum ergo adhuc leni sub murmure huiusce machinatores in conclave sese putarent talia tractavisse, velox fama de ipsis per universiam Italiam decucurrit. Sed qualis tunc tumultus, quam vehemens commotio per cunctos extitit qui audivere, dici non valet”. RAUL GLABER, 4, 1, 2. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 172-175.

³²² 1 Timóteo 5:1.

³²³ 2 Coríntios 12:11.

³²⁴ Marcos 8:27.

Senhor.³²⁵ Mas um boato surgiu recentemente que lhe diz respeito e que escandaliza justamente todo homem que não está longe do amor divino. Pois, embora o poder do Império Romano, que uma vez governou sozinho toda a terra, esteja agora dividido em várias áreas sob numerosos cetros, o poder de ligar e desligar, tanto na terra como no céu, pertence, por dom inviolável, ao ofício de São Pedro. E falamos isso para que possas perceber que não é nada além de glória vã que os gregos têm feito estas exigências para vós e de que temos ouvido. Para o futuro, oramos para que possas se comportar como convém para uma autoridade universal, praticando com mais ardor a correção e disciplina da santa e apostólica Igreja, de modo que possa ser digno da felicidade eterna em Cristo.³²⁶

A própria eleição de João XIX, irmão de Bento VIII, foi apontada por Glaber como resultado do pagamento de uma soma em dinheiro. Segundo o monge, ele mal teria deixado de ser um leigo quando, como um neófito, foi eleito papa.³²⁷ Interessa notar como esses relatos foram situados na narrativa geral. Os episódios envolvendo a denúncia de simonia em Roma foram imediatamente sucedidos pela descoberta da heresia de Monforte, pela morte de personagens ilustres – entre eles, Roberto, o Piedoso (1024) e o já citado Guilherme de Volpiano (1031) – e pela grande fome de 1031-1033. Mais do que uma simples sucessão cronológica de eventos, podemos perceber uma estratégia de escrita e de interpretação dos fatos muito recorrente nas *Histórias*: a insolência dos homens, especialmente das grandes figuras, foi a grande responsável pelos males ocorridos nesse período e pela posterior justiça

³²⁵ João 8:12.

³²⁶ “Gratia Dei et reverentia beati apostolorum principis Petri sedium in orbe terrarum excellentissima indepto pape Iohanni Willelmus crucis Christi servus sedem iudicii cum apostolis et regni coronam. Magistri gentium dictis instruimur seniore non increpandum; isdem tamen alias dicit: ‘Factus sum insipiens, vos me coegistis’. Idcirco igitur filiationis diligentia hortamur communem vestram paternitatem qualiter in uno imitemini cogitationes hominum pervidentem Dominum salvatorem, ut dicatis ad aliquem vobis unanimem, quemadmodum ipse Petro: ‘Quid dicunt homines de me?’ Si vero responsum illius ex fide fuerit, animadvertite qualiter sonuerit; si autem clare, custodite ne offuscetur: si vero obscure, lux mundi oranda est qualiter ita fulgeatis, ut universis in grêmio ecclesie constitutis ad viam mandatorum Dei gradiendam lumen prebeat. Sed est fama rei qui nuper erga vos accidit, de qua quis <quis> audiens non scandalizatur, noverit se longe ab amore superno disparari. Quoniam, licet potestas Romani imperii, que olim in orbe terrarum monarches vigit, nunc per diversa terrarum innumeris regatur sceptris, ligandi solvendique in terra et in celo potestas dono inviolabili incombuit magisterio Petri. Atque ista idcirco diximus, ut animadvertatis non aliter Grecis quam cenodoxia huiusce quam audivimus apud vos requirere impe<t>ravisse. De cetero, quoque optamus, uti universalem decet antistitem, vos acrius in correctione ac disciplina sancte et apostolicae ecclesie vigere aeternoque et feliciter in Christo valere”. RAUL GLABER, 4, I, 3. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 174-175. É possível que Glaber tenha sido secretário de Volpiano e escrito esta carta. FRANCE, John. *op. cit.*, p. XLIX.

³²⁷ RAUL GLABER, 4, I, par. 4. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 176-177. A alegação de Glaber de que João XIX, chamado antes de Romano, era um neófito no tempo de sua eleição ao papado é suportada por outras fontes, especialmente, Romualdo Guarna, arcebispo de Salerno, que afirma que ele era um leigo e um papa no mesmo dia: “uno eodem die et laicus fuit et Pontifex”. *Romoldi II archiepiscopi Salernitani Annales*. In. ARNDT, Wilhelm (ed.). *Monumenta Germaniae Historica*, Scriptores XIX. Hanover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1866, pp. 387-461.

divina. A simonia e a inconsequência dos religiosos em Roma podem ser vistas, então, como um terrível presságio para a época seguinte, que afetou todo o mundo romano.

O Livro 5 retomou este assunto ao tratar da confusão na sucessão papal por volta de 1040 e, mais uma vez, Glaber deixou a sua opinião sobre os rumos de Roma. A construção narrativa seguiu o mesmo modelo apresentado nos livros anteriores: presságios que antecederam calamidades, provenientes, em especial, do pecado dos homens. Aqui, temos o aparecimento do terceiro eclipse solar, que teria aterrorizado os homens com as ideias dos pecados que haviam cometido, e da consequente escassez de vinho e outros produtos. Logo após, o monge apresentou a disputa no arcebispado de Lyon, referindo-se também à eleição, adquirida por simonia, do papa Bento IX.³²⁸ Ainda que o relato de Glaber tenha acabado de forma abrupta, possivelmente, por conta da sua morte, e as informações dadas pelo monge não sejam consideradas corretas, alguns elementos merecem destaque. A tônica da narrativa é de profunda crítica à sucessão papal por meio de compras de cargos e o único meio de punição e resolução desses conflitos passa pelas mãos não de algum outro clérigo, mas de um imperador, Henrique III. Bento IX teria sido expulso de Roma em 7 de janeiro de 1045 e substituído por Silvestre III, nomeado por uma facção rival, mas voltou ao poder em 10 de março de 1045. Porém, Bento IX teria vendido o seu lugar ao seu padrinho, João Graciano, que se tornou papa, utilizando o nome de Gregório VI, em 1º de maio de 1045, mas Bento IX voltou à Roma após repensar sua decisão. Diante desses conflitos, Henrique III foi até Roma e nos sínodos de Sutri e de Roma, em 1046, depôs Bento e Gregório e ignorou as reivindicações de Silvestre III, enquanto a Santa Sé passou a ser ocupada por Clemente II.³²⁹

³²⁸ Os cometas e eclipses lunares e solares apareceram nas obras de Raul Glaber como sinais de presságios, que carregam consigo a ideia de justiça ou aviso divino. Assim, cada vez que esses fenômenos surgiam nos céus, seria um sinal para os homens de que algum acontecimento terrível ou surpreendente viria em seguida, como a fome, por exemplo. ROUSSET, Paul. Raoul Glaber interprète de la pensée commune au XI^e siècle. *Revue d'histoire de l'Église de France*, tome 36, n. 127, 1950, pp. 16-18. Porém, essa não é uma exclusividade da fonte de Glaber ou do período em que escreve. Ainda na Alta Idade Média, é possível citar o caso do Império de Carlos Magno, que em 805, foi atingido por um mau tempo, infertilidade do solo, pragas furiosas e invasões nas fronteiras. Todos esses fatores levaram o Império à uma fome severa. A situação é vista como fruto da ira divina e, para apaziguá-la, Carlos Magno institui jejum de três dias em todo o reino, inclusive avisando, por carta, o bispo e seus condes para que todos garantissem o cumprimento desta ordem. A mensagem deveria ser exposta em cada igreja e monastério para que todos entendessem a necessidade das decisões do Imperador. Capitularia I. In. ECKHARDT, W. (ed.). *Die Kapitulariensammlung Bischof Ghaerbalds von Lüttich. Monumenta Germaniae Historica*. Hanover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1955, pp. 245-246, *apud* MEENS, Rob. Politics, mirrors of princes and the Bible : sins, kings and the well-being of the realm. *Early Medieval Europe*, 7, 3, 1998, p. 345. Ver também DE JONG, Mayke. *The Penitential State: Authority and Atonement in the Age of Loius the Pious, 814-840*. Cambridge : Cambridge University Press, 2009.

³²⁹ FRANCE, John. *op. cit.*, p. XXXII.

E esse ponto nos interessa particularmente. Ao narrar como Roberto, o Piedoso, contribuiu para o fim da heresia de Orléans e como Henrique III ajudou a substituir um papa simoníaco, Bento IX, por um reformador dedicado,³³⁰ Glaber evidenciou como são esses reis e imperadores os responsáveis pelos rumos da Igreja e pelo bom exercício da justiça e da garantia da paz e da ordem, além do exemplo diante da sociedade.³³¹ Na obra do monge, destacou-se o papel dos reis, imperados e condes que, mais do que o papa, seriam os motores possíveis de uma reforma dos costumes, especialmente, quando os líderes religiosos falham em suas atribuições. Portanto, se é possível falar de algum tom de lamento ou de algum indício de crise nas *Histórias*, ele estaria mais ligado às incapacidades no interior do clero do que às transformações políticas ocorridas no Ano Mil.

³³⁰ A substituição teria sido vista com entusiasmo pelo monge. Apesar de Gregório VI, de quem Glaber tinha uma visão positiva, ter sido deposto em 1046 pelo Sínodo de Roma reunido pelo imperador, este foi sucedido por Clemente II (1046-1047), que deu início a uma sequência de papas reformistas, a começar por seu próximo, Leão IX (1049-1054), chegando até Hildebrando, intitulado Gregório VII (1073-1085), que enquanto era capelão de Gregório VI, acompanhou o ex-papa em seu exílio em Colônia. “O advento de Gregório VI tem de fato grande importância histórica. A escolha de um papa reformista e o combate antissimoníaco, levado a cabo pelo imperador, significava que a reforma havia dado um passo a mais em Roma, o que agradara a Raul. No entanto, os desdobramentos futuros da reforma, sua concentração nas mãos do papado e a formação de blocos reformistas antagônicos ligados, por um lado, ao imperador e, por outro, à cúria romana, certamente não estava entre suas melhores expectativas. De certo ponto de vista, a ação de Henrique III, notada positivamente por Raul, foi o primeiro movimento da Reforma Gregoriana”. ALMEIDA, Néri de Barros. *A Idade Média entre o ‘poder público’*..., p. 98.

³³¹ A questão do bom exercício da justiça pelos governantes após o período carolíngio, aparentemente, confirma a teoria da divina quaternidade, desenvolvida por Glaber no Livro 1, no qual a era da Encarnação até os dias atuais (da escrita da obra) se referia à Justiça, conforme Mateus 3:15.

Possibilidades e limitações do problema da crise nas fontes: apontamentos finais

Como vimos na Introdução, a noção de crise tem uma longa história e traz, desde a sua origem, um caráter polissêmico. Entretanto, a sua utilização no grego e latim clássicos (*krisis* e *judicium/discrimen*), seja no campo legal, médico ou teológico, não era exclusivamente baseada em uma conotação ruim. Afinal, a mudança de um estado para outro e o veredicto de uma doença ou de uma guerra poderiam ser positivos dentro das possibilidades do conceito.

O que percebemos é que, ao longo dos séculos, operou-se uma inclusão de sentido ao conceito: a ideia de crise como situação “alarmante”, “ameaçadora”.³³² A partir do século XVIII, em especial, a crise passou a ser vista sob o viés revolucionário, carregando consigo o pressuposto da ruptura, da mutação brusca, do colapso. Até hoje, quando lemos sobre crise nas esferas da política, da economia, do meio ambiente, da psicologia - apenas para citar alguns exemplos -, a palavra acaba sendo aplicada em uma acepção majoritariamente negativa, que presume piora, declínio, perda, etc.

Tal forma de uso do conceito passou para os estudos históricos, em especial, para a historiografia voltada à Idade Média. No capítulo 1, expusemos que o período medieval foi “esmagado” por duas grandes crises, a que marcou a passagem da Antiguidade para a Idade Média e outra que demarcou o seu fim e o começo do Renascimento. Mais importante ainda, a crise estaria no próprio interior dessa época, assinalando a passagem do século X para o XI, durante o Ano Mil. Esse seria o momento de grande ruptura, após o colapso do Império Carolíngio, que teria levado consigo a capacidade de se exercer o poder público. Assim, a historiografia, desde o século XIX, colocou a crise - que teria começado no século IX -, como a geradora dessa quebra, desse esfacelamento do poder.

O que pudemos perceber na análise das duas fontes, a *Crônica*, de Regino de Prüm, e os *Cinco Livros de Histórias*, do Raul Glaber, é que grande parte dos pressupostos da corrente historiográfica, que afirmou que houve uma crise do poder público em operação já a partir do fim da dinastia carolíngia e que levou à “mutação feudal”, não se sustenta. No caso da *Crônica*, é evidente que Regino está lidando com o fim de uma linhagem real, após a morte de Carlos, o Gordo. Mas como exposto no capítulo 2, os reis e governantes não saíram do seu

³³² “Krisis”. In. *Brockhaus Enzyklopädie*. 9ª ed. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1845, v. 8, p. 399; PIERER, H. A. “Krise”. In. _____ (ed.) *Universal-Lexikon der Gegenwart und Vergangenheit oder neuestes encyclopädisches Wörterbuch der Wissenschaften, Künste und Gewerbe*. 2ª ed. Altenburg : Pierer, 1845, v. 16, p. 467, *apud* KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, p. 366.

horizonte de análise: Arnulfo da Cantuária, Luís, a Criança, Carlos, o Simples, Conrado continuaram exercendo e lutando pelo poder real.

Como também vimos naquele capítulo, os aspectos pessoais da vida de Regino, possivelmente, interferiram no modo como organizou e relatou os eventos da *Crônica*. Sua deposição da abadia de Prüm, em decorrência do cenário político da Lotaríngia, definiu o tom da narrativa. Fosse por meio das insinuações, da justaposição de causa e efeito, de denúncias, Regino expôs sua revolta com os motivos que o levaram àquela situação de exílio. Mas não é porque naquele momento o poder público era ineficaz ou que as feudalidades estavam emergindo; a *Crônica* não nos fornece elementos suficientes para apoiar essa afirmação. Seguramente, o que podemos retirar dela é a tentativa do abade de situar a sua própria história numa cadeia de eventos muito maior. A sua saída de Prüm precisava ser explicada de alguma forma, mas essa explanação não passa apenas pelos “culpados” diretos: Richard, Matfrid e Stephen. Ela se insere, na verdade, no longo relato do divórcio de Lotário, cujas consequências maléficas contaminaram todo o reino e foram julgadas por Deus, o que levou ao próprio fim da dinastia carolíngia. É a esta linhagem que a abadia de Prüm estava intimamente ligada e, portanto, também sofreria as consequências desse julgamento divino. Porém, mesmo a interrupção da linhagem, resultado de uma “punição” de Deus por conta das atitudes desobedientes e dos pecados dos reis, não inviabilizou a continuação da escrita da *Crônica* e do próprio desenvolvimento dos acontecimentos históricos: os personagens mudam, Regino pode ter sido prejudicado por tal rompimento político (e por isso o tom de sua narrativa não seja tão empolgante diante da nova situação), mas a história prosseguiu, nem pior nem melhor do que antes.

No caso das *Histórias*, de Raul Glaber, encontramos elementos ainda mais interessantes. O modo de narrar do monge é muito diferente da escrita do abade Regino. As *Histórias* estão repletas de referências a prodígios, heresias, fomes, elementos que não aparecem com frequência na *Crônica*. Tais eventos foram vistos como marcas da presença de terrores milenaristas e de uma crise brusca no seio do Ano Mil (crise esta relacionada aos campos político, religioso, etc.). Porém, esses eventos parecem entrar na narrativa mais como um artifício retórico de justaposição do que simplesmente relatos factuais. Nessa estratégia, Glaber buscou elencar os acontecimentos em um esquema de constantes contradições. Eis o caso de uma das passagens mais conhecidas da obra, o “manto branco das igrejas”. Segundo Glaber, por volta dos primeiros anos do século XI, as igrejas foram reconstruídas mais belas do que antes, como se cada comunidade cristã quisesse superar as demais em esplendor.

“Parecia como se todo o mundo estivesse de agitando livremente, descartando o peso do passado, e revestindo-se em todos os lugares com um manto branco de igrejas”.³³³ A historiografia tradicional viu ali a marca do predomínio e renovação da Igreja diante do Milênio da Encarnação e Paixão do Senhor. A prova de uma quase histeria coletiva pelo fim dos tempos. Mas ignora-se que essa reconstrução foi local (apesar de Glaber falar em *uniuerso pene terrarum orbe*)³³⁴ e que a passagem, em si, não mostra uma visão negativa ou escatológica da aproximação do Milênio. Na verdade, o “manto branco das igrejas” seria a consequência de um evento anterior: a passagem do cometa Halley e a destruição dos edifícios pelo fogo, provavelmente, gerada por um julgamento de Deus como punição às heresias descobertas em Châlons e na Itália.³³⁵ O mesmo ocorreu com a questão da fome de 1031-1033, que apresentamos no Capítulo 3. Ela foi narrada logo após a morte de personagens ilustres e, mesmo diante de um cenário devastador - causado pela insolência dos homens que também precisava ser julgada -, foi acompanhada pela assembleia de Paz de Deus. A tônica desses relatos era sempre a mesma: destruição e reabilitação, pecado e salvação, justiça e avareza. As *Histórias* se desenrolaram quase de maneira cíclica, dependentes sempre da ação dos homens (em especial, dos grandes homens) e da justa resposta da Providência Divina.

Dessa forma, nas duas narrativas, parece se sobressair a ideia de julgamento, que pode remeter às origens do termo “crise” na Antiguidade. Elas apresentaram episódios emblemáticos que requisitaram uma decisão. O divórcio de Lotário e o desrespeito ao direito hereditário, citados por Regino, ou as heresias e a simonia, presentes em Glaber, foram exemplos de “doenças” ou “poluições”³³⁶ que contaminaram a “saúde” dos reinos. Tais eventos críticos exigiam um veredicto, um julgamento apropriado e uma terapia igualmente

³³³ “Igitur infra supradictum millesimum tercio iam fere imminente anno, contigit in uniuerso pene terrarum orbe, precipue tamen in Italia et in Galliis, innouari ecclesiarum basilicas, licet plerique decenter locate minime indignissent, emulabatur tamen queque gens christicolarum aduersus alteram decentiore frui. Erat enim instar ac si mundus ipse excutiendo semet, reiecta uetustate, passim candidam ecclesiarum uestem indueret. Tunc denique episcopalium sedium ecclesias pene uniuersas ac cetera queque diuersorum sanctorum monasteria seu minora uillarum oratoria in meliora quique permutauere fideles.” RAUL GLABER, 3, IV, 13. In. FRANCE, John. *op. cit.*, 114-117.

³³⁴ Entre as igrejas reconstruídas, estariam Loches, a catedral de Orléans, Paray-le-Monial, Saint-Martin-de-Tours. Saint-Bénigne, o Santo Sepulcro, em Jerusalém, S. Justo de Susa. Ver FRANCE, John. *op. cit.*, p. 116, nota 1.

³³⁵ RAUL GLABER, 3, III, 9-10. In. FRANCE, John. *op. cit.*, 110-113. Não há indícios de que esse fogo seria criminoso. Sobre a heresia descoberta na Itália, ver RAUL GLABER, 2, XI, 22; 2, XII, 23.

³³⁶ Sobre a ideia de “poluição” a partir da perspectiva antropológica, ver DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo. Ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.

eficaz. Ao apresentar tantos momentos que poderiam ser chamados de “crise”, Regino e Glaber, como religiosos, deram uma conotação fortemente moral às narrativas.

Não podemos esquecer para quem elas foram endereçadas. A *Crônica*, certamente, circulou entre as altas esferas eclesiásticas da Lotaríngia e pode ter sido usada na instrução de Luís, a Criança. Já as *Histórias*, de Raul Glaber, foram dedicadas a Odilo de Cluny, uma das figuras centrais da reforma cluniacense e podem ter sido lidas por seus pares ou adeptos de Odilo e Guilherme de Volpiano. É plausível pensar que essas obras não foram produzidas só como críticas contra a ascensão injusta de certas figuras.³³⁷ Elas também tenham ter sido concebidas como materiais de instrução, que seriam lidos por pessoas influentes, governantes e religiosos, responsáveis pelo - bom - direcionamento dos reinos e das igrejas. Nesse caso, cada evento serviria como uma lição a essas personalidades: o julgamento causado pela ira de Deus, quando recai sobre o reino, poderia causar desastres meteorológicos, agrícolas, biológicos, assim como sérias consequências políticas e sociais.³³⁸

As duas obras, aqui analisadas, recorreram, com frequência, à caracterização ideal do bom governante cristão. Entre tantas atribuições, ele deveria corrigir a si mesmo e seu povo, julgar com discernimento, cuidar dos mais vulneráveis (viúvas, pobres e estrangeiros), evitar exaltar os indignos, proteger a Igreja, preservar a fé em Deus correta, alimentar os pobres, ser caridoso, entre outros.³³⁹ E esses bons líderes, como Luís, a Criança, ou Roberto, o Piedoso, foram citados mesmo em um período da História onde eles não teriam praticamente qualquer função. Os autores não renegaram o poder da realeza. Ao contrário, o desenrolar da *Crônica* e das *Histórias* passava por ela; os reis e imperadores eram importantes, eram agentes da paz, da defesa do bem comum e da Igreja. Na obra de Glaber, como vimos no capítulo anterior, eles assumiram até mesmo a liderança da reforma, pois a Igreja estava contaminada pela simonia. Nota-se também que as duas obras apresentaram constantes disputas pelo trono, pelo poder público. Não faltavam candidatos, mas restava saber se todos eram capazes, como lembrou Glaber: “(...) muitos magnatas estavam seduzidos mais pelo ‘brilho da coroa’ do que movidos pelo desejo de promover o bem público e governar com justiça”.³⁴⁰ Foram esses os injustos julgados por Deus, por isso a importância de se denunciar o incorreto e usar as

³³⁷ Fazemos referência, aqui, à crítica de Regino contra a ascensão de Richard ao posto de abade de Prüm, e às constantes queixas de Raul Glaber sobre os casos de simonia, que permitiram a elevação de pessoas inadequadas ao ofício divino.

³³⁸ MEENS, Robs. *op. cit.*, p. 345.

³³⁹ *Ibidem*, p. 350.

³⁴⁰ RAUL GLABER, 4, 1. In. FRANCE, John. *op. cit.*, pp. 170-171.

histórias como lições de liderança, de caráter, de religiosidade, de condução da vida e do reino.

É importante lembrar que a natureza das relações entre os governantes mudou a partir do Ano Mil, uma vez que não estamos mais tratando das configurações políticas do Império Carolíngio. Não ignoramos as transformações que ocorreram no Ocidente medieval neste período. Mas diante dos exemplos anteriores, retirados das fontes, temos que concordar com a renovação historiográfica que criticou os pressupostos da “mutação feudal”. Estamos diante da hipótese de que essas duas fontes são limitadas para o estudo da crise do poder público em seu aspecto tradicional. Pois o que vemos nas duas obras não são crises políticas em seu sentido ameaçador, que levam inevitavelmente a um final ruim, a um colapso. Pelo menos não crises causadas pelo enfraquecimento e posterior ausência do poder público ou pela ascensão do senhorio que passa a usurpar cada vez mais o poder para si. Os momentos de crises ou de vulnerabilidade, como as mudanças dinásticas, a fome, as ameaças à Igreja causadas por doutrinas diferentes, todas elas aparecem nas fontes sempre em relação a um outro acontecimento, em um jogo retórico. Nesse jogo, mais do que colapsos, as crises podem evidenciar momentos de instabilidade, de mudança, de transformação, de renovação.

Por fim, as ideias de declínio e de rupturas, tão comuns nos estudos tradicionais sobre o Ano Mil, devem ser repensadas diante das obras que analisamos nesta Dissertação. Buscaremos, futuramente, abordar essa questão a partir da compreensão dessas fontes como obras de História. Assim, poderemos aprofundar os seus aspectos narrativos, nos quais a crise parece ter um papel retórico importante, e até mesmo expandir o *corpus* documental para sustentar a discussão. Interpretar essas obras como escritas históricas e entender as categorias utilizadas pelos autores, dentre elas a crise, pode ajudar a pensar a complexidade dessas regiões e desses períodos e tirar a Idade Média do limbo entre a Antiguidade Clássica e a Modernidade, no qual as pessoas seriam incapazes de praticar formas públicas de poder, de lidar racionalmente com a violência, de ir além do mágico e maravilhoso e, principalmente, de pensar e escrever a História.

Referências Bibliográficas

- **Fontes (em latim e traduções utilizadas na pesquisa):**

ARNOUX, Mathieu (ed. e trad.). *Raoul Glaber. Histoires*. Turnhout: Brepols, 1996 [edição em latim e francês].

FRANCE, John (ed. e trad.); BULST, Neithard (ed.); REYNOLDS, Paul (trad.). *Rodulfus Glaber. Opera*. Oxford: Oxford University Press, 1989 [edição em latim e inglês].

MACLEAN, Simon (trad.). *History and Politics in Late Carolingian and Ottonian Europe. The Chronicle of Regino of Prüm and Adalbert of Magdeburg*. Manchester: Manchester University Press, 2009 [Edição em inglês].

KURZE, Friedrich (ed.). *Reginonis abbatis Prumiensis Chronicon cum continuatione Treverensi. Monumenta Germaniae Historica. Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum separatim editi 50*. Hanover: Impensis Bibliolii Hahniani, 1890 [edição em latim].

- **Obras de Referência**

PASQUINO, Gianfranco. Crise. In. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*, vol. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998, pp. 305-308.

MENANT, François; MARTIN, Hervé; MERDRIGNAC, Bernard; CHAUVIN, Monique. *Les Capétiens. Histoire et Dictionnaire. 987-1328*. Paris: Robert Laffont, 1999.

- **Obras Gerais**

- AIRLIE, Stuart. Les élites em 888 et après, ou comment pense-t-on la crise carolingienne? In. BOUGARD, F.; FELLER, L.; LE JAN, R. (eds.). *Les Élités au Haut Moyen Âge. Crises et Renouvellements*. Turnhout: Brepols, 2006, pp. 425-437.
- _____. ‘Sad stories of the deaths of kings’: Narrative Patterns and Structures of Authority in Regino of Prüm’s Chronicon. In. TYLER, Elizabeth. M; BALZARETTI, Ross (eds.). *Narrative and History in the Early Medieval West*. Turnhout: Brepols, 2006, pp. 105-131.
- ALLEN, Michael I. Universal History, 300-1000: Origins and Western Developments. In. DELIYANNIS, Deborah M. (ed.). *Historiography in the Middle Ages*. Leiden; Boston; Köln: Brill, 2003, pp. 17-42.
- ALMEIDA, Néri de Barros. A Idade Média entre o ‘poder público’ e a ‘centralização política’: itinerários de uma construção historiográfica. *Varia historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, junho 2010, pp. 49-70.
- _____. Raul Glaber: um historiador na Idade Média (980/985-1047). *Revista Signum*, v. 11, n. 2, 2010, pp. 76-108.
- BARTHÉLEMY, Dominique. *A Cavalaria. Da Germânia antiga à França do século XII*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- _____. *L’an mil et la paix de Dieu. La France chrétienne et féodale 980-1060*. Paris: Fayard, 1999.
- _____. *La France des Capétiens. 987-1214*. Paris: Points, 2015.
- _____. *La mutation de l’an mil a-t-elle eu lieu? Servage et chevalerie dans la France des Xe et XIe siècles*. Paris: Fayard, 1997.
- _____. La mutation féodale a-t-elle eu lieu? Note critique. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 47, n. 3, mai-juin 1992, pp. 767-777.

- _____. La théorie féodale à l'épreuve de l'anthropologie (note critique). *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 52, n. 2, 1997, pp. 321-341.
- _____. L'État contre le "lignage": um thème à développer dans l'histoire des pouvoirs en France aux XIe, XIIe et XIIIe siècles. *Médiévales*, 10, 1986, p. 37-50.
- _____. Un cambio de milenio sin transformaciones radicales. In. LITTLE, L.K.; ROSENWEIN, B. H. (eds.) *La Edad Media a debate*. Madrid: Akal, 2003, pp. 219-238.
- BÉJIN, André ; Morin, Edgar. Introduction. *Communications*. École de Hautes Études em Sciences Sociales. Centre de Études Transdisciplinaires (sociologie, anthropologie, sémiologie), Seuil, 25, 1976, p. 1-3.
- BLOCH, Marc. *La Société Féodale*. Tomo I: La Formation dês Liens de Dépendance. Paris: Albin Michel, 1939.
- BONNASSIE, Pierre. Consommation d'aliments immondes et cannibalisme de survie dans l'Occident du haut Moyen Âge. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 44, n. 5, 1989, pp. 1035-1056.
- _____. El Señorío Banal y los cambios en la condición del campesinado libre. In. LITTLE, L.K.; ROSENWEIN, B. H. (eds.). *La Edad Media a debate*. Madrid: Akal, 2003, p. 190-218.
- BROCHIER, Hubert. Réalités et illusions. *Communications*, École de Hautes Études em Sciences Sociales. Centre de Études Transdisciplinaires (sociologie, anthropologie, sémiologie), Seuil, 25, 1976, pp. 73-85.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales. 1929-1989*. São Paulo: UNESP, 2007.
- CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. *A Realeza Cristã na Alta Idade Média: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII)*. São Paulo: Alameda, 2008.

- CLASZEN, David. *Chronicon Moissiacense Maius. A Carolingian world chronicle from Creation until the first years of Louis the Pious. On the basis of the manuscript of the late Ir. J.M.J.G Kats*. Vol. 1. MPhil Thesis. Leiden: Department of History, Leiden University, 2012.
- DIDEROT, Denis. Denis Diderot à Princess Daschkoff, 3 de abril de 1771. In. ASSEZAT, Jean; TOURNEAUX, Maurice (eds.). *Oeuvres Complètes de Diderot*. V. 20. Paris: Gamier, 1877.
- DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo. Ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- DRAEGER, Andréa Coelho Farias. Para além do lógos: a peste de Atenas na obra de Tucídides. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, Apr. 2005, pp. 225-228.
- DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista dos nossos medos*. São Paulo: UNESP, 1998.
- _____. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- _____. *L'An Mil*. Paris: Gallimard, 1980.
- FELLER, Laurent. Introduction. Crises et renouvellements des Élités au haut Moyen Âge: mutations ou ajustements des structures. In. BOUGARD, F.; FELLER, L.; LE JAN, R. (eds.). *Les Élités au Haut Moyen Âge. Crises et Renouvellements*. Turnhout: Brepols, 2006, pp. 5-9.
- FUSTEL DE COULANGES, N. D. *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*. Tome III: La monarchie franque. Paris: Hachette, 1888.

- GEARY, Patrick; FALQUEVERT, Jacqueline. Vivre en conflit dans une France sans État: typologie des mécanismes de règlement des conflits (1050-1200). *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 41, n. 5, Sep. - Oct., 1986, pp. 1107-1133.
- GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 (1ª ed. 1776)
- GOLDEN, Gregory Kung. *Emergency Measures: Crisis and Response in the Roman Republic (from the Gallic Sack to the Tumultus of 43BC)*. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia). Graduate School - New Brunswick, Rutgers, The State University of New Jersey, New Jersey, 2008.
- GUENÉE, Bernard. Histoire et Chronique. Nouvelles réflexions sur les genres historiques au Moyen Âge. In. POIRION, Daniel (ed.). *La Chronique et l'Histoire au Moyen Age*. Colloque des 24 et 25 mai 1982. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1984, pp. 3-12.
- GUERREAU, Alain. Crise. In. GAUVARD, C.; de Libera, A.; Zink, M. (dirs.). *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, pp. 369-370.
- HUMMER, H. *Politics and Power in Early Medieval Europe. Alsace and the Frankish Realm, 600-1000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- INNES, Matthew. People, Places and Power in the Carolingian World: a Microcosm. In. DE JONG, M.; THEUWS, F. (ed.). *Topographies of Power in the Early Middle Ages*. Leiden; Boston; Colônia: Brill, 2001, pp. 397-437.
- _____. *State and Society in the Early Middle Ages: the Middle Rhine Valley, 400 – 1000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 222-41;
- JONES, W. H. S. *Hippocrates Collected Works I*. Cambridge: Harvard University Press, 1968, p. 46. Disponível em: <http://daedalus.umkc.edu/hippocrates/HippocratesLoeb1/page.lii.php?size=240x320>. Acesso em: 10 fev. 2016.

- KOSELLECK, Reinhart; RICHTER, Michaela W. (trad.). Crisis. *Journal of the History of Ideas*, v. 67, n. 2, Apr., 2006, pp. 357-400.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- LANDES, Richard. Rodolfus Glaber and the Dawn of the New Millenium: eschatology, historiography, and the year 1000. *Revue Mabillon*, 7, t. 68, 1996, pp. 57-77.
- _____. The Fear of an Apocalyptic Year 1000: Augustinian Historiography, Medieval and Modern. *Speculum*, v. 75, n. 1, jan., 2000, pp. 97-145.
- LE JAN, Régine. Convents, violence, and competition for power in seventh-century Francia. In. THEUWS, Frans; JONG, Mayke B. de; VAN RHIJN, Carine (eds.). *Topographies of Power in the Early Middle Ages*. Leiden; Boston; Köln: Brill, 2001, pp. 143-169.
- LE ROY-LADURIE, Emmanuel. La crise et l'historien. *Communications*, École de Hautes Études em Sciences Sociales. Centre de Études Transdisciplinaires (sociologie, anthropologie, sémiologie), Seuil, 25, 1976, pp. 19-33.
- MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Depuis les origines jusqu'a la fin du XVe siècle. Tomo I. Paris: Hachette, 1835.
- _____. *Histoire de France*. Depuis les origines jusqu'a la fin du XVe siècle. Tomo III. Bruxelas: Meline, Cans et Compagnie, 1840.
- MACLEAN, Simon. Insinuation, Censorship and the Struggle for Late Carolingian Lotharingia in Regino of Prüm's Chronicle. *The English Historical Review*, v. CXXIV, n. 506, Feb., 2009, pp. 1-28.
- MAGNOU-NORTIER, É. La féodalité en crise. Propos sur Fiefs and vassals de Susan Reynolds. *Revue historique*, t. 296, fasc. 2, oct.-déc. 1996, pp. 253-348.

- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. V. 1 Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MCKITTERICK, Rosamond. *History and memory in the Carolingian world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- _____. *The Carolingians and the Written Word*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- MEENS, Rob. Politics, mirrors of princes and the Bible : sins, kings and the well-being of the realm. *Early Medieval Europe*, 7, 3, 1998, pp. 345-357.
- MONTESQUIEU. *Considerações sobre as causas da grandeza dos Romanos e de sua decadência*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002 (1ª ed. 1734)
- MORSEL, Joseph. *La aristocracia medieval: el dominio social en el Occidente*. Valencia: Ed. Universidad Valencia, 2008.
- NELSON, Janet L. Public Histories and Private History in the Work of Nithard. *Speculum*, LX, 1985, pp. 251-293.
- PAINE, Thomas. *The American Crisis*. 23 de dez. de 1776. Disponível em <http://www.ushistory.org/paine/crisis/c-01.htm>. Acesso em: 23/01/2016.
- PETIT, E. Raoul Glaber. *Revue historique*, XLVIII, 1892, 1-17.
- REBOLLO, Regina Andrés. O legado hipocrático e sua fortuna no período greco-romano: de Cós a Galeno. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 4, n. 1, Mar. 2006, pp. 45-81.
- REYNOLDS, Susan. *Fiefs and Vassals. The medieval évidence reinterpreted*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1994.

- RICOEUR, Paul. La Crise: un phénomène spécifiquement moderne?. *Revue de Théologie et de Philosophie*, 120, 1988, pp. 4-5.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Émile ou de l'éducation*. Paris: P. Didot l'aîné; F. Didot, 1817, tomo II, livro III, p. 69. (1^a ed. 1762).
- ROUSSET, Paul. Raoul Glaber interprète de la pensée commune au XI^e siècle. *Revue d'histoire de l'Église de France*, tome 36, n. 127, 1950, pp. 5-24.
- STARN, Randolph. "Historians and 'Crisis'". *Past & Present*, n. 52, Aug., 1971, pp. 3-22.
- SOT, Michel. "Hérédité royale et pouvoir sacré avant 987". *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 43, n. 3, 1988, pp. 705-733.
- THIERRY, Augustin. *Lettres sur l'histoire de France*. Paris: Garnier Frères, 1866, pp. 179-182.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução do grego de Mário da Gama Kury. 4^a ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- WARD, John O. 'Chronicle' and 'History': The Medieval Origins of Postmodern Historiographical Practice? *Parergon*, vol. 14, n. 2, Jan., 1997, pp. 101-128.
- WARD-PERKINS, Bryan. *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- WERNER, Karl Ferdinand. Dieu, les rois et l'Histoire. In. DELORT, Robert (dir.). *La France de l'An Mil*. Paris: Éditions du Seuil, 1990, pp. 264-281.